

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

MANOEL MOURIVALDO SANTIAGO ALMEIDA

VOGAIS DO FALAR RIBEIRINHO CUIABANO

São Paulo
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

VOGAIS DO FALAR RIBEIRINHO CUIABANO

MANOEL MOURIVALDO SANTIAGO ALMEIDA

Tese apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Livre-Docência, na área de Filologia e Língua Portuguesa.

São Paulo
2009

AGRADECIMENTOS

A Maria Cristina Vilela, pela companhia, carinho e dedicação, e pela nossa filha Lorena Santiago Vilela.

A minha mãe, pela vida e pelo esforço dispensado em prol da educação dos filhos.

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a descrição dos sons vocálicos da variedade portuguesa falada no Vale do Cuiabá e, considerando a história social da região, reafirmar a tese de que na variedade cuiabana é possível registrar, no estágio contínuo de variação, a manutenção de fenômenos do sistema fonológico descritos com mais frequência em fases históricas anteriores da língua portuguesa: do galego-português à época do Brasil colonial, em especial no século XVIII – época da principal expansão portuguesa, via bandeiras e monções paulistas, para o centro-oeste brasileiro. Referimo-nos aos fenômenos presentes em estágios anteriores do português que, depois do estado de variação, foi substituído pela(s) forma(s) concorrente(s). Portanto, trata-se de realizações que deixaram de ser usuais, frequentes, recorrentes nas atuais normas da língua descritas no Brasil e Portugal.

Palavras-chave: dialeto; português brasileiro; século 18; vogais

ABSTRACT

In this work, I offer a description of the vowel system of the spoken Brazilian Portuguese at the Cuiabá Valley area. This valley was colonized by the Paulistas (São Paulo) settlers in the 17th and 18th centuries. Based on the social history of the region, I will defend that on this variety one can find phenomena which are also found in previous phases of the medieval Galician-Portuguese and in the Brazilian Colonial Portuguese (particularly the 18th century variety spoken in the São Paulo Province). I will argue, through variation and evolution, that the current phenomena, derived from those ancient varieties, are actual realizations less frequent and not described at Standard Brazilian and Portuguese varieties.

Keywords: dialect; Brazilian Portuguese; 18th century; vowels

SUMÁRIO

Pág.

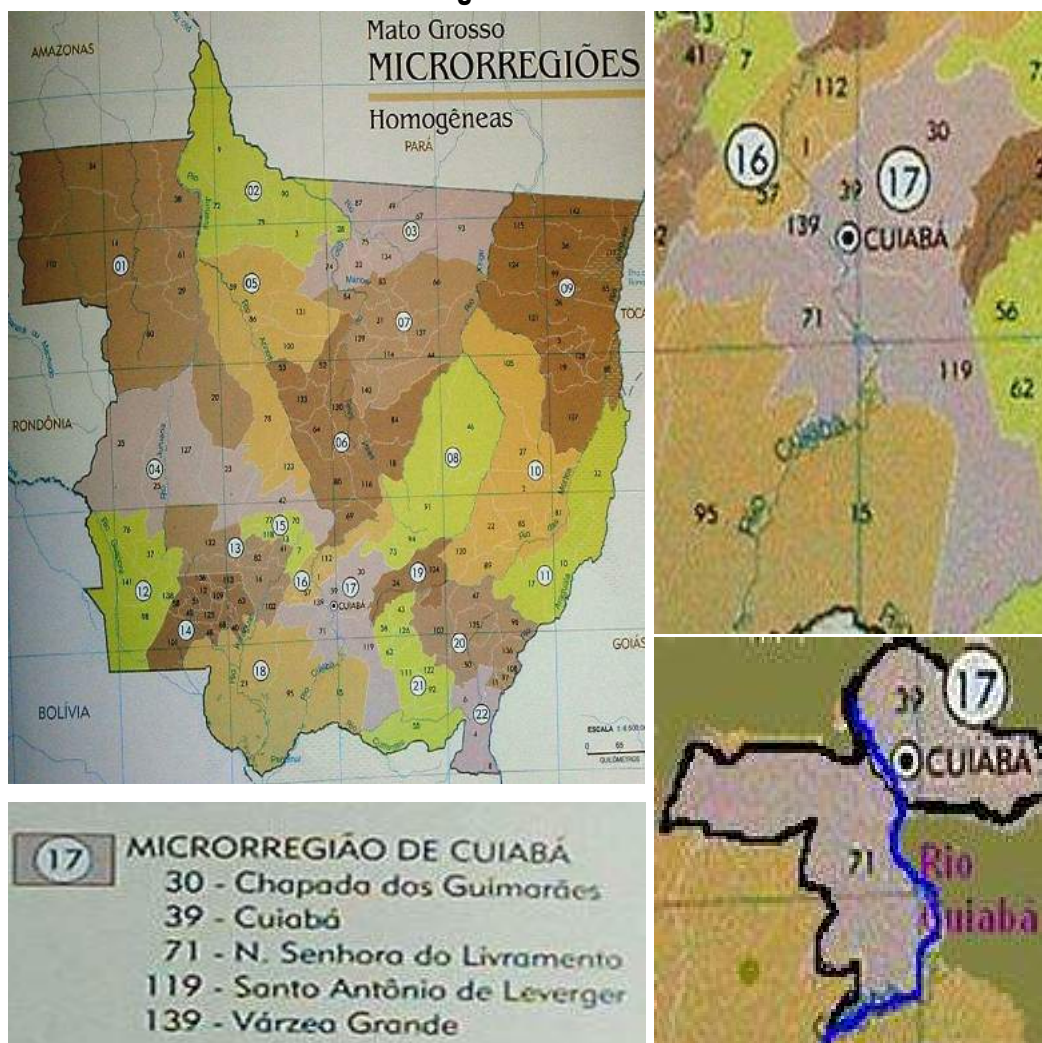
Introdução	8
Material oral	13
Material escrito	19
Estudos linguísticos no Vale	31
Anexo (1) da introdução	33
Anexo (2) da introdução	34
Anexo (3) da introdução	35
Anexo (4) da introdução	36
Capítulo 1: História social da Baixada Cuiabana	37
1.1 Referências históricas	37
1.2. Base humana	41
1.3. Base linguística	46
Capítulo 2: Grafemas e diacríticos nos manuscritos do século XVIII	51
2.1 Grafemas de referência vocálica e diacríticos	51
2.1.1 Traços distintos do sistema vocálico	58
2.2 Grafemas de referência consonantal	61
2.2.1 Oclusivas surdas /p/, /t/, /k/ e sonoras /b/, /d/, /g/	62
2.2.2 Nasais /m/, /n/, /ɲ/	65
2.2.3 Vibrantes /r/, /r/	68
2.2.4 Fricativas surdas /f/, /s/ e sonoras /v/, /z/	69
2.2.5 Fricativas /ʃ/ e /ʒ/, e africadas /tʃ/ e /dʒ/	73

2.2.6 Laterais /l/, /ʎ/	75
2.2.7 O emprego do grafema <h>	76
2.3 Considerações sobre o capítulo	77
Anexo do capítulo 2	80
Capítulo 3: Vocalismo	81
3.1 Vogais orais tônicas	82
3.2 Vogais nasaladas tônicas	90
3.3 Vogais orais átonas	97
3.4 Vogais nasaladas átonas	109
3.5 Ditongos orais e nasalados	111
Considerações finais	123
Referências bibliográficas	133

INTRODUÇÃO

Fizemos um estudo focando o sistema fonológico do português falado em parte do território do estado de Mato Grosso, caracterizada aqui como microrregião da cidade de Cuiabá, concentrando-se nos municípios de Cuiabá (capital) e Nossa Senhora do Livramento. Essa microrregião compõe o chamado Vale do Cuiabá que, popularmente, é conhecido como Baixada Cuiabana.

Microrregião de Cuiabá



Miranda & Amorim (2000: 13), com adaptações.

O objetivo específico é, descrevendo os sons vocálicos e considerando a história social do Vale, reafirmar a tese de que na variedade cuiabana é possível registrar, no estágio contínuo de variação, a manutenção¹ de fenômenos do sistema fonológico descritos com mais frequência em estágios anteriores da língua: do galego-português à época do Brasil colonial, em especial no século XVIII – época da principal expansão portuguesa, via bandeiras e monções paulistas, para o centro-oeste brasileiro².

No caso cuiabano, destacamos os fonemas cujas realizações, antes comuns ao português como um todo, tendem a se restringir à fala dos cuiabanos mais idosos analfabetos ou com baixa escolaridade e aos mais jovens também analfabetos cujo contato linguístico se limita ao doméstico ou à vizinhança de semelhantes.

Serve este estudo também para colocar mais uma vez em discussão a hipótese segundo a qual muitos dos fenômenos fonológicos, ditos próprios do português brasileiro, devem sua origem exclusivamente à influência das línguas africanas e das indígenas brasileiras, em especial as do tronco tupi-guarani.

Melo (1971: 137), dentre tantos outros, nos dá um bom exemplo dessa suposta influência quando se refere à formação da língua portuguesa em terras brasileiras. É sua opinião que a língua lusitana, por

¹ Referimo-nos aos fenômenos presentes em estágios anteriores do português que, depois do estado de variação, foi substituído por uma ou mais formas concorrentes. Portanto, trata-se de realizações que deixaram de ser usuais, frequentes, recorrentes nas atuais normas da língua descritas no Brasil e Portugal. Falta ainda, desse modo, o cotejo mais apurado e sistemático das variedades do português da África e da Ásia, incluindo as línguas crioulas de base portuguesa.

² Tema desenvolvido na tese de doutorado. Santiago-Almeida (2000).

ser mais culta e “instrumento de uma civilização superior”, suplantou, lá pelos idos do século XVIII, sua principal concorrente, o tupi³, ou a chamada *língua geral* falada pelos descendentes dos portugueses e das índias. Eles e as populações rurais e urbanas “de pouca cultura” “abandonaram o uso da língua tupi” em favor da língua dos brancos, mas “falaram mal, muito mal a nova língua”, pois lhe impingiram ‘nódoas’ de sua língua materna “sem flexão, e de vocabulário pobre”. Embora Holanda (1936: 88-91) tenha defendido que na São Paulo do século XVII e XVIII falava-se a língua geral paulista, Oliveira (2002) demonstra que a questão linguística em São Paulo era um pouco mais complexa e o português era, de fato, a língua de prestígio. A discussão sobre a influência das línguas africanas no português do Brasil ainda requer evidências conclusivas (cf. Fiorin e Petter 2008). Bonvini (2008: 55), por exemplo, é categórico ao afirmar que “apenas tomar em consideração traços fonológicos, morfológicos e sintáticos não permite chegar a uma conclusão aceitável” sobre a suposta influência das línguas africanas no português do Brasil. Portanto, a afirmação de Melo (1971: 138) – segundo a qual as populações negras, assim como todos de sangue índio, ao adotarem o português, também “o deformaram em dialetos crioulos” – não possui evidências. Os exemplos dessa “deformação” são, até hoje, citadas em comunicações e textos pelos que defendem essa tese.

³ Conforme relembram Agostinho e Araújo (2007: 205-6) ‘a expressão ‘língua tupi’ refere-se ao dialeto unificado dos instrumentos linguísticos empregados pelos jesuítas nos séculos XVI-XVIII, sem especificação das diferenças regionais, muito mais do que a uma língua específica. A língua *tupi-guarani*, efetivamente, nunca existiu. Cientificamente, emprega-se o termo *tupi* como denominação de um tronco linguístico (cf. Rodrigues 1986), embora, nos círculos não-científicos e para-científicos emprega-se o termo *tupi* como designação de uma língua indígena brasileira.

Para ficarmos apenas em dois fenômenos do sistema sonoro, lancemos o foco para o rotacismo e para a redução de ditongos. Exemplos que não resistem a uma simples consulta em manuscritos portugueses que antecedem esse momento da história social do Brasil, provando que tais fenômenos não são nem nunca foram inovações do dito português brasileiro, jamais vistos e ouvidos na terra de Camões. Trata-se, em verdade, repetição, reinterpretação – como queiram – de um sistema sonoro do português descrito desde seu período arcaico, ou, antes disso, desde o galego-português.

Veremos, neste trabalho, estes e outros exemplos estampados em documentos portugueses manuscritos por portugueses ou brasileiros com formação portuguesa. Afinal, quem na época (século XVIII) tinha conhecimento e domínio da escrita? Seguramente não eram negros nem índios! Estes, sim, eram personagens dos assuntos tratados em muitos daqueles documentos, ou por terem fugido ou tentarem fugir da escravidão ou por estarem dificultando, resistindo a arco e flecha, e capoeira, o trabalho dos brancos ou quase brancos *lusitanos* na empreitada de expandir os domínios da coroa portuguesa sertão, floresta e cerrado adentro.

Estudos sobre a evolução histórica da língua portuguesa vêm apontando traços antigos no português brasileiro. Penha (1970: 4-5), que então reconheceu a escassez de provas dessa vertente ou deriva do português corrente no Brasil, justificou seu trabalho dizendo que no seu propósito de documentar os traços arcaizantes (sic) na língua popular

brasileira, diga-se, literária, usou o método comparativo, comparando-a com a língua arcaica.

O *corpus* arcaico utilizado por ele foram textos dos séculos XV e XVI, sendo alguns dos séculos XIV e XVII. Dentre eles: *Livro da ensinança de bem cavalgar tôda sela e Leal Conselheiro* (Dom Duarte: 1371-1438), Obras completas de (Gil Vicente: 1471?-1537?) e de (Sá de Miranda: 1490?-1558), *Os Lusíadas* (Luís de Camões: 1524-1580), *Coisas notáveis do Brasil* (Francisco Soares: 1966) e *Cartas familiares* (D. Francisco Manuel de Melo: 1608-1666).

Sabendo a impossibilidade, pelo menos naquele momento, de registrar a língua oral de todo país, Penha (1970: 4-5) decidiu pela língua escrita no Brasil. Seu *corpus* foi extraído da literatura popular, e dos trabalhos escritos a respeito dos falares brasileiros elaborados nos vários pontos do Brasil. Dentre eles: *Dona Guidinha do poço* (1892) de Manuel de Oliveira Paiva (1861-1892), *Sertão em flor* (1919), e *Meu sertão* (1918) de Catulo da Paixão Cearense (1863-1946), *Pedrinho Tanoeiro* (1955) de Joaquim Gonçalo de Amaranto, *Tropas e boiadas* (1917) de Hugo de Carvalho Ramos (1895-1921), e *Contos gauchescos* (1912), *Lendas do sul* (1913), e *Casos de Romualdo* (1914) de João Simões Lopes Neto (1865-1916).

Vestígios orais de fenômenos ditos arcaicos e/ou antigos foram e continuam sendo identificados na região do Vale do Cuiabá, principalmente entre falantes com idade média de cinquenta anos, sem nenhum ou pouco grau de escolaridade, que vivem na região desde que

nasceram e têm um passado genealógico e cultural ligado ao mesmo *habitat*.

É possível que nas próximas gerações esses vestígios sejam apagados porque os mais jovens estão migrando para localidades fora do domínio geográfico do Vale, ou para outras regiões e centros urbanos onde perdem o exclusivo contato com o linguajar nativo de seus pares. Essa hipótese vem se confirmando desde os anos da década de setenta do século XX, seja pela emigração, seja pelo aumento da presença de migrantes de outras regiões brasileiras, principalmente do sul e sudeste do país, historicamente de cultura mais prestigiosa e, por isso, dominante. A mudança do registro dito “cuiabano de chapa e cruz”⁴ também é motivada por variáveis sociais, como, por exemplo, grau de escolaridade.

Material oral

O principal material que serve de base para esta análise foi coletado nos anos de 1995 e 1996 por meio de entrevistas com dezesseis colaboradores, somando mais de quarenta horas de gravação. Além dessas entrevistas nos valem também de trabalhos, entre dissertações, teses e artigos, realizados por outros pesquisadores que adotaram o dialeto cuiabano como objeto de estudo⁵.

A recolha desses dados orais foi guiada pela abordagem metodológica da dialetologia e da sociolinguística. Levamos em conta os

⁴ Expressão usada para conferir legitimidade ao adjetivo gentílico cuiabano.

⁵ Oliveira (1980); Palma (1984); Souza (1999); Dettoni (2003); Zambotto-Lima (2005); Santiago-Almeida & Cox (2005); Lima (2007); Bertoldo (2007). Detalhes desses trabalhos estão no item *Estudos linguísticos no Vale*, mais adiante.

aspectos socioculturais dos falantes, tais como: procedência, faixa etária, profissão e grau de instrução. Levamos igualmente em consideração o *habitat* em que vive e viveu cada entrevistado, observando se teve e/ou tem acesso diário aos meios de comunicação de massa e se convive ou interage com grupos sociais díspares do seu. Dessa forma, efetuamos um exame das relações que se instituem entre as estruturas sociais e o funcionamento do código linguístico utilizado pelos entrevistados para localizar a fonte da manutenção de fenômenos fonológicos antigos na variedade cuiabana.

Gravamos, em fita cassete e/ou *compact disc*, câmara de vídeo e/ou de fotografia, nos municípios de Nossa Senhora do Livramento e de Cuiabá⁶, experiências, histórias de vida e manifestações culturais desses dezesseis colaboradores⁷. Em nossas reuniões, seja para conversar aleatoriamente, seja para rezar ou fazer festa, colhemos cem por cento das falas, desde a chegada até a partida, registrando em vídeo e/ou em fotografia cada movimento que pudesse favorecer a análise, considerando os aspectos de caráter etnográfico.

Entre os dezesseis, selecionamos oito colaboradores, sendo três do sexo feminino e cinco do sexo masculino. Esses oito, como os demais,

⁶ Há, além de Cuiabá e Nossa Senhora do Livramento, outros municípios – todos na Baixada Cuiabana – como Acorizal, Barão do Melgaço, Cáceres, Chapada dos Guimarães, Jangada, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande, com seus distritos e comunidades de pescadores, agricultores e ceramistas onde o dialeto cuiabano é comum, principalmente, entre os falantes aqui caracterizados.

⁷ Essas entrevistas, juntamente com outras gravações realizadas pelos pesquisadores do Projeto Temático Filologia Bandeirante em Goiás, Minas Gerais e São Paulo, estão reunidas e disponíveis em *compact discs*.

atendem às especificações determinadas pelo Projeto Filologia Bandeirante⁸ que são, como já dissemos: idade média de cinquenta anos, nenhum ou pouco grau de escolaridade, residência na região de nascimento, passado genealógico e cultural ligado ao mesmo *habitat*, contato diário e, para alguns, exclusivo com o linguajar nativo de seus pares. Assim, a nossa principal preocupação foi escolher alguém que, na fala, represente com a máxima fidelidade possível a dialeto local; e que, naturalmente, dele se utilize, independente de contextos extralinguísticos; e que não tenha sido influenciado principalmente pela linguagem da escola, pelos meios de comunicação de massa, e até mesmo por variedades linguísticas de outras regiões brasileiras. Os oito colaboradores possuem essas características. A diferença entre eles é o fato de alguns serem mais espontâneos que outros e, por isso, mais produtivos no que se refere à quantidade de material linguístico gravado.

⁸ O projeto Filologia Bandeirante, financiado pela FAPESP, apresenta a constituição de um projeto temático de equipe para coleta de material linguístico, acompanhado de estudos para identificação, análise e tabulação de traços dos aspectos fonológico, morfológico, sintático e semântico pertencentes a uma ou mais fases da língua portuguesa, provavelmente preservados em localidades situadas nas trilhas das bandeiras paulistas de fins do século XVII, com repercussão ao longo do século XVIII. Quer dizer: geograficamente a pesquisa cobriu os territórios dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O projeto que teve como objetivo documentar e descrever aspectos linguísticos do português na área indicada, propiciando aos estudiosos da língua um *corpus* cientificamente preparado para seu estudo, com a hipótese de que a língua ali documentada apresenta traços do português do tempo dos bandeirantes. (Cohen *et alii* (1997: 79-94).

Colaborador 1:

Nome: APC, masculino.	Idade: 73 anos
Profissão (atividades profissionais): Garimpeiro e funcionário público aposentado.	
Escolaridade: primário incompleto.	Naturalidade: Diamantino, MT.
Estado civil: casado.	Naturalidade do cônjuge: Cuiabá, MT.
Residências: aos 12 anos saiu de Diamantino e foi para o garimpo em Alto Paraguai, MT, onde se casou e viveu até os 36 anos, quando foi morar em Cuiabá.	

Colaboradora 2:

Nome: SLR, feminino.	Idade: 90 anos
Profissão (atividades profissionais): dona de casa e costureira.	
Escolaridade: primário completo.	Naturalidade: Cuiabá, MT.
Estado civil: viúva.	Naturalidade do cônjuge: Cuiabá, MT.
Residências: sempre viveu em Cuiabá.	

Colaborador 3:

Nome: MSC, feminino.	Idade: 53 anos
Profissão (atividades profissionais): lavrador e carpinteiro.	
Escolaridade: primário incompleto.	Naturalidade: Livramento, MT.
Estado civil: casado.	Naturalidade do cônjuge: Livramento, MT.
Residências: sempre viveu e trabalhou em volta do município de Livramento.	

Colaborador 4:

Nome: AGS, masculino.	Idade: 66 anos
Profissão (atividades profissionais): lavrador, charreteiro e carpinteiro.	
Escolaridade: primário incompleto.	Naturalidade: Livramento, MT.
Estado civil: casado.	Naturalidade do cônjuge: Livramento, MT.
Residências: sempre viveu e trabalhou em volta do município de Livramento.	

Colaborador 5:

Nome: GGC, masculino.	Idade: 53 anos
Profissão (atividades profissionais): lavrador, charreteiro e carpinteiro.	
Escolaridade: primário incompleto.	Naturalidade: Livramento, MT.
Estado civil: casado.	Naturalidade do cônjuge: Livramento, MT.
Residências: sempre viveu e trabalhou em volta do município de Livramento.	

Colaborador 6:

Nome: BJC, masculino.	Idade: 63 anos
Profissão (atividades profissionais): lavrador, charreteiro e carpinteiro.	
Instrução: primário incompleto.	Naturalidade: Distrito de Campo Alegre, MT.
Estado civil: casado.	Naturalidade do cônjuge: Campo Alegre, MT.
Residências: sempre viveu e trabalhou em volta do município de Livramento.	

Colaboradora 7:

Nome: EBGC, feminino.	Idade: 61 anos
Profissão (atividades profissionais): dona de casa e tecelã de rede.	
Escolaridade: primário incompleto.	Naturalidade: Distrito de Campo Alegre, MT.
Estado civil: casada.	Naturalidade do cônjuge: Campo Alegre, MT.
Residências: sempre viveu e trabalhou em volta do município de Livramento.	

Colaboradora 8:

Nome: ARAS, feminino.	Idade: 64 anos
Profissão (atividades profissionais): dona de casa e tecelã de rede.	
Escolaridade: primário incompleto.	Naturalidade: Livramento, MT.
Estado civil: viúva.	Naturalidade do cônjuge: Livramento, MT.
Residências: sempre viveu e trabalhou em volta do município de Livramento.	

Quanto à metodologia para a coleta do *corpus*, optamos por não utilizar o tradicional questionário comum à pesquisa dialetológica. Os trechos analisados foram extraídos de conversas livres, sendo muitas delas realizadas entre os próprios colaboradores, sem nossa participação direta, ocorridas nestes contextos: os traços linguísticos dos colaboradores 6 (seis) e 7 (sete), marido e mulher, foram transcritos de uma conversa que se desenrolou numa tarde de domingo na residência do casal. Os dois, juntamente com boa parte da família e amigos, lembravam histórias de vida, saboreando-as entre baforadas de cigarros de palha, acordes de viola-de-cocho (instrumento musical, artesanal, que acompanha os versos de

manifestações culturais da região, como o cururu e o siriri e guaraná ralado. Em semelhante ambiente deram-se as entrevistas com os colaboradores, 3 (três), 4 (quatro), 5 (cinco) e 8 (oito). As gravações com os colaboradores 1 (um) e 2 (dois) ocorreram em situações mais formais, sem participação de terceiros. Em tal contexto, o esperado policiamento não impediu que os fenômenos comuns à variedade local fossem, com naturalidade, manifestados na fala desses dois colaboradores.

Material escrito

O material escrito utilizado está composto de trinta e oito documentos manuscritos avulsos, e de dois códices, datados do século XVIII, época das bandeiras e monções paulistas, foco de irradiação da língua portuguesa para o Mato Grosso e centro oeste brasileiro.

O estudo de alguns grafemas de referência vocálica e consonantal, encontrados nesses documentos nos permite levantar hipóteses e fazer descrição do estado de língua da época. Nesse sentido, escolhemos documentos datados, além de Mato Grosso, de regiões brasileiras que devem parte de sua história social à ação bandeirante (São Paulo, Minas Gerais e Goiás), e um datado de Lisboa para a composição do *corpus* de língua escrita. A intenção é dispormos de material que sirva de elemento de comparação entre o português escrito na corte e na colônia; o que serve para demonstrar que muitos fenômenos correntes da variedade portuguesa que chegaram em terras cuiabanas eram os mesmos assim na Europa como em outras regiões do Brasil.

Dentre o *corpus* analisado, há cartas, ofícios, requerimentos, relatórios, diário de viagem, memória de guerra, dentre outros gêneros.

Alguns desses documentos estão constituídos de duas vias. Esses documentos duplicados oferecem elementos consistentes para a análise, pois além do fato de se tratar de duas vias escritas pelo mesmo punho, eles nos ajudam a desfazer certas dúvidas, dentre elas, a ocorrência de algum fenômeno (como a utilização de dado um recurso grafemático) que destoe do atual padrão linguístico ou destoe de outros escrivães contemporâneos aos documentos. Por isso, esse tipo de documento permite-nos analisar descuidos ou indecisões do autor, uma vez que, nesses casos, o lapso comumente é único. Caso não seja um lapso, isto é, caso seja um aspecto próprio do estado de língua da época, haverá, possivelmente, reincidência do mesmo fenômeno em outra via e em outros documentos do período. Ao mesmo tempo, podemos chegar a essas deduções partindo, também, de documentos com apenas uma via. Afinal, no século XVIII não há indicação segura de que havia uma norma para a escrita portuguesa difundida e reconhecida por todo e qualquer escrivão ou copista. Não obstante, pode-se, pela observação dos documentos, perceber o estado de *poligrafia* (entenda-se: variação 'ortográfica') daquele século. Consequentemente isso nos ajuda a inferir quando algum traço, apesar de encontrar-se na escrita, aponta para um vestígio de oralidade que o escrivão ou copista deixou transparecer. Assim, é possível realizar essa investigação com documentos de via única e com documentos de vias múltiplas. A análise destes, sem preterição daqueles, certamente nos possibilita chegar a estas e outras constatações com mais segurança e celeridade.

Os manuscritos utilizados estão depositados nos Arquivos Públicos do Estado do Mato Grosso (APEMT) e de São Paulo (APESP). A exceção é o *Diario da Navegação do Rio Tietê, Rio Grande Paraná, e Rio e Gatemy* escrito pelo Sargento Teotônio José Juzarte (1769-71), cujo testemunho utilizado foi a edição (fac-similar) de Souza & Makino (2000).

A tabela 1 apresenta uma listagem com as características dos documentos avulsos e está assim organizada: na primeira coluna, há o número do documento. Na segunda coluna, a indicação do número de vias. A terceira coluna lista a localidade em que o documento foi datado. Assim, *V. R. S. B. J. Cbá* é o acrônimo para “Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá”, e *V. B. S. Trindade* quer dizer “Vila Bela da Santíssima Trindade”. Na quarta coluna, está a datação do documento. Por fim, a quinta coluna especifica a localização do documento, sendo APEMT (Arquivo Público do Estado de Mato Grosso): “doc. div.”; “cad.” (documentos diversos; caderno), e APESP (Arquivo Público do Estado de São Paulo): número da cota.

Doc.	Via	Local	Data	Localização
1	uma	Campanha, MG	12/01/1707	APESP: ms CO 334; 88-2-10
2	uma	Vila Rica, MG	26/12/1721	APESP: ms CO 334; 88-2-14
3	uma	São Paulo, SP	04/01/1723	APESP: ms CO 334; 88-2-12
4	uma	Baipendi, MG	04/04/1723	APESP: ms CO 334; 88-2-13
5	uma	Vila Rica, MG	28/10/1726	APESP: ms CO 334; 88-2-23
6	uma	Vila Rica, MG	19/01/1733	APESP: ms CO 334; 88-2-18
7	uma	Santos, SP	07/03/1733	APEMT: doc.div.; cad. 25
8	uma	V.R.S.B.J.Cbá, MT	11/04/1734	APEMT: doc.div.; cad. 29
9	uma	Vila Boa, GO	06/06/1736	APESP: ms CO 334; 88-2-26
10	duas	V.R.S.B.J.Cbá, MT	18/07/1737	APEMT: doc.div.; cad. 36
11	uma	Rio Cuiabá, MT	01/09/1737	APEMT: doc.div.; cad. 38
12	duas	V.R.S.B.J.Cbá, MT	04/09/1738	APEMT: doc.div.; cad. 42
13	uma	Traíras, GO	24/06/1739	APESP: ms CO 334; 88-2-63
14	duas	V.R.S.B.J.Cbá, MT	24/07/1739	APEMT: doc.div.; cad. 48
15	duas	V.R.S.B.J.Cbá, MT	08/09/1739	APEMT: doc.div.; cad. 49
16	uma	Vila Boa, GO	25/12/1739	APESP: ms CO 334; 88-2-52
17	uma	Cuiabá, MT	30/09/1744	APEMT: doc.div.; cad. 64

18	uma	Vila Boa,GO	10/11/1745	APESP: ms CO 334; 88-2-45
19	Uma	Vila Boa,GO	17/04/1746	APESP: ms CO 334; 88-2-66
20	uma	Cuiabá,MT	27/03/1750	APEMT: I; cad. 01
21	duas	Lisboa,PORTUGAL	05/08/1750	APEMT: I; cad. 02
22	uma	V.B.S.Trindade,MT	21/05/1755	APEMT: I; cad. 49
23	uma	Cuiabá,MT	20/07/1755	APEMT: I; cad. 52
24	uma	Cuiabá,MT	21/02/1756	APEMT: I; cad. 30
24	uma	V.R.S.B.J.Cbá,MT	22/02/1756	APEMT: I; cad. 65
26	uma	V.B.S.Trindade,MT	27/10/1758	APESP: ms CO 334; 88-2-70
27	uma	V.B.S.Trindade,MT	15/02/1759	APESP: ms CO 334; 88-2-75
28	uma	V.B.S.Trindade,MT	07/03/1759	APESP: ms CO 334; 88-2-71
29	uma	V.B.S.Trindade,MT	27/06/1759	APESP: ms CO 334; 88-2-72
30	uma	V.B.S.Trindade,MT	28/08/1759	APESP: ms CO 334; 88-2-97
31	uma	V.B.S.Trindade,MT	18/12/1759	APESP: ms CO 334; 88-2-55 C
32	uma	Vila Boa,GO	09/07/1763	APEMT: doc. Div.; cad. 67
33	uma	Jaguari,MG	13/09/1779	APESP: ms CO 334; 88-2-20
34	uma	Vila Boa,GO	12/06/1793	APESP: ms CO 334; 88-2-76
35	uma	V.B.S.Trindade,MT	26/06/1797	APESP: ms CO 334; 88-2-77
36	uma	Vila Boa,GO	04/03/1798	APESP: ms CO 334; 88-2-78
37	uma	São Paulo,SP	22/05/1798	APESP: ms CO 334; 88-2-78
38	uma	Vila Rica,MG	21/08/1798	APESP: ms CO 334; 88-2-34

Tabela 1: quadro resumo dos documentos avulsos

A tabela 2 apresenta as características dos dois códices (doc. 39 e 40), indicando título/autor, data, número de fólios e localização nos arquivos públicos.

Códice	Título/Autor	Data	Fólio	Localização
1	Diário da navegação do Rio Tietê, Rio Grande Paraná, e Rio e Gatemy (...) / Sargento Mor Teotônio José Juzarte	Início da viagem: 10 de março de 1769 / Fim da viagem: maio de 1771	133r;v	BIBLIOTECA DO MUSEU DO IPIRANGA: Ordem, nº 93 / BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA: Registro, nº 1303793
2	Memória sobre o plane de guerra ofensiva e defensiva da Capitania de Mato Grosso / Tenente Coronel Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra	31 de janeiro de 1800 (Forte de Coimbra,MT)	80r;v	APESP: ms EO 11578

Tabela 2: quadro resumo dos códices

Não nos detivemos, porém, apenas no período abrangido pelos documentos listados, recorreremos também a outras fases da história do português e a dados já divulgados por pesquisadores, historiadores e gramáticos da língua portuguesa, desde o galego-português, passando pelo português arcaico, até nossos dias⁹, porque, para dizer com Mattos e Silva (1991: 48), o estudo de um fato linguístico, com tal vasto panorama teórico, nos permite inferir algumas afirmativas e outras suposições sobre qualquer sistema estudado da língua de qualquer que seja o período.

Por ser, por isso e também, um estudo de caráter filológico que, como lembra Megale (1998: 11), se caracteriza por “ir às fontes” e que, de acordo com sua prática tradicional, prioriza a visão periférica, compreendendo a observação de um texto só depois de atestada a intimidade com o contexto ou fenômenos da história externa ou social que constituíram suas condições de produção – em se tratando da lição de textos setecentistas – vale lembrar que, segundo Marquilhas (1991: 9-10), no quadro histórico português do século XVIII podemos traçar uma linha divisória na década de cinquenta.

Na primeira metade do século, no reinado de D. João v, fase do Estado absolutista, pode-se assistir, sobretudo até o ano de 1740, à gravitação em torno do paternalismo real de uma classe intelectual, quase exclusivamente integrada por membros da alta nobreza e do clero, que aceitava entusiasticamente da parte do rei um mecenato generoso, expresso na contínua atribuição de mercês, e em prontas licenças de

⁹ Alguns: Buescu (1984), Castro (1991, 2006), Câmara Jr (1975), Cuesta & Luz (1971), Faraco (1991), Fávero (1996), Ferreira Netto (2001), Huber (1933), Maia (1986), Mattos e Silva (1984, 1991), Nunes (1943, 1945), Piel (1989), Pinto (1988), Silva Neto (1952), Silveira (1971), Tarallo (1994) et alii.

impressão à custa dos cofres da Coroa. Fato que intimamente está relacionado com o súbito e contínuo alimento de riqueza fornecido pelas minas brasileiras de ouro e diamante.

Passando para a segunda metade do século, a partir do ano de 1755, com a crescente imposição da figura do marquês de Pombal, chega-se à fase final do processo do Estado absolutista, período em que se impõe uma vontade legislativa motivada pela generalização dos benefícios da instrução a um grupo social mais vasto, da livre circulação de bens e do enriquecimento em geral. Nesse momento assiste-se ao progressivo triunfo cultural do “espírito das luzes”. A ele se podem considerar ligadas, principalmente, as atitudes de reforma da instrução e da indústria tomadas pelo marquês e continuadas pelos ministros de D. Maria I.

No entanto, o reconhecimento da conversão da norma regional do centro atlântico do reino em norma de prestígio ficou a dever-se ao séquito intelectual de Dom João V. Aliás essa tendência acompanhou o fortalecimento do regime absolutista desde o seu começo, mas só no século XVIII a existência de uma variante padrão para o português passa a ser proclamada e fortalecida¹⁰. Essa proclamação eufórica da norma padrão para o registro oral logo passou para o nível do escrito.

Até então, nesta modalidade, como já dissemos, não há indicação segura de que havia um sistema ortográfico bem definido. E se havia uma norma para a escrita portuguesa, não estava difundida, nem era do

¹⁰ Verney (1746:14) e Carmelo (1767: fl.2*5v.), apud Marquilhas (1991:11), respectivamente, dão os contornos da variante culta, reconhecendo-lhe inegável força normativa:– “[...] digo que os Portuguezes devem pronunciar, como pronunciam os omens de melhor doutrina, da – Província da Estremadura;” – “Muitos curiosos deste Reino desejam proferir o Accento próprio das Vogaes [...] mas nam podem aprender ouvindo, porque nam podem sahir de suas Patrias para vir á Corte.”

(re)conhecimento de quem tinha a prática da escrita. Pelo menos é isso que fica evidente nos manuscritos setecentistas analisados.

Naquele século, de acordo com Cuesta e Luz (1971: 335-339), houve mais ainda um agravamento da já instalada polêmica entre as chamadas ortografias fonética e etimológica, findando com a vitória desta última, então defendida principalmente por João de Morais Madureira Feijó na sua *Orthographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portugueza* (1734).

Na história da ortografia portuguesa, o período etimológico, ou pseudo-etimológico, que foi uma tentativa de adaptação da ortografia grega e latina, iniciado no século XVI, no Renascimento – e que se prolongou até os princípios do século XX, quando se inicia uma busca de simplificação do sistema ortográfico, em 1904, quando Gonçalves Viana (1840-1914) publica “Ortografia Nacional” – se caracteriza por uma tendência para afastar a escrita da pronúncia para fazê-la retroceder até à sua origem. Essa tendência veio, então, na contra mão do que desejavam os escrivães nos primeiros tempos da língua do chamado, sem grande precisão, período fonético, do século XIII ao século XVI, que corresponde à época do português arcaico, em que se pretendia escrever pautando-se pela pronúncia, representando foneticamente, via modalidade escrita, os sons das novas palavras. No entanto, como muitos desses sons não eram encontrados em latim, foi necessário adotar antigas grafias ou inventar outras que naturalmente variavam de acordo com o critério de cada um. É partindo disso que se pode explicar a ausência de unidade ortográfica do português do período arcaico.

A suposta vitória da ortografia etimológica não significa que a partir da obra de Feijó (1734) se instalou a unidade gráfica da língua portuguesa. Desde o início do século XX – mais precisamente em 1907, no Brasil, com iniciativa da Academia Brasileira de Letras, e 1911, em Portugal, com iniciativa do Governo que nomeou uma comissão de filólogo, dentre eles Gonçalves Viana – que se vem fazendo reformas ortográficas com a intenção de se conseguir uma unificação do sistema, seja isoladamente, seja tentando implantar acordos entre os dois países.

É evidente que a cada uma dessas reformas, o sistema ortográfico da língua portuguesa, assim em Portugal como no Brasil, se aperfeiçoa, sem, entretanto, impedir que haja algum desacordo, o que, considerando as particularidades culturais e história social de cada país, é muito natural. A prova disso se refletiu na necessidade de outra nova reforma, como o “Acordo de Ortografia Simplificada entre Brasil e Portugal (1991) para a Lusofonia”, que entrou em vigor em 2009, mas já se iniciou com desacordos e resistências. Principalmente em Portugal.

Isso nos permite inferir que a ausência de uma norma unificada de fato para a escrita fez com que, principalmente no século XVIII, se apresentasse uma grafia variável, oscilante, emergindo ainda traços da modalidade oral, resquícios da fase da ortografia fonética, própria do período arcaico, em que os textos, segundo Maia (1986: 302), revelavam frequentes situações de polivalência e de poligrafia.

Embora essa constatação deponha a favor do nosso propósito – de pela análise do sistema grafemático, ou de textos da modalidade escrita do século XVIII, chegarmos à descrição do sistema fonológico da língua

portuguesa da época, pretendendo com isso, como fez Maia (1986), averiguar a relação entre esses dois sistemas, constando o grau de correspondência entre as unidades das formas escrita e falada no período eleito para esse estudo – há que se considerar sobre as dificuldades e cuidados que se deve tomar na realização dessa análise.

No século XVIII, de acordo com Cuesta e Luz (1971: 335-339), como dissemos, agravou-se ainda mais a polêmica entre as ditas ortografias fonética e etimológica, terminando com esta suplantando aquela. Podemos observar nos documentos analisados que, em verdade, não houve nenhuma vitória definitiva do chamado período etimológico ou pseudo-etimológico sobre o fonético. A prova disso é a evidente distância que há entre os preceitos dos gramáticos e ortógrafos daquela época, em particular Bacellar (1783), e os ditos manuscritos coevos, como constatamos nos capítulos 2 (Grafemas e diacríticos nos manuscritos do século XVIII) e 3 (Vocalismo).

Justifica-se, dessa forma, a utilização dos documentos manuscritos do século XVIII para dar conta do nosso propósito que é, como destacamos logo acima, chegarmos, pela análise do sistema grafemático, à descrição do sistema fonológico da língua portuguesa setecentista, reconhecendo, assim, o grau de correspondência entre as unidades das formas escrita e falada no período em evidência. A esse favor, acrescentamos ainda que o primeiro mandamento das regras de ortografia na gramática de Bacellar (1783: 119) diz que devemos escrever como pronunciamos.

Apesar desse preceito normativo de um gramático do século XVIII, temos em mente a dificuldade de dar cabo a uma tarefa tão complexa, como a proposta.

Nessa direção, Maia (1986: 301) justifica essa dificuldade, ressaltando que os sistemas de escrita são, a maior parte das vezes, insuficientes e imperfeitos na sua maneira de representar a língua falada, em virtude da conhecida inadequação entre os sistemas grafemático e fonológico, uma vez que “a escrita não representa os sons concretos da fala, mas sons-tipos e, a partir daí, os fonemas.” Mais adiante, à página 303, citando Gossen (1968: 15-16), adverte ainda que é oportuno ter em mente que a língua escrita, em especial de documentos notariais, como em parte é no nosso caso, somente de certo modo e em certo grau representa a língua do escriba ou do copista e o falar local ou regional, porque quem escrevia ou copiava “obedecia a tradições gráficas que se encontravam em todo o caso acima da realidade fonética local e, por vezes, mesmo regional.” Mesmo assim, reconhece que algumas ou mesmo muitas formas da língua falada escaparam na transcrição de documentos dessa natureza. Contudo, chama a atenção que nem todas as partes de um mesmo documento podem, de maneira igual, refletir a língua falada do período, porque, como hoje, quem escreve usa fórmulas tradicionais que vêm passando de geração em geração, e que muitas vezes se copia literal e diretamente de formulários já estabelecidos. Dessa maneira, numa investigação linguística que tem como base documentos desse gênero, e que tem o objetivo, como o nosso, de estudar o sistema fônico a partir das relações entre grafemas e fonemas, é preciso estar atento para se não conceder o mesmo valor às ditas fórmulas

feitas e às outras partes dos documentos que, por dedução, mais espontaneamente saíram da mão do escriba ou copista.

Embora os sistemas grafemático e fonológico sejam, como não é novidade, bem diferentes entre si, autônomos e independentes, é reconhecido que são dois sistemas em que o primeiro é reflexo do segundo¹¹.

Isso posto, e considerando ainda o fato de que, na época dos documentos aqui utilizados, não havia um sistema ortográfico mais definido, comum a todos, não é raro encontrar nos ditos manuscritos exemplos que de certa forma abonam a hipótese de haver traços de língua falada na escrita, como no registro de *poco* no lugar de *pouco*, ou na constatação de registros dispares de um mesmo item lexical, saídos do punho de um mesmo escriba ou copista, em um mesmo documento: ora *Real* e *descobrimento*, ora *Rial* e *descubrimento*.

Se essa oscilação no sistema grafemático nos deixa em dúvida sobre o que era a tal língua da corte, a norma padrão, que, no dizer de Argote (1725: 299), os “meninos bem criados” deviam aprender, por outro lado esses manuscritos nos fornecem elementos nos quais podemos nos guiar para descrever o estado de língua da época, ou pelo menos parte dela, discernindo, na medida do possível, variante de prestígio e de não prestígio, baseando-nos, principalmente, nas ocorrências gráficas, ou nas relações entre grafemas e fonemas, e também em fatos do léxico e da sintaxe, que se repetem em um ou mais documento. Algumas dessas ocorrências hoje são consideradas não padrão na norma da escrita, como

¹¹ A esse respeito já havia dito Saussure (1991: 34) “Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro.”

no caso do uso do grafema <y> em ditongos decrescentes, como em *Alcayde* e *mandey* por *Alcaide* e *mandei*, ou ainda na grafia de *caza* e *prezente*, com <z>, dentre outras ocorrências.

Ainda no que se refere às relações entre grafemas e fonemas, na interpretação de textos antigos – retomando o que dissemos sobre a postura de se ir além do que nos oferecem os documentos analisados, para a análise do sistema fonológico do português do século XVIII, no tempo das bandeiras e monções –, segundo Maia (1986: 304-305), o conhecimento do estado fonológico atual pode ser de grande ajuda, mas em verdade o que importa é observar como se davam essas relações levando em conta os fonemas da época em questão. Além disso, é aconselhável recorrer aos gramáticos de antes, do então período dos documentos analisados, de um pouco mais tarde, e também de hoje, porque as suas observações constituem “um útil marco de referência no processo evolutivo da língua”. Ainda que não tenhamos utilizado o recurso, registramos que age bem ainda o pesquisador que recorre aos textos poéticos coetâneos, porque as suas formas, em rima, trazem algumas informações bem seguras sobre as realizações fônicas da língua no período em que o texto foi escrito. Nesse sentido, Mattos e Silva (1991: 48) reafirma que a rima e a métrica sugerem interpretações a respeito do sistema vocálico, como elisões, ditongos, hiatos, e também sobre o timbre.

Estudos linguísticos no Vale

A variedade linguística no Vale do Cuiabá tem sido objeto de análise para pesquisa no âmbito de pós-graduação *stricto sensu* desde o trabalho inaugural de Oliveira (1980), *A linguagem dos pescadores de Mato Grosso*. Sucederam a este os seguintes: Palma (1984), *Variação fonológica na fala de Mato Grosso: um estudo sociolinguístico*; Souza (1999), *Fonologia do português mato-grossense: uma perspectiva crioulística*; Santiago-Almeida (2000), *Aspectos fonológicos do português falado na baixada cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil*; Dettoni (2003), *A concordância de gênero na anáfora pronominal: variação e mudança linguística no dialeto da baixada cuiabana – Mato Grosso*; Zambotto-Lima (2005), *Aspectos fonéticos conservadores no falar de Mata-Cavalo*; Lima (2007), *A variação na concordância do gênero gramatical no Falar Cuiabano*; e Bertoldo (2007), *Estudo semântico-lexical no Distrito Nossa Senhora da Guia*. Antes, porém, merece menção o livro *Do falar cuiabano*, de Drummond (1976). Nessa categoria, também foi publicado, *Vozes cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso*, organizado por Santiago-Almeida & Cox (2005), reunindo textos de alguns desses citados pesquisadores.

Esta tese está composta – além da introdução, considerações finais, referências bibliográficas e anexos – de três capítulos, cada um tratando, respectivamente, dos seguintes temas:

No capítulo 1, *História social da Baixada Cuiabana*, apresentamos, sucintamente, os dados da história social, política e cultural do Vale do

Cuiabá, destacando estratos étnicos, costumes e manifestações culturais dos habitantes da região, com intenção de descrever a base e os ingredientes socioculturais do povo cuiabano.

No capítulo 2, *Grafemas e diacríticos nos manuscritos do século XVIII*, com base no material escrito, estudamos os grafemas de referência vocálica e consonantal para levantar hipóteses e fazer descrição do estado de língua do século XVIII.

No capítulo 3, *Vocalismo*, com base no material oral, descrevemos o sistema fonológico cuiabano, apontando, com base principalmente nos documentos manuscritos do século XVIII com apoio em estudos já realizados por outros pesquisadores, os fenômenos que consideramos manutenção no diletto da região estudada. Por isso mesmo, dentre o sistema fonológico do falar cuiabano, tratamos apenas dos fonemas vocálicos em cujas realizações há exemplos de possível manutenção.

Anexo (1) da introdução

Bella

88-2-70

Recbi
 cinco cartas de V. A. de 20, 21 e 22 de
 pto. de Março como, e não crevendo, me
 não dá lugar a alargar; e quanto ao Sr.
 Esta determinado a deslense ao Sr. e
 pto. venio a dar com saúde, e continuar na
 incumbencia; tambem não me ocorre outra
 a q' responder a isto; venio q' pto. mimis opido
 fazer Cas. Secret. e scravo com may largura
 sobre a dependencia da Aldeia, e q' de 1758
 disse a este tempo sam pto. o leguaria como pto.
 mim. D. e a V. A. m. anno. V. de 1758
 27 de Maio de 1758

M. de Bragança e C. de V. A.


D. Ant. de Almeida e Moura

Sr. D. de Bragança
 e C. de V. A.

Documento 26: Carta de Vila Bela da Santíssima Trindade, MT, 27/10/1758.
 Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Anexo (2) da introdução

S^{mo} Ex^{mo} Sⁿⁱ


 A carta de 2. de Novembro do anno proximo pa-
 sado Me particypa V^{ra} que carece de q^{ta} arrolho de
 com para desajamento da despezas da Capitania, em
 observancia da Real Carta de 7. de Junho de 1757, q^{ta}
 Real c^{ta} remedia no tempo da Seca a Província Comuna da
 Cayaba.

Ao V^{ro} Inten^{te}, e Por^{ta} da Real
 zenda desta Capitania Ordenei q^{ta} represente a conduita Cel-
 culada pelo Soldado Dragão Estevão da Silva Rosa, q^{ta}
 João Custodio de Azevedo Cometeo a Ordem de V^{ra} C^{ta} ad^{ta}
 Província asditas quatro annos de tras emelhor q^{ta} q^{ta}
 o Campes.

Emzudo assim q^{ta} V^{ra} C^{ta} mande a
 Casa p^{ta} p^{ta} a annua de tras para se fazer

De q^{ta} a V^{ra} C^{ta} Vila Boa de Goiás
 de Junho de 1763.

S^{mo} Ex^{mo} Sⁿⁱ D^o Antonio Nollon de Moraes
 Manoel de V^{ra} C^{ta}
 João Manoel de V^{ra} C^{ta}

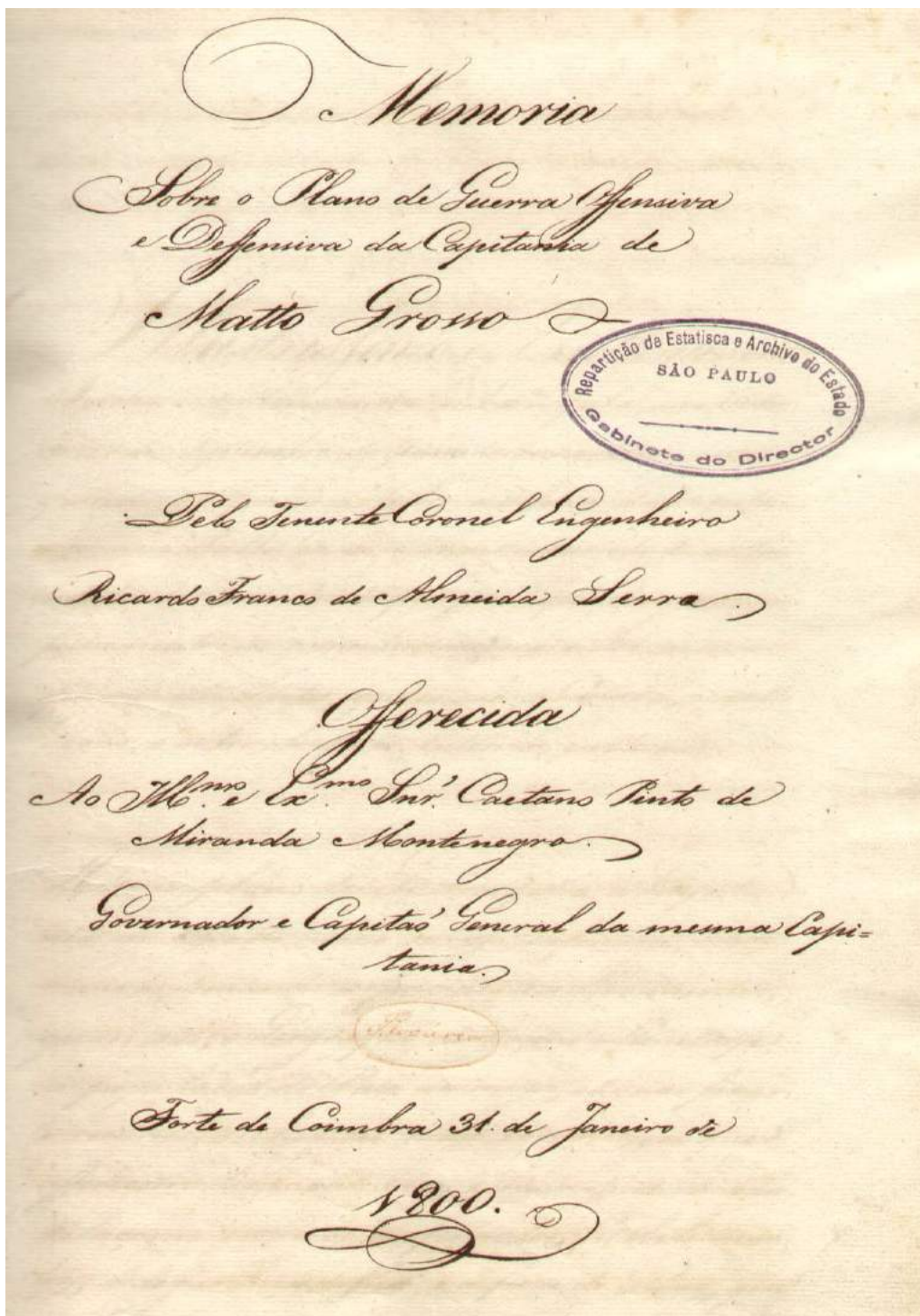
Documento 32: Carta de Vila Boa, GO, 09/07/1763.
 Acervo do Arquivo Público de Mato Grosso.

Anexo (3) da introdução



Código 1: Diário da Navegação, 1769-1771.
Biblioteca do Museu do Ipiranga.

Anexo (4) da introdução



Código 2: Memória sobre o plano de guerra ofensiva e defensiva da Capitania de Mato Grosso, Forte de Coimbra, MT, 1800. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA SOCIAL DA BAIXADA CUIABANA

*Para mobilizar todas essas
fôrças bastou o descobrimento
do ouro.*

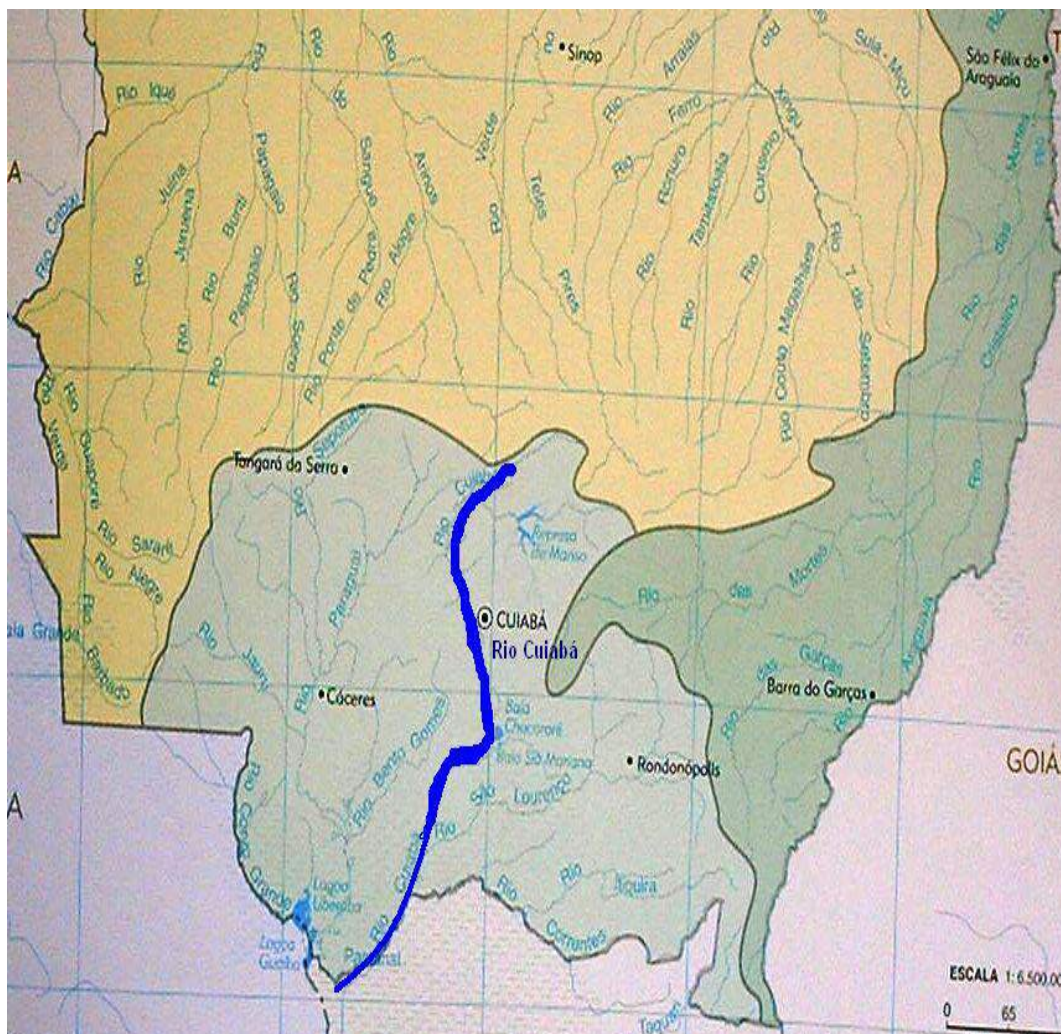
Abreu (1960: 77)

Neste capítulo encontram-se, sucintamente, os dados da história social da Baixada Cuiabana, com destaque para os estratos étnicos dos habitantes da região, seus costumes e manifestações culturais.

A intenção é descrever a base e os ingredientes socioculturais do povo cuiabano, comungado assim com a posição de Hymes (1993: 431), que, ao comentar ensaios cujo foco principal é a história social da linguagem, se coloca na condição de linguista trabalhando em antropologia, esperando que a interdisciplinaridade seja uma preocupação efetiva em qualquer estudo das ciências humanas, dizendo que linguistas, antropólogos, sociólogos e outros podem fazer suposições que não são verdadeiras e se espantar com muitos fatos que não são novos sem a contribuição que a história social pode dar.

1.1 Referências históricas

Denomina-se Baixada Cuiabana toda a região ribeirinha, cujo alcance geográfico inclui a capital do estado de Mato Grosso, Cuiabá, e os municípios e vilarejos adjacentes que devem sua origem ao rio Cuiabá, seus afluentes, confluente e defluente.



Miranda & Amorim (2000: 15), com adaptações.

As águas desses rios foram utilizadas pelos monçoeiros (que, principalmente na época das cheias, se utilizavam de caminhos fluviais) e bandeirantes paulistas, no século XVIII, como principal caminho de acesso, primeiramente, às aldeias indígenas (minas de escravos) e, depois, às minas de ouro e diamante da dita região.

Como se sabe, as bandeiras foram organizadas, em primeiro lugar, com a finalidade de capturar índios que eram vendidos como mão-de-obra escrava. Essa atividade era corriqueira no planalto piratiningano, uma vez

que na Capitania de São Paulo – composta por três vilas litorâneas, São Vicente, Santos e Iperoig, e, serra acima, por uma: a então Piratininga – os engenhos de açúcar não prosperaram como no nordeste, nem surgiram outras lavouras de interesse para a Coroa; e as missões jesuíticas dessa capitania desenvolveram-se aquém de outras instaladas pelo Brasil. Sem muita alternativa os paulistas se empenharam na atividade bandeirante, preando índios e buscando riquezas minerais. Em 1718 a bandeira de Antônio Pires de Campos, à caça dos índios Coxiponé, atingiu o rio Coxipó, um dos afluentes do Cuiabá. No ano seguinte, em 1719, outra bandeira comandada por Pascoal Moreira Cabral chegou a essa mesma região. Conta a história que Moreira Cabral, acidentalmente, encontrou ouro nas barrancas do Coxipó e não tardou em lavrar uma ata de fundação da atual cidade de Cuiabá para garantir o direito de posse. Em 1722, o sorocabano Miguel Sutil, por intermédio dos índios, descobriu outra mina próximo à primeira.

A partir de então as terras cuiabanas foram consideradas importantes, e de todos os recantos daqueles Brasis, mormente de São Paulo, partiram rumo ao *Cuyabá* “caipiras, crioulos, caboclos, sertanejos e sulinos” (Ribeiro, 1995: 269-444); principalmente os chamados caipiras paulistas que se organizavam em bandos imensos de mamelucos e, por meses e até anos, se deslocavam a pé, descalços, nas bandeiras, ou remando as canoas nas monções, e metendo-se pelos sertões interiores com suas famílias, servidos por muitos índios já escravizados, caçando outros nativos para a mesma finalidade e, conseqüentemente, expandindo o território da colônia portuguesa. A maioria desses aventureiros percorria

rota dessas expedições foram surgindo muitos vilarejos. Alguns deles se tornaram grandes cidades, como é o caso da capital mato-grossense, enquanto outros, com a diminuição da atividade garimpeira, de certa forma insulados, permaneceram com suas características primeiras, como é comum em regiões interioranas, conservando seus costumes, manifestações culturais e religiosas e, conseqüentemente, com a variedade linguística de então, ou pelo menos com alguns dos traços daquela variedade antiga, colonial, do século XVIII.

Isso não quer dizer, entretanto, que na chamada grande cidade, em particular Cuiabá, não encontremos, entre os cidadãos, aqueles de características socioculturais semelhantes às dos habitantes das tais pequenas cidades rurais, vilas e comunidades ribeirinhas, onde a variedade linguística que caracteriza o nativo da Baixada Cuiabana é mais evidente.

1.2 Base humana

Na história da formação do povo brasileiro contada por Ribeiro (1995: 81), a instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o cunhadismo. Trata-se de um velho costume indígena de incorporar estrangeiros à sua comunidade, que consistia em dar a um estranho, geralmente europeu, uma moça índia como esposa, estabelecendo, dessa forma, laços que o aparentavam com todos os membros do grupo.

Como cada europeu podia fazer quantos desses casamentos quisesse, a instituição funcionava como uma forma vasta e eficaz de recrutamento

de mão-de-obra gratuita. Do lado indígena, porém, o interesse era pelas possíveis e eventuais novidades que o branco podia trazer nos navios. Trata-se, *grosso modo*, daquela, também, velha história do “tome lá um espelho, dê-me cá uma pedra preciosa”, ou uma boa quantidade de pau-brasil, cortado e transportado para dentro dos navios.

Enquanto alguns desses brancos iam morar nas aldeias, adotando o costume dos seus agora parentes índios, outros formavam unidades separadas das aldeias, compostas por eles, suas muitas mulheres índias e seus numerosos filhos mamelucos, todavia, integrando-se também ao *modus vivendi* indígena.

Ribeiro (1995: 83) considera que, dentre outras, a primeira e principal unidade com essas características foi o núcleo paulista centrado em torno da figura de João Ramalho (1493-1580), provável fundador da paulistanidade caipira.

O resultado foi o surgimento de uma gente mestiça que depois, efetivamente, ocupou o território brasileiro, a maioria partindo da Capitania de São Paulo, cuja base humana estava composta pela associação de brancos, mamelucos e índios. Conforme Silva Neto (1963: 55), já no primeiro recenseamento do Brasil, feito em 1583 pelo Padre Anchieta, a população de São Paulo estava formada apenas por brancos e índios. Apesar de não haver menção, é bem certo que os mestiços mamelucos estejam aí incluídos, vistos ou como brancos, ou como índios, ou até mesmo foram ignorados, e não contados.

Segundo relata Ribeiro (1995: 107), esses mestiços não eram bem vistos, em especial, pelos jesuítas espanhóis. Foram eles que, “horrorizados

com a bruteza e desumanidade dessa gente castigadora de seu gentio materno”, lhes deram o nome “mameluco”. Termo que, originalmente, se referia a uma casta de escravos árabes. Entretanto, considerando o contexto histórico e social da época², há que se concordar com a posição de Ribeiro (1995: 108) quando diz que aqueles “mamelucos ou brasilíndios foram, na verdade, a seu pesar, heróis civilizadores”, que, de acordo com Holanda (1986: 29), demonstraram uma extraordinária flexibilidade, moldável a qualquer nova circunstância, “com a consistência do couro, não a do ferro e do bronze, cedendo, dobrando-se, amoldando-se às asperezas de um mundo rude”.

Com a diminuição da atividade mineradora, principal impulso do bandeirantismo, os que vivam dessa atividade mergulharam num estado de extrema pobreza, reencarnando a antiga forma de vida dos paulistas pioneiros que aportaram em terras mato-grossenses no início do século XVIII. Nessas condições, é inevitável que a população se disperse, buscando outras alternativas para sobreviver, alcançando, no dizer de Ribeiro (1995: 383) o equilíbrio “numa variante da cultura brasileira rústica, que se cristaliza como *área cultural caipira*”, que se esparramou desde São Paulo, Espírito Santo e costa do Rio de Janeiro, até Minas Gerais, Mato Grosso, e também Goiás, estendendo-se ainda sobre áreas fronteiriças do Paraná.

² Ainda segundo Ribeiro (1995:108), “os brasilíndios ou mamelucos paulistas foram vítimas de duas rejeições drásticas. A dos pais, com quem queriam identificar-se, mas que os viam como impuros filhos da terra, aproveitavam bem seu trabalho enquanto meninos e rapazes e, depois, os integravam a suas bandeiras, onde muitos deles fizeram carreira. A segunda rejeição era a do gentio materno. Na concepção dos índios, a mulher é um simples saco em que o macho deposita sua semente. Quem nasce é o filho do pai, e não da mãe, assim visto pelos índios. Não podendo identificar-se com uns nem com outros de seus ancestrais, que o rejeitavam, o mameluco caía numa terra de ninguém, a partir da qual constrói sua identidade de brasileiro.”

Assim, o que antes era área de correrias dos velhos paulistas na caça aos índios e na busca de ouro e diamante agora se transforma numa vasta região de cultura caipira, onde se instala uma economia de subsistência na atividade agrícola, na caça, pesca e na coleta de frutos e tubérculos silvestres; tudo associado à atividade artesanal doméstica. Bairros ou núcleos rurais foram formados, onde conviviam grupos unificados pela participação em formas coletivas de trabalho e de lazer. Foi nesse contexto que surgiu o mutirão³.

Ainda sobre o *modus vivendi* dessas comunidades, diz Ribeiro (1995: 385) que as vizinhanças solidárias também se organizavam em outras formas de convívio, como o culto a um santo protetor, em cuja capela promoviam além de missas, festas e leilões, sempre seguidos de bailes. Cada núcleo, além da produção de subsistência, produzia também artigos que serviam como unidades de troca no comércio, como queijos, rapaduras, farinha de mandioca, toucinho, linguiça, cereais, animais, panos e redes de algodão.

As características físicas do cuiabano legítimo ou “cuiabano de chapa e cruz”, no geral, não negam a descendência brasílica, mameluca. Embora, como era de se esperar, levando em conta a história social da região, a presença do negro também é muito evidente.

³ Trata-se de uma instituição solidária que consiste no auxílio mútuo e ação conjugada pela reunião de moradores de uma vizinhança para a execução de tarefas que excedam as possibilidades dos grupos familiares, como a derrubada da mata para o plantio, a limpeza e colheita das roças, bem como na construção ou conserto da casa, etc. A família que se beneficiava dessa ação tinha o dever de alimentar o grupo e, ao fim dos trabalhos, oferecer uma festa. Como se vê, o mutirão era uma forma de associação para o trabalho, mas também uma oportunidade de lazer para a comunidade.

O aqui chamado “cuiabano de chapa e cruz” não se restringe aos nascidos dentro dos limites geopolíticos do município de Cuiabá, mas, genericamente, a todos que, além de nascidos na área de alcance delimitada por esta pesquisa, têm sua história genealógica e cultural ligada à região, vivendo em permanente contato (exclusivo, para alguns) com o linguajar nativo de seus semelhantes.

Em muitas dessas famílias não é difícil constatar que seu modo de vida ainda está muito próximo ao do descrito anteriormente. Os que vivem em sítios, ou mesmo na periferia das cidades maiores, bem como em pequenas comunidades e vilas, habitam em casas de madeira ou adobe, sem água encanada e luz elétrica, mas não lhes faltam a fé e oração diante do nicho do santo padroeiro e protetor do seus lares e comunidade: Santo Antônio, São Benedito, São Gonçalo, São Sebastião e Senhor Divino, dentre outros, têm morada mais digna, assim no solar, como no coração e mente dessa gente fervorosa e devota que canta e reza novenas e mais novenas esperando apenas uma mínima lembrança dos céus: seja um pouco de chuva, seja um pouco de sol, seja um pouco de saúde, seja um peixe no anzol. Seja para comemorar, festejar, pagar promessa, gastam o pouco que com muito trabalho ganharam, mas para o santo protetor não pode faltar a festa.

O mutirão, por lá: [mutʃirũ] “mutchirum”, exerceu e, no meio rural, ainda exerce sua função primeira; tanto que, na onda de preservar a cultura local, criou-se, pela Lei, nº 5.830, de 30 de setembro de 1991, o *Muxirum – Associação Cuiabana de Cultura* (Muxirum Cuiabano), sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Cuiabá.

1.3. Base linguística

No plano linguístico, até o fim do século XVII, a chamada “língua geral” foi, por assim dizer, se não a única, a língua que mais se falou em São Paulo. Sem entrar no mérito das discussões sobre o que verdadeiramente era essa “língua geral”, optamos dentre muitas pela opinião de Houaiss (1992: 53-54). Diz ele que primeiro convém ter em mente que desde o início da catequese do índio, no século XVI, ficou patente aos missionários jesuíticos que não seria através de sua própria língua (português e/ou espanhol e, para certos fins, o latim) que a catequese poderia ser levada a cabo. Por estarem, à época, aptos como ninguém para perceber na diversidade linguística do território alguma certa unidade em determinados grupos de línguas, disciplinaram aquelas que “recobriam” várias outras línguas indígenas afins. O resultado foi o surgimento, na costa brasileira, de um tipo de comunicação através de uma “língua geral”, digamos, franca, em cuja base, considera-se, há um número não pequeno de línguas provindas do tronco comum “modernamente” chamado tupi⁴. Sobre o tema, também está de acordo Câmara Jr. (1976: 27) quando diz que foi criada uma “língua geral” de intercuro entre os portugueses e os índios da costa do Brasil, que, fundamentalmente, era “o dialeto tupinambá”.

Assim como outros, Houaiss (1992: 57) também trabalha com a probabilidade de que em outras áreas, além da costa brasileira, tenham existido, embora por menos tempo, outras línguas gerais, mas não detalha

⁴ “Modernamente” porque, como diz Houaiss (1992: 54), o uso isolado de “tupi” como palavra é dos fins do século XIX.

nenhuma delas, e nem comenta sobre quais línguas indígenas serviram de base para a formação dessas outras línguas gerais, além da paulista.

O que nos conta a história social é que mesmo depois de sua proibição pelo reino, em 1757, por força da política levada a cabo pelo marquês de Pombal em favor do uso obrigatório da língua portuguesa, e proibição do uso da “língua geral”, durante todo o século XVIII os brasilíndios ou mamelucos paulistas falavam duas vezes mais a dita “língua geral” do que o português. Esta, por lei, era a língua oficial, a da administração, do comércio, e por isso, a língua das cidades, aprendida na escola. A “língua geral” era a língua caseira, instrumento de comunicação do cotidiano.

O certo é que, pelo menos do ponto de vista de Melo (1971: 137-138), dentre outros, o português foi ganhando terreno à medida em que a população que usava a “língua geral” foi, até por questão de sobrevivência, adotando no seu dia-a-dia a língua portuguesa. Segundo informa Rodrigues (1993: 97), os últimos falantes da língua geral paulista devem ter morrido no início do século XX.

Levando em conta as influências principalmente desse substrato indígena, seja do tronco tupi, ou tupi-guarani – base da dita “língua geral” da costa brasileira –, seja do tronco macrojê – do qual nenhuma das línguas foi considerada como base dessa “língua geral” paulista – e, também, a línguas africanas, pela época das bandeiras paulistas, por volta do século XVIII, ainda conforme Melo (1971: 138-139), ter-se-ia formado no planalto piratiningano um dialeto que ele chama de “crioulo ou quase-crioulo”, cujo fundo seria o português arcaico-tardio. Segundo ele, esse foi

o “dialeto que os bandeirantes se encarregariam de disseminar pelos sertões de Minas, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande e, através do Rio São Francisco, até pelo nordeste”, e que de certa forma passou a ser o elemento comum da linguagem entre as populações do interior do Brasil.

A questão sobre se nesse período, no Brasil, tenha havido ou não um dialeto “crioulo” já rendeu, rende e renderá debates. De acordo com a hipótese crioulista, o português popular brasileiro possivelmente sofreu influências fonológicas e gramaticais do substrato indígena e de vários dialetos africanos. Nessa direção, dentre outros, caminham, como vimos, Melo (1971: 138), e também Guy (1981), citado por Tarallo (1993: 35), que também citou Coelho (1880, 1882, 1886) como pioneiro dessa hipótese. Tarallo (1993), todavia caminha na contra mão dessas idéias. Seu principal argumento é que a descrioulização suposta por Guy (*idem*) teria levado o português brasileiro de volta ao português europeu, como tem acontecido com os demais crioulos que se descrioulizaram. Com exemplos do aspecto sintático ele prova que no português brasileiro, pelo menos na língua falada, esse não é o processo.

Rodrigues (1993: 96) é de opinião que as prováveis línguas gerais, que resultaram do contato entre os portugueses e os índios brasileiros, não são pidgins ou crioulos, “mas continuações de línguas indígenas que passaram a ser faladas pelos mestiços de homens europeus e mulheres índias”.

O fato é que esse dialeto serviu de base na constituição do dialeto caipira paulista, e por extensão, do linguajar popular brasileiro. A prova disso encontra-se descrito em Amaral (1920). O que fora registrado no

início do século XX está até hoje muito vivo na linguagem interiorana brasileira, conservando, em todos os níveis, muitos traços daquele dialeto criado e levado pelos ditos bandeirantes pelo Brasil a fora.

A conquista, eminentemente paulista, em direção ao centro-oeste, no século XVIII, foi sem dúvida responsável pela criação de Mato Grosso. Nesse novo descobrimento a permanência da língua portuguesa foi muito desigual, levando em conta que o surto do ouro e diamantes criou centros miníferos ricos que requintaram em pequenas cortes dos chamados “bem-falantes”, abrindo fendas na “língua geral” ou no dialeto bandeirante, e nas línguas indígenas locais. Sobretudo porque esses indígenas também eram de troncos etnolinguísticos diferentes. Dentre outros muitos, alguns do tronco macrojê, como os Bororo – as tribos dessa família linguística, conforme Ribeiro (1996: 92), ocupavam originalmente uma larga faixa do centro de Mato Grosso, estendendo-se a oeste, até a Bolívia. Outros sem tronco linguístico ainda definido, como os Guaikuru, que foi, se não o principal, um dos povos que mais impôs resistência ao cada vez maior afluxo de paulistas que, na ocasião, vinham para o Mato Grosso atraídos pelo farto ouro. Os Guaikuru ou Mbayá-Guaikuru, também segundo Ribeiro (1996: 96-97), eram povos seminômades formados de caçadores e coletores que viram nos cavalos, introduzidos na região pelos espanhóis ainda na primeira metade do século XVI, mais que uma nova caça em potencial. Deles se utilizaram como nenhuma outra nação indígena, seja como arma de guerra, seja para aumentar seu território de ação, chegando a uma área tão ampla como a que vai de perto de Cuiabá às proximidades de Assunção, no Paraguai. Nessas condições, é bem provável que tenha

surgido uma outra ou mais de uma “língua geral” por aquelas paragens, porém de vida tão efêmera que não chegou a deixar nenhum registro que prove sua existência.

O que podemos deduzir é que se não houve outras “línguas gerais”, pelo menos é certo que principalmente os substratos indígenas da região, somados ao contexto histórico, contribuíram para que ainda hoje encontremos, em pleno vigor, no dialeto bem característico da Baixada Cuiabana, muitos dos traços atribuídos, por Amaral (1920), ao dialeto caipira.

CAPÍTULO 2

GRAFEMAS E DIACRÍTICOS NOS MANUSCRITOS DO SÉCULO XVIII

Com base no material escrito e referências de historiadores e de gramáticos do português, principalmente dos contemporâneos aos documentos analisados, e com o conhecimento da atual realidade linguística da região estudada, pretendemos nesse capítulo, pela interpretação dos grafemas encontrados nos ditos manuscritos, levantar hipóteses e descrever o estado de língua do século XVIII no nível ou plano da expressão ou da segunda articulação da linguagem.

2.1 Grafemas de referência vocálica e diacríticos

Os grafemas vocálicos são seis: <a>, <e>, <i, y>, <o> e <u>, com <i> e <y> funcionalmente se equivalendo. A ocorrência de <y> em palavras como *sy* e *escrevy* evidencia que não se trata de um grafema com função exclusiva de semivogal, porque é com essa função que o uso de <y> é mais frequente em documentos do período estudado.

Com exceção de <a>, todos os grafemas vocálicos também são empregados na constituição de ditongos, assumindo a função assilábica de semivogal, como nos seguintes pares entre diplos, formados por grafemas que se equivalem nesta função: <e,i>, <i, y> e <o,u>.

Até certo ponto esse inventário está de acordo com a gramática de Bacellar (1783). O que diferencia é o grafema <w>, que o gramático (p. 21) registra como equivalente de <u>.

O timbre das vogais não é matéria discutida por Bacellar (1783). Diferentemente do que fez Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540) que, na determinação de traços articulatórios dos grafemas vocálicos, dividem as letras vogais em grandes (abertas) e pequenas (fechadas), Bacellar (1783: 19-21), pelo que se pode deduzir, sempre toma como base apenas a realização do timbre fechado. Vejamos:

O som do *A* tem a sua formação, quando se abre a bocca, e se respira forte; o do *E*, fazendo menos hiato, e respiração, que no *a*; o som do *I vogal*, ou *Y inicial* com menos hiato, e muito maior aperto da respiração do que no *e*; o do *O*, quando se arcuão os beiços, e bocca respirando; o som do *U vogal*, ou *w* frangendo os beiços.

Os grafemas que representam as vogais orais nos documentos, independente de contexto prosódico, geralmente se apresentam com as mesmas figuras da escrita atual, e, por hipótese, com aproximadamente as mesmas referências articulatórias ou fonéticas, considerando aí fones e alofones. O que encontramos de diferente está exposto na seção “2.1.1 Traços distintos no sistema vocálico”, mais adiante.

Mesmo em posição tônica os grafemas de referência vocálica, sejam orais ou nasais, não estão carregados de nenhum sinal diacrítico que denuncie sua condição prosódica: *necessarias*, *summario*, *agoas*, *diligencia*, *secculos*, *viveres*, *matricula*, *indias*, *principe*, *capitulos*, *precatorios*, *propria*, *colonia*, *catholica*, *dispotico*, *proximos*, *escurpulo*, *unicos*, *republicas*, dentre outros.

Via de regra, nesse estágio da escrita fica evidente que a principal preocupação não era a de assinalar graficamente a tonicidade e/ou o timbre das vogais, como atualmente fazemos. Dentre muitos exemplos

podemos citar: *agoas*, *necessarios*, e *camara*. Quando algum diacrítico é empregado, o que parece mais provável é que, pelo menos em alguns casos, a preocupação é assinalar a quantidade da vogal.

É recorrendo a essa quantidade, lembrando o sistema vocálico latino, que Bacellar (1783: 36-37) ajuda-nos a digerir o então emprego dos diacríticos, apresentando-nos três acentos¹ que indicam se a vogal é longuíssima ou aguda (´), breve (˘), longa ou circunflexa (^).

Um exemplo que abona o uso desses diacríticos com a função de indicar a quantidade das vogais ocorre com o agudo sendo empregado, nos documentos estudados, para indicar a existência de crase, fazendo o *á* dois sons, tornando-se assim longuíssimo: *hir á ditta guerra*, *á sua Custa* e *á custa da sua fadiga*. Ainda com essa mesma função, esse diacrítico parece ser equivalente ao circunflexo. Pelo menos, no caso das duas primeiras ocorrências, o mesmo escritor, na outra via do documento, emprega o circunflexo numa situação em que há ocorrência de crase: *ir â ditta guerra* e *â sua Custa*. O emprego do diacrítico para a vogal breve, (˘), não foi encontrado em nenhum dos documentos.

Em se tratando do uso de sinais diacríticos, de uma maneira geral, os manuscritos do século XVIII não se diferenciam tanto de textos ainda mais antigos. Em documentos do século XIII, por exemplo, no dito período fonético da ortografia portuguesa, conforme constatação de Huber (1933: 43), “o uso de sinais ortográficos (como acentos, tiles, traços de união, apóstrofes)” era “bem variado e inconsequente”. Um exemplo dessa suposta

¹ “O accento (...) he hum’a especie de canto; pois algum’as vezes constão aquelles de articulação, tempo, aspiração, e paixão. Temos dobrada demóra nas longas que nas breves: a levantamento de vóz em hum’a, e decadencia em a mesma, ou na seguinte (...).”

falta de critério no emprego desses sinais diz respeito ao acento agudo, que muitas vezes é usado ao lado do til para representar vogais nasaladas, mas também se encontra em vogais orais, não nasaladas.

Os diacríticos circunflexo e agudo, como já adiantamos, indicam ser equivalentes. No entanto, há que se considerar a possibilidade de não se tratar de equivalência funcional entre o agudo e o circunflexo, mas de simples variação de traçado do agudo, porque geralmente assume o valor fônico com que atualmente empregamos esse diacrítico, isto é, para marcar a tonicidade das vogais ou o timbre aberto das vogais médias. Nos documentos, quando esses dois diacríticos aparecem, geralmente assinalam ou vocábulos monossílabos, ou oxítonos: *Cuyabâ, Cuyabá, Jozê, Jozé, sô, só, serâ, hâ, hê, estâ, mês, dêz (>dez), aliâs, poderâ, mandarâ, mandarâ, aycurû, païs, ordenarâ, está, pêz, pês, já, já, feê (>fé)*², dentre outros vários exemplos. Por vezes, no entanto, podemos encontrar alguns desses vocábulos sem diacríticos: *ja, he, Cuyaba, mes, la, aliaz, esta, ate, so, de, mandara, pais, ha, ve, tres.*

Pelo fato de encontrarmos vocábulos com vogais átonas acentuadas, como *contâ, certezâ, declarâ, comitiuâ, abitantês*, é que podemos concluir que a tendência dos escribas da época era a de não assinalar graficamente a vogal tônica. Pela análise dos documentos, denota-se, como já dissemos, que a finalidade dos escribas não era a de marcar com algum sinal gráfico a tonicidade ou o timbre das vogais. Tudo indica que quando algum diacrítico é usado, se não faz referência ao timbre, o mais provável é que a

² A grafia de *feê*, com vogais germinadas, sem considerar o acento, encontra explicação na Gramática do Português Antigo de Huber (1933: 44): “esta grafia só às vezes serve para indicar a pronúncia aberta”.

intenção daqueles escrivães era a de chamar a atenção para outras particularidades: como a nasalidade e a quantidade da vogal. Porém, conforme registra Huber (1933: 43), em manuscritos arcaicos, o acento agudo também podia ser empregado com a finalidade de indicar a sílaba tônica, como fazemos hoje. Todavia, partindo dos exemplos dados (“*preguntarán* ao lado de *preguntáran*”), chega-se a conclusão, que é a do próprio Huber: que o uso do acento gráfico sobre a sílaba tônica, no caso dessas duas formas verbais, serve “para distinguir o futuro do mais-que-perfeito”, assumindo, assim, função de unidade mínima significativa, ou de morfema alternativo – diríamos alternativo prosódico, que consiste em diferenciar a posição do acento tônico para indicar o contraste morfológico, no caso, entre as distintas noções de tempo dessas duas formas verbais homônimas.

Os grafemas que representam as vogais nasais ou nasaladas estão ou com o til sobreposto, como em *prizoês* e *petiçoês*, ou com vogal seguida de consoante nasal, como em *monçoens*, *prizoens*, *pertiçoens*, *embarçaçoens*. Sobre o emprego do til para indicar nasalidade nas vogais, é possível registrar um fato semelhante ao observado por Maia (1986: 306) em documentos galegos. Trata-se da ocorrência de vogal assinalada por til, mais consoante nasal pertencente à mesma sílaba, em posição de coda. Isso evidencia um processo que representa a contaminação dos dois processos anteriores, como temos em *monçoẽns*. Esse processo também pode ocorrer com o til assinalando, em vez da vogal, a consoante nasal: *beñs*, *ordeñs*, *sertoeñz*, *opinioeñs*, *penssoiñs*, *alguñ*.

Quanto ao uso do til, em particular, os escrivães do século XVIII, pelo menos os dos documentos estudados, pelo visto, destoam da gramática de Bacellar (1783: 122) que diz que quando entre as finais *-ãa* e *-ão* parecer que soa um *m* ou *n*, escreve-se um til sobre o primeiro *a*. Diz ele que “todos os que attendem a armonia, (...) pronunciaõ hoje irman’a (irmãa), Joan’o (João); e não (como antigamente) Irmaã, irmaam, irmaan: Joaõ, Joaom”. Uma nota nesta última forma diz que assim o imprimia os estrangeiros, por não terem til nas suas impressas, e acharem em alguns dos escrivães portugueses o *o* final, carregado do til. Dentre esses escrivães podemos incluir os escribas ou copistas dos nossos documentos.

Nesse contexto, aliás, encontramos apenas duas ocorrências do emprego do til que servem de exemplos para o que normatizava o gramático. A primeira, é o caso do vocábulo *demonstrações*, registrado na carta do Rei Dom José I. Na segunda via do documento, porém, o mesmo vocábulo está grafado com o til sobre a vogal seguinte: *demonstraoês*. A segunda, observamos em *algũa*, todavia, nas demais ocorrências, o mesmo vocábulo está grafado, conforme parece ser a regra setecentista, com o til sobre o *a*: *alguã*, ou sem o til, mas com o *m* grafado entre as vogais: *alguma(s)*.

O emprego desse diacrítico sobre a segunda vogal, ou a falta de todo e qualquer sinal de nasalação, é atribuído por Huber (1933: 45) à distração ou “desleixos” do escriba ou copista dos textos antigos. Por essa via, portanto, podemos levantar a hipótese de se tratar apenas de variação e/ou de aspectos de natureza idiossincrática, próprios do ato da escrita,

dependendo de variados fatores externos, como, por exemplo, a velocidade da escrita, o suporte, o apoio da mão, o ângulo da escrita, etc.

No caso dos textos que estudamos, pela alta frequência do emprego do til sobre a segunda vogal, há indicação de que é da distração ou “desleixos” dos escrevões ou copistas daqueles textos antigos referidos por Huber (1933: 45) que resulta a regra geral empregada pelos autores do século XVIII. Dentre os muitos exemplos dos textos, eis alguns: *fundição*, *foraõ*, *estaõ*, *huã*, *alguã*, *saõ*, *naõ*, *senaõ*, *jurisdição*, *monção*, *povoações*, *informação*, *missaõ*, *extracção*, *capitaõ*, *demonstrações*, *haõ*, *erecção*, *opressões*, *escrivaõ*.

Quanto à falta de sinal de nasalização sobre grafemas vocálicos, nasais por excelência, pela baixa frequência, damos fé ao que Huber (1933: 45) chama de “desleixos do escriba”. O fato apenas foi registrado em menos de dez por cento das ocorrências do vocábulo *uma*, grafado *hua*. As demais ocorrências estão ou com o til sobre a segunda vogal, ou com o *m* intervocálico, como em *huã* e *huma*.

Ainda sobre o emprego do til além dos casos já mencionados, como a ocorrência desse diacrítico assinalando vogal já nasalada pela presença das consoantes *m* ou *n* na coda, e ainda o til assinalando, em vez da vogal, a consoante nasal, chama a atenção a colocação desse sinal sobre vogais não nasaladas, como em vocábulos do tipo *senhõr*, *geraões*, *hespanhoës*, e na combinação da preposição com o artigo *aõ*. O que se pode inferir, no caso de *senhõr*, é que se trata de uma contaminação do til indicador de

abreviatura: *snôr* para *senhôr*. No caso de *geraês*, que convive com *geraes*, sem o til, por hipótese, pode ser que a presença desse diacrítico esteja denunciando a abreviatura da forma *generaes*. No caso de *hespanhoês*, a única explicação cabível seria recorrer ao fenômeno da analogia a uma das formas pluralizadas do ditongo nasal *ão* = *oês*. Por analogia a esse mesmo ditongo nasal, no singular, pode-se explicar a grafia da combinação *aõ* no lugar de *ao*.

2.1.1 Traços distintos do sistema vocálico

Dentre as ocorrências dos grafemas de referência vocálica, em posição átona, comparado à escrita do português padrão atual, notamos estas alterações:

a > e (*e* onde seria *a*): *rezaõ* e *pesquins*. Mas, registramos ocorrências da forma *razaõ*.

e > a (*a* onde seria *e*): *dezanove*, *lavantassem*, *numarozo*, *sacrataria*, *arracadação* e *estabalecimento*. Porém, registramos as formas *levantar*, *secretaria* e *arecadação* ao lado de *arrecadação*.

e > i (*i* onde seria *e*): *quazi*, *similhante(s)*, *ifeito*, *idital*, *rial*, *despidio*, *misiricordia*, *senhoriar*, *invio*, *miscilania*, *dispotico*, *liais* e *epidimia*. Todavia, registramos a coexistência das formas *semelhante(s)*, *edital*, *real*, *despedio*, *misericordia*, *senhorear* e *leaes*.

e > o (*o* onde seria *e*): *pollo* e *sommana*. Contudo, registramos várias ocorrências da forma *pello*.

i > a (a onde seria i): *afab**a**llidade*.

i > e (e onde seria i): *d**e**lligencia(s), del**e**igencia, dem**e**inuição, m**e**llitares, cre**a**ção, pre**z**eonou, pre**z**ionar, com**e**tiuã, fac**e**llidade, cegu**e**ria, rem**e**dear, fac**e**llidade, fac**e**llidade, so**l**ecita, sol**l**ecita, de**f**ficultozo(a), de**f**icultoza, not**e**ciasse, not**e**ciarem, de**s**tricto, en**a**çessivel, ere**g**ido, e**p**edemiaz, ve**z**inhança, fran**q**ueasse, prin**ç**epe, off**e**ciaes, per**m**ettida, de**s**tribue e de**z**enteressado. Entretanto, registramos a coexistência de formas, como d**i**lligencia, d**i**lligencia, m**i**litares, cri**a**ção, pri**s**seonaraõ, com**i**tiva, fac**i**llidade, fac**i**llidade, cegu**i**ria, not**i**ciasse, not**i**ciarem, d**i**fficultozo, d**i**stricto, in**a**çessivel, prin**ç**ipe, off**i**ciaes, off**i**ciais e per**m**ittir.*

o > u (u onde seria o): *desc**u**brimento, desc**u**berto(s), cust**u**me, rez**u**lução, dem**u**lir, rig**u**rozamente. No entanto, registramos as ocorrências das formas desc**o**brimento, desc**o**brio e desc**o**briraõ.*

u > e (e onde seria u): *tem**u**ltoz.*

u > o (o onde seria u): *estrang**o**lamento, exp**o**zessemos.*

Quanto à grafia dos ditongos orais e nasais, tendo como contraponto o português escrito padrão atual, notamos as alterações que se seguem.

ai > ae (e assilábico onde seria i): *off**i**cia**a**es, off**e**cia**a**es, gera**a**es, qua**a**es, sina**a**es, le**a**es. Mas, registramos as formas off**i**cia**i**s e lia**i**s.*

eu > eo (o assilábico onde seria u): *se**o**(s), rem**e**te**o**, conced**e**o, su**c**ed**e**o, recol**h**e**o**, De**o**s, preced**e**o, pare**ç**e**o**. Desses vocábulos, porém, registramos estas formas coexistentes: se**u**s e De**u**s.*

ia > ea (e assilábico onde seria i): *cope**a**, rez**i**stence**a**. Registramos, todavia, copia e rez**i**stencia.*

iu > io (o assilábico onde seria *u*): *confundio*, *pedio*, *conseguiu*, *despidio*, *despedio*, *conduzio*, *descobrio*.

oi > oe (e assilábico onde seria *i*): *hespanhoes*.

oi > ou (u assilábico onde seria *i*): *outavas*, *couza(s)*, *noute*, *outenta*, *outo*, *dous*.

ua > oa (o assilábico onde seria *u*): *agoas*, *agoardente*, *legoas*. Este último vocábulo também foi registrado com a forma *leguas*.

ui > ue (e assilábico onde seria *ï*): *destribue*.

ão > am: *capitam* ou *cappitam*, *petiçam*, *ocaziam*, *provizam*, *correiçam*, *execuçam*. Todos esses vocábulos também estão grafados com a forma que, pela elevada frequência com que aparece nos manuscritos editados, tende a ser a mais comum: *capitaõ*, *petiçaõ*, *ocaziaõ*, *provizaõ*, *correiçaõ*, *execuçaõ*. A coexistência dessas duas formas ainda pode ser conferida na grafia do vocábulo *também*: *taõbem*, *tambem*, e *taobem*, sem o til. Dessas ocorrências podemos deduzir que o mais provável é que o grupo *am* seja realizado como ditongo, como hoje fazemos, principalmente em verbos na terceira pessoa do plural, com terminação idêntica. Assim, apesar de a escrita apresentar as formas *capitam*, *petiçam*, *ocaziam*, *provizam*, *correiçam* e *execuçam*, induzindo-nos a pronunciar o grupo *am* como vogal nasalada [ẽ], a variação no registro de *também* e dos próprios vocábulos acima, ora *am*, ora *aõ*, desfaz qualquer dúvida a esse respeito, levando-nos a concluir que a realização seguramente é a de um ditongo decrescente nasal [ẽw̃]. É ainda com base nos registros do vocábulo *também* que podemos deduzir que a realização do grupo *em*, final, só

poderia ser, como é do nosso costume, ditongada. Vejamos, por exemplo, a ocorrência da forma *tambe*i**, em que o escriba ou copista deixa transparente a realização do ditongo decrescente nasal [ẽj], enquanto na outra cópia do mesmo documento a forma volta a ser estritamente ortográfica: *tambem*.

iõ > **eõ** (e assilábico onde seria *i*): *prezeonou*, *prisseonaraõ*. Foi, entretanto, registrado a forma *prezionar*.

2.2 Grafemas de referência consonantal

Os grafemas consonantais são trinta e cinco, podendo ser simples , <c>, <ç>, <d>, <f>, <g>, <h>, <j>, <l>, <m>, <n>, <p>, <q>, <r>, <s>, <t>, <u,v>, <x> e <z>, com <u> e <v> se equivalendo, e complexos <cc>, <cç>, <ch>, <ff>, <gn>, <lh>, <ll>, <mm>, <nh>, <nn>, <pp>, <rr>, <ss>, <th> e <tt>.

Eliminando boa parte dos grafemas dobrados, ou complexos, e a equivalência entre <u> e <v>, até certo ponto esse inventário está de acordo com a gramática de Bacellar (1783), mas no todo, como veremos em “2.3 Considerações sobre o capítulo”, está mais próximo do inventário levantado por Maia (1986) examinando textos arcaicos (do século XIII ao século XVI).

Os grafemas que representam as consoantes, tal qual os das vogais orais, independente de contexto prosódico, geralmente se apresentam com as mesmas figuras da escrita atual, e, por hipótese, com aproximadamente as mesmas referências articulatórias ou fonéticas, considerando aí fones e alofones. A exceção são os

complexos <cc>, <ff>, <ll>, <mm>, <nn>, <pp>, <th> e <tt> porque na escrita de hoje não encontramos seus correspondentes.

Para o cotejo fonema/grafema, seguimos os passos de Maia (1986: 427-501), agrupando os grafemas de acordo com os fonemas que podem representar.

2.2.1 Oclusivas surdas /p/, /t/, /k/ e sonoras /b/, /d/, /g/

A consoante oclusiva bilabial surda /p/ pode aparecer representada pelo grafema simples <p>, que é o mais frequente, ou pelo complexo <pp>. Este último só ocorre no interior de vocábulos: *cappitania*, *occuppaõ*, *opportunos*, *cappitam*, *supposto*, *aproveitar*. O primeiro grafema, todavia, pode aparecer tanto no início quanto no interior de vocábulos: *provedor*, *separação*, dentre muitas ocorrências. Pela coexistência das formas *capitania*, *occupaõ*, *capitam*, dentre outras, com um único <p>, podemos deduzir que o emprego do grafema complexo <pp> no interior de vocábulos é de certa maneira aleatório, variando de *escrivão* para *esrivão* e até em documentos de mesmo punho, como é o caso de *occupaõ* ao lado de *occuppaõ* registrados em vias diferentes do manuscrito. Sobre o assunto, diz Bacellar (1783: 177) que, independente da posição no vocábulo, “soando *p*, escreve-se <p> e não <pp>”. Isso quer dizer que a norma padrão setecentista, de acordo com o referido gramático, não conhecia a geminação <pp> como grafema. Essa geminação remete à suposta ortografia etimológica latina do verbo “ocupar”. Trata-se, em verdade, de

pseudo-etimologia, considerando que a forma latina é “occupare”, com apenas um <p>.

A consoante oclusiva bilabial sonora /b/ sempre aparece transcrita pelo grafema simples : *lobos*, *balla*, etc. A esperada alternância entre os grafemas e <v> na representação dessa consoante não teve lugar nos textos analisados.³ Neste particular não há divergência com a ortografia proposta por Bacellar (1783: 124) em que o uso de <v> no lugar de é considerado desvio da norma escrita culta. O gramático reconhece a proximidade sonora entre /b/ e /v/, mas deixa evidente que sempre deve-se escrever um , quando se trata de representar o valor fônico /b/, e <v>, quando se trata de representar o valor fônico /v/.

A consoante oclusiva alveolar surda /t/ pode estar representada pelo grafema simples <t>, que é o mais frequente, ou pelo complexo <th>, com frequência baixíssima. O emprego de <th> é resultado da ortografia etimológica, ou pseudo-etimológica, que na época estava em pleno vigor.⁴ Nos textos, o <th> foi encontrado em *Thomê*, *catholica*, *Theotonio* e em nove das dez ocorrências de *tezoureiro*: *thezoureyro*. Essa variação também ocorre em *athê* e *ate*. Sobre o <th>, diz Maia (1986: 428) que, nos textos analisados por ela, esse grafema não só ocorre em palavras de origem grega, como é o caso dos nossos *thezoureyro* e *catholica*, mas também com outra proveniência, como o nosso *athê*, do árabe *hattā* > *ata/ate* (séc. XIII) >

³ Registramos a abreviatura “Dezv^{ro}” (Dezenvro, i.é, Dezembro) em um manuscrito datado de Jacareí, SP, de 1766. Este documento, que se encontra na Biblioteca Nacional, não está listado entre os utilizados nesta análise, mas encontra-se fac-similado no final deste capítulo.

⁴ “O representante máximo” (Gonçalves, 1992: 20) da ortografia etimológica é do século XVIII: FELJÓ, João de Morais Madureira (1688-1741). *Othographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portuguez*. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1734. (<http://purl.pt/13/1/>).

ataa/atee (séc. XIV) etc. (cf. Cunha, 1989: 79), onde não há razões etimológicas que justifiquem a grafia de <h> em *até*. Como deduz Maia (1986: 428), é possível que se trate de uso equivocado desse grafema “nas formas em que inicialmente ele surgia com clara função anti-hiática” e, com a perda dessa função, passaria a colocar-se depois de <t>. Sobre o assunto, diz Bacellar (1783: 184) que, soando *t*, escreve-se <t> e não <th> ou ainda <tt>.

A consoante oclusiva alveolar sonora /d/, assim como /b/, não nos reserva nenhuma surpresa. Sempre aparece representada pelo grafema simples <d>: *ditas, cobrado*, etc. Com relação à grafia dessa consoante, não há disparidade entre o que escreve Bacellar (1783: 149) e o que está registrado nos documentos.

A consoante oclusiva velar surda /k/ está representada de variados grafemas: <q> *quais, adquiriaõ, qualquer*; <c> seguido de outra consoante, i.é., ocupando a primeira posição de *onset* geminado, como em *escrevendo, incluza, declarã*, ou, em *onset* simples, compondo sílaba com as vogais /a/ *cappitania, caminho, Cayapo*, /o/ *copea, Coimbra, troco*, e /u/ *Cuyabã, cujo, escurpulo*; e ainda na forma do dígrafo <qu> quando, em *onset*, compõe sílaba com as vogais /e/ *que, qualquer*, e /i/ *adquiriaõ, aqui*, dentre muitas abonações. Ainda registramos ocorrências do dígrafo <ch> com valor de oclusiva velar surda /k/: *machinada, Paschoal*. As demais ocorrências de <ch> estão representando a africada /tʃ/ ou a fricativa /ʃ/, como é do costume atual. O emprego de <ch> para /k/ é próprio da então “vigente” ortografia etimológica, mas, como vemos, a maioria dos

escrivões dos documentos analisados preferiram usá-lo com valor da fricativa, empregando para /k/ os outros grafemas mencionados. Até mesmo em outras ocorrências do vocábulo *machinada*, que etimologicamente justifica sua grafia por ter sua origem no grego dórico *machăna* (máquina), aparece duas vezes grafado *maquinada*. Mais uma vez levantamos outra divergência entre os textos estudados e a ortografia da gramática de Bacellar (1783: 132). Este diz que quando em qualquer vocábulo parecer que soa um [k], “escreva-se *ca, che, chi, co, cu, e não cha; cho; ou qua, que, qui, quo, quu*”.

A consoante oclusiva sonora /g/ aparece transcrita ou pelo grafema simples <g>, quando seguido por outra consoante, i.é, ocupando a primeira posição de *onset* geminado, como em *grave*, ou, em *onset* simples, compondo sílaba com as vogais /a/ *pagamentos*, /o/ *castigo* e /u/ *payaguazes*; e ainda na forma do dígrafo <gu> quando, em *onset*, compõe sílaba com as vogais /e/ *guerra, cegueira*, e /i/ *seguinte, ceguiria*. Aqui também não registramos nenhuma divergência com a ortografia de Bacellar (1783: 157).

2.2.2 Nasais /m/, /n/, /ɲ/

A consoante nasal bilabial /m/ pode estar representada pelo grafema simples <m>, ou pelo complexo <mm>. Em início de vocábulo sempre ocorre o simples: *monção, motivo*, etc. Quando em posição intervocálica, a consoante /m/ pode está transcrita ou pelo grafema simples *dizimos*,

detrimento, etc, ou pelo complexo *commarcas*, *commercio*, *summario*, *domminios*, *communicar*, *sommana*, ou ainda ocorrer síncope *huã*, *alguã*, etc. O emprego do grafema simples é o mais frequente. As formas com <mm> parecem ser de uso aleatório; tanto que dos exemplos acima apenas *sommana* não coexiste com a forma simplificada. Todas as demais foram registradas também com o grafema <m> *comarca*, *comercio*, *dominio*, *sumario*, *comunicar*. Estes dois últimos vocábulos foram escritos pelo punho que também grafou suas respectivas formas com letras dobradas na outra via do documento. Sobre o emprego do grafema <m> é opinião de Bacellar (1783: 171-172) que quando antes do “*B*, *P*, e *M*” parecer que soa um [m] ou [n] deve-se sempre escrever <m>. Daí sua explicação para a existência de <mm> dobrados.

A consoante nasal alveolar /n/ representada pelo grafema simples <n>, ou pelo geminado <nn>, e ainda pelo complexo <gn>. Em posição inicial de vocábulo sempre ocorre <n>: *numero*, *navios*, etc.; em posição intervocálica a consoante /n/ pode aparecer transcrita com qualquer um dos três grafemas. O <n> é mais frequente: *minas*, *canoa*, *senado*, dentre tantos outros exemplos; esses três vocábulos também aparecem grafados pelo mesmo escrivão com <nn>: *minnas*, *cannoa*, *sennado*. Esse grafema, conforme Maia (1986: 485), comumente aparece em palavras que representam étimos latinos com -NN-, -GN-. Por aí explicam-se as ocorrências dos vocábulos *anno*, *annual* e *pennas*⁵ que, dentre os exemplos retirados dos textos estudados, são os únicos que não convivem com as formas grafadas com <n> simples. O grafema <gn> com valor fônico

⁵ Não propriamente de *poena* (castigo), mas de *penna* (pluma).

de /n/ é registrado apenas nas duas únicas ocorrências de *assignadoz*. Sobre a evolução desse grupo -GN-, lembra Maia (1986: 635) que em formas de caráter semi-culto encontra-se o resultado <n>, e que “é provável que a conservação de *gn* que se verifica nalgumas formas seja apenas gráfica”⁶. “Soando *n*”, diz Bacellar (1783: 174) que o correto é escrever o <n> simples e não o complexo, ou dobrados <nn>, exceto quando o grupo -GN- aparece, porque nesse caso escreve-se <gn>, como fez o autor dos textos onde registramos *assignadoz*. Embora não haja nenhuma menção sobre a pronúncia desse grupo no manual do gramático, a sua preocupação em assinalar <gn> nos faz deduzir que se trata de um grupo pronunciável e não de uma forma apenas gráfica. A nossa suspeita pode ser confirmada nos exemplos dados, como “diagnostico”, “expugnar” e “fidedigno”, dentre uma série de palavras que ainda hoje conservam o <g> não só na grafia, mas também na pronúncia.

A consoante nasal palatal /ɲ/, nos textos estudados, sempre está representada pelo dígrafo <nh>: *tinha*, *senhor*, *caminho*, dentre outros exemplos espalhados pelos textos. O emprego de <nh> para representar o fonema /ɲ/, largamente posto em prática pelos escrivães dos textos analisados, encontra eco na ortografia de Bacellar (1783: 175). Diz ele que soando “N liquidado sempre se lhe ajunta <h>”, que resulta <nh>.

⁶ Conforme Nunes (1945: 128), Williams (1961: 94), Huber (1933: 125), e outros, na evolução mais frequente do grupo -GN-, seguindo sua tendência geral, o *g* reduz-se a *i* e este ou se funde com a nasal *n*, palatalizando-a (nh), ou mantém-se, sem nela atuar.

2.2.3 Vibrantes /r/, /r/

Tendo como base o sistema consonantal galego-português antigo, conforme Maia (1986: 502), passando pelo quadro das consoantes do português descrito na gramática setecentista de Bacellar (1783: 178), e chegando ao sistema atual, podemos dizer que a oposição fonológica entre a vibrante simples ou *tap* /r/ e a múltipla /r/, em posição intervocálica, fica evidente se considerarmos o emprego do grafema simples <r> e o do complexo <rr> para representar, respectivamente, /r/ e /r/. Nos textos estudados o fenômeno é bem produtivo. Os únicos casos em que o *tap* /r/ está representado por <rr> são as duas ocorrências do vocábulo *borroro*; e o único caso em que o múltiplo /r/ está grafado com o simples <r> pode ser verificado em uma das ocorrências do vocábulo *arecadação*, nas duas outras ocorrências no mesmo documento, o escriba emprega o composto <rr>: *arrecadou* e *arrecadação*. Em outras duas ocorrências desse vocábulo o escrivão opta pelo grafema maiúsculo <R> que, de acordo com Maia (1986: 26), deve ser interpretado com valor do múltiplo /r/: *aRecadação*.

Em posição inicial de vocábulo o mais comum é o emprego do grafema maiúsculo <R>, donde podemos deduzir que seja para denotar a vibrante múltipla /r/: *Recolhidas*, *Recolheram*, *Refundidos*, *Remet(t)o*, *Rezultaõ*, *Ruinas*, *Ref(f)erido*, *Rezoui*, *Remessaz*, *Reconhessaõ*, *Reprezento*, *Revoluçoens*, *Reger*. É importante lembrar que não há outros motivos, como o fato de ser nomes próprios e/ou de palavras no início de frases, que justifiquem o emprego da letra maiúscula, que não seja distinguir a

vibrante inicial. O uso do grafema simples <r>, no entanto, também não deixa de aparecer nesse contexto, mas com menor frequência: *remeter*, *recolher*, *reger*, dentre outras ocorrências.

A posição interior de vocábulo, não intervocálica, do fonema vibrante em que o grafema simples <r> prevalece são as seguintes: 1) em *onset* geminado: *provedor*, *preparada*, *grosso* e; 2) em posição de coda, travando sílaba: *pertencentes*, *ordem*, *partido*. Também em posição de coda, finalizando vocábulo, prevalece o grafema simples <r>: *fazer*, *mandar*, *servir*.

2.2.4 Fricativas surdas /f/, /s/ e sonoras /v/, /z/

A fricativa lábio-dental surda /f/ está frequentemente representada pelo grafema simples <f>, tanto em posição inicial de vocábulo: *fazer*, *ferozes*, *fabricar*, *fundamentoz*, quanto em posição interior, seja intervocálica ou não: *defunto*, *confederados*, *conflito*, *dificultava*, *cofrez*, *defender*. Já a representação desse fonema pelo grafema complexo <ff> só ocorre no interior de vocábulo em posição intervocálica: *offerecerem*, *deffença*, *effeito*, *Officiais*, *difficultozo*, *efficâz*, *Refferido*. Dois dentre esses exemplos também aparecem grafados com <f> simples: *dificultava*, *Referido*, *Referida*.

No que diz respeito ao uso dos grafemas <f> e <ff>, registramos mais uma das muitas diferenças percebidas entre Bacellar (1783:152), que é favorável ao uso do grafema simples – independente de sua posição no vocábulo e sílaba, e os escrivães dos documentos estudados que, como

vimos, empregam, no início de vocábulo apenas o simples, mas no seu interior – intervocálico ou não, variam o uso do simples e do complexo para representar a fricativa lábio-dental surda /f/.

A fricativa lábio-dental sonora /v/ aparece representada pelo grafema <v>, que é mais frequente, ou, de maneira esporádica, pelo seu equivalente <u>: *nouo, cauallos, hauia, captiuo(s), siuis, captiuar, captiueyro, Rezolui, Rezoluer, deuem*. Em muitos documentos alguns destes vocábulos estão grafados com <v>: *novo, cavallos, havia, devem*. A prevista alternância dos grafemas <u> e <v> com o grafema , observada por Maia (1986: 474) nos textos galegos e portugueses, não teve lugar nos manuscritos que analisamos.⁷ Pelo menos nesse particular os autores dos textos se aproximam do que diz Bacellar (1783: 124), que, mesmo reconhecendo a proximidade sonora entre /b/ e /v/, como já nos referimos ao tratar da bilabial, deixa evidente que sempre deve-se escrever um , quando se trata de representar o valor fônico /b/, e <v>, quando se trata de representar /v/.

Sobre a histórica variação na representação das fricativas alveolares surda /s/ e sonora /z/, o que registramos nos manuscritos, está muito próximo do que foi observado por Marquilhas (1991: 87-89)⁸ analisando

⁷ Vale lembra da nota de quando tratamos de /b/ sobre o registro da abreviatura “Dezv^{ro}” (Dezmvro, i.é, Dezembro) em um manuscrito datado de Jacareí, SP, datado de 1766, e fac-similado no fim do capítulo.

⁸ Marquilhas (idem) lembra que essa variação pertence, primeiramente, ao campo da variação etimológica. Para tanto, recorre ao que a comissão da reforma ortográfica de 1911 havia prescrito: “ce, ci, ç, ou z final de vocábulos correspondem a ci, ti, latinos, ou a ss arábicos; e s, ss a s ou ss latinos; e, por outra parte, que z corresponda a z, ou ce ou ci, ti, latinos, ou a zz arábicos; s entre vogais, ou final, a s latino”.

obras de Rafael Bluteau (1638-1734), Manuel dos Santos (1672-1740), Manuel da Rocha (1676-1744) e Tomás Caetano de Bem (1718-1797).⁹

Na representação da fricativa alveolar surda /s/, registramos as seguintes variações, dando destaque apenas aos casos de variação, no registro de mesmo vocábulo, que fogem às normas ortográficas atuais.

Em posição inicial de vocábulo, seguidos de /e/, /ɛ/ ou /i/, podem aparecer <s> e <c>. São muitos os exemplos: *segurança* ao lado de *cegurança*; *sinco*, *sertanistas* e *sertaõ* ao lado de *cinco*, *certanistas* e *certaõ*; *serteza* e *seguindo* ao lado de *certeza* e *cegueria*; *sirva* ao lado de *cirva*. Diante das demais vogais, o lugar é exclusivo de <s>: *saltos*, *somente*, *sobre*, *suprisse*.

Em posição interior de vocábulo, em *onset*, intervocálico ou não, podem aparecer, seguidos de qualquer vogal, <s>, <ss>, <c>, <cc>, <ç>, e <cç>. Dentre as várias abonações temos: *recurso* ao lado de *recurço* e *recursso*; *sucedeo* ao lado de *suceddeo* e *suçede*; *serviço* ao lado de *servico*, *serviso* e *servisso*; *devassa* ao lado de *devaçãs*; *cabeça* ao lado de *cabessa*; *necessarias* ao lado de *neçeccaria*; *Reconheçaõ* ao lado de *Reconhessaõ*; *assistem* ao lado de *acistir*; *introdução* e *jurisdição* ao lado de *introducção* e *jurisdicção*; *vendose* ao lado de *seguindosse*; *extração* ao lado de *extracção*, *extensaõ* ao lado de *extençaõ* e *extencaõ*; *interessado* ao lado de *intereçadoz* e *interecadoz*; *mereça* ao lado de *mereca*. Todavia, não descartamos a hipótese de que <c>, sem cedilha, em *servico*, *extencaõ*, *interecadoz*, e *mereca*, seja exemplo de descuido do escriba ou copista. Os geminados

⁹ São quatros autores que viveram, escreveram e publicaram em Portugal durante o século XVIII.

<sc> e <xc> ocorrem, exclusivamente, diante de /e/, /ɛ/ ou /i/, e não possuem formas concorrentes. Alguns dos exemplos são vocábulos *crescente, consciencia, excepto e excellencia*.

Em posição de coda, em final de vocábulo, registramos a coexistência dos grafemas <s> e <z> empregados às vezes pelo mesmo autor, na grafia de um mesmo vocábulo, e, considerando a fronteira vocabular, em mesmo contexto: *fez* ao lado de *fes*; *poiz* ao lado de *pois*; *Ruinaz* ao lado de *Ruinaz*; *ordenz* ao lado de *ordens*, *mês* ao lado de *mez*, dentre outros exemplos. Também não desconsideramos a hipótese de se tratar apenas de variação no traçado desses dois grafemas, caracterizando situação de alografia. A posição de coda, travando sílaba, no interior de vocábulo, é lugar de <s> e <x>: *desde, Masgestade, acistir, expediente, extiguir, e extracção*, dentre muitos outros exemplos.

A consoante fricativa alveolar sonora /z/ somente apresenta variação em sua representação quando está em posição intervocálica, aparecendo grafada por <z>, que é a forma mais frequente, denotando registro fônico da sonora /z/ ou por <s>, denotando o registro ortográfico. Eis alguns exemplos: *prezente e presença, Rezultaõ e Resultou, riside/reside e Rezide*; ainda registramos o dígrafo <ss> representando a fricativa sonora /z/: *prissinaraõ*, convivendo com *prezionou e prezionar*. Ainda em posição interior de vocábulo, entre vogais, essa consoante pode está representada por <x>, como é da norma atual nestes vocábulos: *executar, execuçaõ, exacçaõ, exemplo*, etc. Sobre a variação da grafia do /z/ intervocálico, diz Bacellar (1783: 180) que quando parecer que “soa um z”, o grafema

utilizado deverá ser <s> e não <z>. Daí, como podemos ver, temos outra divergência entre o gramático e os escrivães dos textos estudados.

2.2.5 Fricativas /ʃ/ e /z/, e africadas /tʃ/ e /dʒ/

Lembra Maia (1986: 468) que o sistema fonológico galego-português possuía as fricativas pré-palatais surda /ʃ/ e sonora /z/ assim como as africadas palatais surda /tʃ/ e sonora /dʒ/. De acordo com os manuais de história da língua portuguesa, com o tempo, as africadas foram dando lugar às fricativas. Supõe-se que a mudança /dʒ/ > /z/ tenha ocorrido desde cedo: no século XIII, em que o fonema africado sonoro já se realizava pelos alofones [dʒ], africado, e [z], fricativo; a mudança /tʃ/ > /ʃ/, por sua vez, tem gerado mais discussão. Não apenas no que se refere à datação da referida mudança, como também no que se refere à geografia e caracterização social da inovação ou mudança. Os grafemas que representam cada uma dessas consoantes nos textos analisados por Maia (1986: 470) são os seguintes: invariavelmente, a africana surda /tʃ/ aparece grafada com <ch> e a fricativa surda /ʃ/ com <x>; a africana ou fricativa sonora (/dʒ/ ou /z/) estão indistintamente grafadas com *gi*, *yy*, *yi*, *gh*, *i*, *j*, *y* e *g*.

Levando em conta o estudo sobre a mudança /tʃ/ > /ʃ/ feito por Prista (1994: 184)¹⁰, pelo fato de alguns autores defenderem que a mudança ocorrera no século XVIII, podemos até considerar que o grafema <ch> que aparece nos textos setecentistas, pelo menos nos vocábulos cuja etimologia remete aos grupos PL- CL- ou FL- latinos, represente o fonema africado surdo /tʃ̃/, como nestes vocábulos: *chegou, chegado, chegaõ* – do latim “plicare”; *achando, achar, acharem, achaõ, achavaõ, acha* – do latim “afflare”; *chamavaõ, chamar* – do latim “clamare”; e *cheias* – do latim “plenas”, *encher* – do latim “implere”. Para representar a fricativa surda /ʃ/ temos, nos textos analisados, o grafema <x> convivendo com o grafema <ch>: *petrechos, cachoeyras, queixar, deichei* ao lado de *deixei, bachos* ao lado de *baxoz, vechame* ao lado de *vexames*, etc. Aqui podemos ter uma pequena amostra da “confusão” estabelecida no século XVIII entre a africada /tʃ̃/ e a fricativa /ʃ/, espelhada na variação gráfica atestada, segundo Prista (1994: 184), por Coelho (1946) desde o século XVII, ou antes.

Para representar a sonora africada /dʒ̃/ ou fricativa /ʒ/ os autores dos textos setecentistas empregam os mesmos grafemas que hoje

¹⁰ Com relação à datação da mudança, segundo Prista (1994: 184), é possível considerar dois grupos de autores: os que defendem que desde muito cedo duas zonas estão definidas, uma de oposição /tʃ̃/ : /ʃ/ e outra de simplificação em /ʃ/ – “para Harri Meier, logo que o português desceu do norte, para Silva Neto, também, mas com a reserva de Lisboa, para Huber, talvez ainda no português antigo, para Paiva Boléo e Adelina Angélica Pinto, pelo menos no séc. xv; o dos autores que, cingindo-se à norma culta (de Lisboa), referem o século XVIII – aqui o *continuum* começaria em Nobiling (depois do xvi), seguiria com Teyssier (a partir do xvii), J. Prado Coelho (confusão no xvii, se é que não vinha de trás), Leite de Vasoncelos (pelo menos no xviii), Luís Cintra, Manuela Barros, Williams e Cornu (durante o xviii), Révah, primeiro terço do xviii, Thomas Hart (‘until well into the eighteenth-century’), Ivo Castro (meados do xviii, mais recente do que a monotongação de *ou*)”.

utilizamos para a fricativa pré-palatal sonora /ʒ/, ou seja, o <j>: *já, Jezus, João, Junho*, e o <g>, em *onset*, seguido de *e*: *geral, auge, Magestade*, ou *i*: *Registadas, lizongiarem*, etc. Como se vê, identificar pela grafia se a realização é da africada /dʒ/ ou da fricativa /ʒ/ nos manuscritos do século XVIII é tarefa praticamente impossível de se fazer. Aliás, na análise dos documentos galegos e portugueses, Maia (1986: 470) também não atribui a nenhum dos grafemas (*gi, yy, yi, gh, i, j, y* e *g*) em particular a representação da consoante africada /dʒ/ ou a fricativa /ʒ/.

A propósito, a africada, seja surda ou sonora, não é mencionada na gramática de Bacellar (1783), nem é investigada por Marquilhas (1991) nas obras de R. Bluteau, M. dos Santos, M. da Rocha e T. Caetano de Bem.

2.2.6 Laterais /l/, /ʎ/

A representação gráfica da consoante lateral alveolar /l/, nos manuscritos analisados, pode ser feita, como queria Bacellar (1783: 168), pelo grafema simples <l>, que é o mais frequente; ou pelo complexo <ll>, que ocorre apenas em posição intervocálica: *villas, mellitares, nella, delles, aquella(s), facellidade, sallarios, delligencia, pello(s), cavallos, vassallos, felicidade, estilo*. Cinco desses exemplos aparecem com o <l> simples: *diligencia, pelo, facilidade, militares* e *aquelas*. Isso sugere que o emprego do simples <l> ou do complexo <ll>, em início de sílaba, ou *onset*, intervocálico, poderia ser aleatória.

Encontramos apenas um exemplo de rotacismo (/l/ > /r/): *balças* ao lado de *barças*. Esses vocábulos foram encontrados em vias diferentes de um mesmo documento escrito por um mesmo punho.

A variação na grafia do assilábico /w/ nos vocábulos *auzentes* ao lado de *alzentes* nos revela a existência do fenômeno de vocalização da consoante lateral alveolar /l/ em /w/ já no português setecentista. Hoje, como sabemos, trata-se de um fenômeno comum do português brasileiro na realização de /l/ em final de sílaba travada no interior ou fim de vocábulo.

A consoante lateral palatal /ʎ/ aparece nos textos setecentistas transcrita pelo dígrafo <lh>: *artilharia*, *similhantes*, *velho(s)*, *atalhar*, etc. Esse fonema ainda aparece, esporadicamente, grafado com <ll>, como no caso de *castellanos*, o que denota empréstimo do sistema ortográfico do próprio castelhano.

2.2.7 O emprego do grafema <h>

O grafema simples <h> aparece representado no início dos vocábulos, dependendo da etimologia latina de cada vocábulo, como: *homens* (homo,inis) e *haver* (habēre). Por analogia a vocábulos de origem latina, o <h> acaba sendo grafado em posição inicial de vocábulo que, segundo seu étimo, não possui tal grafema: *huma*, *huns*, *hum* (unus,a,um). Há, no entanto, ocorrências de vocábulos, que mesmo tendo <h> em sua forma latina, estão escritos sem esse grafema, como observamos em *abitantês*

(habitans,antis). O <h> também é utilizado nos textos para indicar vocábulos monossilábicos tônicos: *he*, *hê*, e *hir* que convive com *ir* – sem <h>. No interior dos vocábulos é comum esse grafema aparecer entre duas vogais em hiato: *prohiba*, *sahir*, *cahir*, *Restituhir*, *construhido*, *distribuhiu* etc, exercendo, conforme Maia (1986: 428), sua “função anti-hiática”.

2.3 Considerações sobre o capítulo

Constata-se, como já dissemos, que a ortografia empregada pelos escrivães dos documentos setecentistas não está totalmente de acordo com o que encontramos nos gramáticos e ortógrafos da época, como, por exemplo, Bacellar (1783), gramático do século XVIII, contemporâneo dos textos.

Voltando dois séculos para comparar o sistema ortográfico ditado pelos gramáticos portugueses do século XVI, que tratam do assunto – Oliveira (1536), Barros (1540) e Leão (1576) –, certamente vamos concluir, como fez Louro (s/d: 20-28), que possuíamos pelo menos três ortografias distintas.

Para ilustrar essa distinção, parafraseando Louro (*idem*), vamos expor apenas as divergências no que se refere ao inventário dos grafemas proposto por cada um desses autores, sem entrar no mérito das, conforme o termo dos autores quinhentistas, “vozes” ou “sons” que tais grafemas ou letras ou figuras representavam. Para Oliveira (*idem*), capítulo décimo, há trinta e duas vozes ou sons e trinta e duas letras ou figuras, sem contar o til e o <h>. Para arranjar todos esses grafemas ele desdobra <a>, <c>, <e>,

<o>, <r> e <s> e conta como figura <ch>, <lh> e <nh>. Barros (p. 370)¹¹, por sua vez, conta o til e o <h>, mas não desdobra o <s> e acha, por isso, trinta e três vozes ou sons e trinta e três figuras ou letras (e não trinta e quatro, como informa Louro à página 20). São elas: <á>, <a>, , <c>, <ç>, <d>, <é>, <e>, <f>, <g>, <h>, <j>, <i>, <y>, <l>, <m>, <n>, <ó>, <o>, <p>, <q>, <R>, <r>, <s>, <t>, <V>, <u>, <x>, <z>, <~>, <ch>, <lh>, <nh>. Para Leão (1576), entretanto, as letras são vinte e duas; as vozes, porém, são mais e são representadas em figura por combinações das ditas letras.

Mesmo reconhecendo que os três estão longe das modernas classificações científicas, e mesmo dentro do seu empirismo que já vinha dos gramáticos latinos, Louro (p. 21) considera, no entanto, que já estavam esboçadas algumas distinções, e, levando em conta o critério das classificações, considera ainda Fernão de Oliveira como o mais lógico e rigoroso dos três.

Voltando mais ainda, entrando no dito período do português arcaico e do galego-português, para ampliar a comparação, vamos recorrer ao inventário dos grafemas utilizados em textos da Galiza e de Portugal desde o século XIII ao século XVI, levantado por Maia (1986: 305-308). Tanto nos documentos da Galiza quanto nos de Portugal os grafemas que representam fonemas vocálicos são os seguintes: <a>, <e>, <i, y, j, h>, <o> e <u>. Nos textos galegos ainda aparece o grafema <v> equivalendo-se a <u>. São equivalentes também o grupo <i, y, j, h>. Os grafemas levantados em todos os documentos galegos e portugueses que representam fonemas consonânticos apresentam-se com formas simples e complexas.

¹¹ Trata-se da edição fac-similada por Buescu, 1971.

Totalizando sessenta e seis figuras, letras ou grafemas, os simples são , <c>, <ç>, <ξ>, <d>, <f>, <i>, <y>, <j>, <k>, <l>, <m>, <n>, <ñ>, <p>, <q>, <r>, <s>, <ř>, <t>, <u>, <v>, <x>, <z> e <σ>; e os complexos são <bb>, <ci>, <çi>, <cti>, <cz>, <ξy>, <ti>, <ch>, <çh>, <ff>, <gi>, <gh>, <yy>, <yi>, , <lj>, <lli>, <llj>, <ly>, <ll>, <lh>, <mm>, <nn>, <nj>, <ni>, <ñi>, <gn>, <gnh>, <nh>, <pp>, <ph>, <rr>, <řr>, <řç>, <sr>, <th>, <tch>, <ti>, <tt>, <uu> e <zi>.

Comparando o inventário dos grafemas em textos do século XVIII com os que ditam os ortógrafos do século XVI e com o inventário levantado por Maia (1986: 305-308) em textos arcaicos galegos e portugueses, é possível perceber que o inventário dos grafemas utilizados nos textos setecentistas está mais próximo do constatado em documentos entre os séculos XIII e XVI, do que propriamente dos levantados pelos gramáticos seiscentistas, e distante mais ainda do inventário proposto por Bacellar (1783), gramático contemporâneo dos manuscritos analisados.

CAPÍTULO 3

VOCALISMO

A descrição do sistema fonológico do português falado na Baixada Cuiabana neste capítulo tem como base as gravações realizadas e também estudos já feitos sobre essa e demais variedades do português falado no Brasil e em outras regiões lusófonas, principalmente em Portugal.

Nosso objetivo neste capítulo é fazer o levantamento das vogais, e dos fenômenos gerais que as envolvem, que, dentre suas realizações, no estágio contínuo de variação, registra-se a manutenção¹ de fenômenos descritos em estágios anteriores da língua: do galego-português à época do Brasil colonial, em especial no século XVIII – época da principal expansão portuguesa, via bandeiras e monções paulistas, para o centro-oeste brasileiro.

Para tanto, adotamos a estratégia utilizada por Penha (1997) em *Português rural de Minas numa visão tridimensional*. No nosso caso mesclamos visão tridimensional e visão bidimensional, uma vez que o cotejo está centrado na *língua falada na Baixada Cuiabana* (LFBC), de um lado, e do outro, na *língua escrita do século XVIII* (LEXVIII), conforme descrição no capítulo 2, e/ou na *literatura de história da língua* (LHL), como gramáticas, manuais, livros, teses e ensaios, que de certa forma descrevem a língua portuguesa ou uma de suas características, em uma ou mais

¹ Repetindo nota da introdução, referimo-nos aos fenômenos presentes em estágios anteriores do português que, depois do estado de variação, foi substituído pela forma concorrente. Portanto, trata-se de realizações que deixaram de ser usuais, frequentes, recorrentes nas atuais normas da língua descritas no Brasil e Portugal. Falta ainda, desse modo, o cotejo das variedades do português da África e da Ásia, incluindo as línguas crioulas de base portuguesa.

fases históricas. Neste caso último, a preocupação é a de se fazer correlações e alusões a autores que trabalharam e/ou trabalham com a descrição do português, seja do Brasil, seja de Portugal ou de outras comunidades lusófonas.

Ressalte-se que neste paradigma das vogais seguramente não damos conta de todas as variações, principalmente as que resultam das articulações secundárias. No entanto, levantamos um quadro que esboça os principais fenômenos do vocalismo no falar cuiabano e, por extensão, do português falado/popular no/do Brasil.

3.1 Vogais orais tônicas

/a/

A vogal /a/, oral tônica, na LFBC, geralmente apresenta timbre semelhante à do português padrão e popular falado, assim no Brasil, como em Portugal.² Ou seja, baixa e central: [gẽza] *ganzá*, [karegaɹ] *carregar*, [dimaʃ] *demais*, [iʃtudaɾv] *estudaram*, [kaze] *casa*, [matv] *mato*, [deʃave] *deixava*, [makine] *máquina*.

Se considerarmos que em Portugal haja ainda, conforme fez Oliveira (1536) e Barros (1540) no século XVI, a distinção entre *a* grande, “aberto”, e *a* pequeno, “fechado”, diríamos que nos exemplos acima temos o *a* grande. Essa diferenciação tem gerado algumas discussões. Maia (1986: 311), tratando dessa distinção, afirma que *a* grande e *a* pequeno “são apenas variantes combinatórias do mesmo fonema /a/”, diminuindo assim de oito,

² Cf. Silva (1999), Cruz (1991), Cuesta & Luz (1971), Maia (1986), Penha (1997), Teyssier (1997), e Vasconcelos (1901), dentre outros autores.

como queria o gramático quinhentista, para sete o número das vogais portuguesas. Quer dizer: trata-se de uma oposição apenas fonética e não fonológica. Tomando como base os exemplos dados por Oliveira (1536, cap. VIII) para abonar essa diferenciação (*a* grande: *alamada*; *a* pequeno: *Alemanha*), chega-se, como Maia (1986: 311), à conclusão de que “em sílaba tónica são *aa* ‘grandes’ (abertos) todos os *aa*, excepto quando se encontram seguidos de consoante nasal inicial da sílaba seguinte”³. Essa constatação comprova que a oposição entre *a* aberto e *a* fechado é apenas fonética. Quer dizer: [a] aberto e [ɐ] fechado são alofones de /a/.

Já o sistema das vogais orais em posição tónica para o português europeu, proposto por Teyssier (1997: 42), como o de Oliveira (1536), também compreende oito fonemas. Para isso usa como argumento que “apesar da presença da consoante nasal seguinte, que, nas palavras que contêm um *a* singelo etimológico, sempre fechou a vogal”, como em *cama*, *cana* e *banho*, “temos, com efeito, *ga-anha* > *ganha* (verbo) e *ga-anho* > *ganho* (substantivo), nos quais o *a* resultante da contracção, conservou até hoje no português europeu um timbre aberto”. Ressalva, porém, que a oposição entre *a* aberto e *a* fechado é de fraco rendimento.

É por causa desse fraco rendimento que a tendência geral é considerar, como Mattos e Silva (1991: 49), dentre outros, que a vogal seguida de consoante nasal apresenta-se naturalmente mais fechada que

³ Maia (1986: 311) se baseia em testemunhos de gramáticos e ortógrafos do século XVI ao XVIII, como Fernão de Oliveira (1536): *Grammatica de lingoagem portuguesa*, João de Barros (1540): *Grammatica da lingua portuguesa*, Duarte Nunes de Leão (1576): *Orthographia da lingoa portuguesa*, João Franco Barreto (1671): *Ortografia da lingua portvgueza*, Luís Caetano de Lima (1736): *Orthographia da lingua portugeza*, e Frei Luís do Monte Carmelo (1767): *Compendio de orthographia*, dentre outros, na tentativa de esclarecer qual seria o estado de língua no século XVI em relação ao fonema /a/.

em outros contextos. Nessa mesma posição, geralmente, a vogal também se apresenta nasalada, justamente em virtude da assimilação do traço nasal do fonema contíguo. Aliás, o fechamento da vogal é resultado dessa nasalização. Mais adiante, ao tratarmos das vogais nasaladas, veremos que no português falado na região mato-grossense, a Baixada Cuiabana, esse fenômeno, no que tange às tônicas nasaladas, não é assim tão absoluto.

Dentre as realizações desse *a* oral tônico, em todo o *corpus* analisado, merece destaque a ocorrência do vocábulo *ralo*, do verbo *ralar*, em que registramos o fenômeno da elevação ou alçamento para [ɛ]: [rɛlu] < [ralu].

A semelhança, quanto à realização e função dessa vogal, que há entre o falar da Baixada e o português padrão e popular falado, assim no Brasil, como em Portugal, nota-se até na tendência ao seu alongamento nesse contexto tônico. Trata-se, no entanto, de um recurso estilístico e não fonológico, por não se tratar de um traço distintivo no português, em que a palavra é afetada de um valor expressivo para conotar a sua intensidade no discurso, como foi percebido em [a:kɾɪ] *acre*, [da:] *dá*, [na:dɐ] *nada*, [ĩbɔla:du] *embolado*, [kũpẽɲɐra:dɐ] *companheirada*, [tʃɛga:du] *chegado*, [tʃuvara:dɐ] *chuvarada*, [moʎa:du] *molhado*, [itɾa:] *entrar*.

No trecho seguinte, donde foram extraídos os três últimos exemplos, fica evidente o motivo pelo qual o colaborador recorre a esse recurso para

expressar o esforço que fez trabalhando (sem remuneração) na chuva e na lama. Este vocábulo também tem sua sílaba tônica alongada.⁴

[ãtẽw ew ãtrej la trabajẽnu direjtu mosu... ew tirẽnu lejtr
 kũe t̃vara:de ãe la:me u kura tudu moãa:du... u gadu ki nũ
 kirie ãtra:]

Então, eu entrei lá trabalhando direito, moço. Eu tirando leite | com uma **chuvarada**, uma **lama**, o curral todo **molhado**, o gado que não | queria **entrar**.

Quanto ao alongamento, considerando a LEXVIII, como vimos anteriormente, a tonicidade e timbre das vogais não eram graficamente indicados. Os diacríticos empregados assinalavam a quantidade da vogal. Na LHL, lembrando o sistema vocálico latino, Bacellar (1783: 36-37) recorre à quantidade vocálica para explicar o emprego dos diacríticos em sua gramática setecentista, indicando que as vogais podem ser breves (˘), longas ou circunflexas (^) e longuíssimas ou agudas (ˊ).

Outro fenômeno comum no português popular do Brasil, que também observamos no português da Baixada, ocorre quando o *a* tônico está no núcleo de sílabas pesadas em vocábulos oxítonos, tendo na coda consoantes fricativas. Nesse contexto, pode surgir o ditongo decrescente /a.j/, provocado pela realização do *glide* [j], fone de transição, sem função distintiva, produzido durante a articulação que liga os dois fonemas vizinhos, a vogal e consoante fricativa: [majs]/[majz] *mas*, [fajs]/[fajz] *faz*, [rapajs]/[rapajz] *rapaz*, [trajs]/[trajz] *traz*, podendo ocorrer apócope da fricativa: [maj] *mas*, [faj] *faz*, [rapaj] *rapaz*, [traj] *traz*, ou

⁴ Cf. item 3.2 sobre as vogais nasaladas tônicas.

ainda, como é mais frequente, pode não ocorrer ditongação, mas a palatalização da fricativa: [maʃ]/[maʒ] *mas*, [faʃ]/[faʒ] *faz*, [rapaʃ]/[rapaʒ] *rapaz*, [traʃ]/[traʒ] *traz*.

Dessa descrição destacamos um fenômeno possível de ser considerado manutenção. Trata-se da elevação ou alçamento [a] > [ɛ]. Na LEXVIII essa elevação foi notada apenas com o *a* em posição pretônica: *pesquins* < *pasquins*, e *rezaõ* que convive com a forma *razaõ*. Na LHL, esse mesmo fenômeno também foi registrado por Penha (1997: 36) que o considera como traço de língua antiga, tratando, porém, das vogais pretônicas na linguagem rural do bairro de São Domingos no município sul-mineiro de Elói Mendes, dando como exemplo, dentre outros vocábulos, *relar* < *ralar*, *relé* < *ralé* e *rezão* < *razão*.

/ɛ/ e /e/

Apesar de colocarmos em um mesmo item, estamos tratando a oposição entre os timbres aberto /ɛ/ e fechado /e/ do *e* como sendo fonológica e não fonética. Aliás, o reconhecimento que no português há sete fonemas vocálicos representados por cinco grafemas é tão antigo quanto nossas mais remotas gramáticas. Isso considerando que a oposição entre *a* aberto e *a* fechado seja apenas fonética, como já falamos. O nosso primeiro gramático Fernão de Oliveira (1536), por exemplo, que contava oito fonemas vocálicos, assim os distingue, no capítulo VIII de sua gramática:

temos aa grande e a pequeno: e ee grande e e pequeno: e também oo grande e o pequeno. Mas nã temos assi diversidade ã i. nem v. [...] E conhecendo esta verdade auemos de cõfessar q̃ temos oyto vogaes na nossa lingoa mas nã temos mais de cinco figuras.⁵

A vogal oral tônica aberta /ɛ/ e a fechada /e/ na LFBC apresentam timbres semelhantes às vogais do português padrão, e do português popular, falado assim no Brasil, como em Portugal.

/ɛ/: [dʒɛgɪ] *jegue*, [iʃkɛsɪ] *esquece*, [fɛʃtɐ] *festa*, [nɛʃtɐ] *nesta*, [ɛsɐʃ] *essas*, [ɛrɐ] *era*, [pɛ] *pé*, [dɛʃ] *dez*, [kolɛdʒu] *colégio*, [atɛ] *até*;

/e/: [kabɛsɐ] *cabeça*, [dɛsɪ] *desse*, [akɐlɪ] *aquela*, [kumɛsu] *começo*, [porɛtɪ] *porrete*, [kabelu] *cabelo*, [karɛtɐ] *carreta*, [m̃ɛsɐbu] *mancebo*, [fɛʃ] *fez*, [tɛvɪ] *teve*.

Além dessas, outras três realizações foram notadas em todo o *corpus*. A primeira delas é a mudança de timbre, de fechado para aberto, nos vocábulos [bɛbu] *bebo* e [mɛtʃu] *mexo*. Esse fenômeno contradiz o que comumente é constatado no português brasileiro e que também Maia (1986: 340) já constatara em relação ao português europeu. Diz ela que “o idioma padrão apresenta actualmente, de uma maneira geral,” e fechado “na sílaba tônica em virtude da acção metafônica exercida por *-u*.”⁶ No caso de [bɛbu] e [mɛtʃu] temos a realização [u] final, que, teoricamente, deveria,

⁵ Transcrição da segunda edição, 1871, pág. 20, conforme a de 1536.

⁶ “Aliás,” continua Maia (*idem*), “era este o estado da língua culta do Centro do País no século XVI, como pode deduzir-se da análise das grafias de João de Barros”, e completa em nota que, efetivamente, as grafias do gramático “revelam, sob este aspecto, uma extraordinária coincidência com a actual língua padrão.”

mas não impediu a abertura do timbre do fonema /e/. Aliás, como notamos no português em geral, nos vocábulos em questão, mesmo quando temos um [ɐ] final o e tônico continua fechado, como nas formas subjuntivas [bɐbɐ] *beba* e [mɐʃɐ] *mexa*. A abertura dessa vogal tônica ocorre apenas quando temos a realização [e] ou [ɪ] final, como nas formas do imperativo e do presente do indicativo [bɛbɛ] ou [bɛbɪ] *bebe* e [mɛʃe] ou [mɛʃɪ] *mexe*. A segunda também ocorre em forma verbal. Trata-se agora do fechamento ou elevação ou alçamento máximo de timbre, de [ɛ] para [i], como em [sigɪ] *segue*. No caso desse vocábulo a mudança de timbre pode ser explicada em virtude da ação metafônica exercida pela realização [ɪ] final. A terceira realização é semelhante ao último caso que registramos no *a* tônico. Geralmente há ditongação do e tônico aberto ou fechado em sílaba pesada de vocábulos oxítonos, em cuja coda há consoantes fricativas, contexto que favorece a realização do *glide* [j]: [dɛjs]/[dɛjz] *dez*, [fɛjs]/[fɛjz] *fez*, [trɛjs]/[trɛjz] *três*, [vɛjs]/[vɛjz] *vez*. Tal qual observamos em *a*, aqui também pode ocorrer apócope da fricativa: [dɛj] *dez*, [fɛj] *fez*, [trɛj] *três*, [vɛj] *vez*, ou, como é mais frequente, não ocorrer ditongação, mas a palatalização da fricativa: [dɛʃ]/[dɛʒ] *dez*, [fɛʃ]/[fɛʒ] *fez*, [trɛʃ]/[trɛʒ] *três*, [vɛʃ]/[vɛʒ] *vez*.

Dentre os fenômenos descritos, destacamos dois possíveis de ser considerados como manutenção: I) alçamento ou elevação de timbre [ɛ] > [i], e II) abaixamento de timbre [e] > [ɛ].

I) Na LHL, o fenômeno do alçamento [ɛ] > [i] também foi descrito por Penha (1997: 93-95) como mais um exemplo de língua antiga preservado na linguagem de São Domingos, em Minas Gerais. Além de [sigɪ] *segue*, registra ainda [dispidiɪ] *despede* e [xipitiɪ] *repete*. Pela estrutura fonológica desses vocábulos, fica evidente que em todos eles está agindo o fenômeno da metafonia, em que o timbre do fonema /ɛ/, em sílaba tônica, assimila o do /e/, átono final, ambos realizados [ɪ]. Nesse caso há também a constituição de arquifonema vocálico em posição tônica, porque a oposição fonêmica entre /ɛ/ e /i/ é neutralizada.

II) Na LHL, o abaixamento [e] > [ɛ] – constituindo caso de arquifonema vocálico em posição tônica, em que a oposição fonêmica entre /e/ e /ɛ/ se neutraliza. Esse fenômeno, que está presente nas atuais variedades dialetais da região portuguesa de Entre-Douro-e-Minho e em grande parte das variedades modernas do galego, conforme Maia (1986: 342), é resultado da conservação de antigas formas nas quais a metafonia não atuou.

3.2 Vogais nasaladas tônicas

/aN/

A vogal /aN/, tônica nasalada, geralmente apresenta timbre semelhante à vogal do português padrão e popular falado, assim no Brasil, como na zona sul de Portugal. Ou seja, fechada e central: [ẽnu] *ano*, [ẽtɪʃ] *antes*, [kẽtɐ] *canta*, [grẽdɪ] *grande*, [pẽsẽnu] *pensando*, [kwẽtɐʃ] *quantas*, [kwẽtuʃ] *quantos*, [sẽtuʃ] *santos*, [tabajẽnu] *trabalhando*, [tirẽnu] *tirando*.

Retomando o que já foi exposto sobre o timbre da vogal *a* oral tônica, em sílaba leve, que, de acordo com o testemunho de gramáticos e ortógrafos da língua portuguesa, de aberta oral, passa a fechada, mais ou menos nasalada, quando seguida de uma consoante nasal heterossilábica, ou que inicia a sílaba seguinte, observamos que no português da Baixada Cuiabana esse fenômeno fonética não se apresenta tão absoluto.

Um grande número de falantes tende ao alongamento e à manutenção do timbre aberto dessa vogal, neutralizando assim sua eventual nasalidade. Isso ocorre em contexto idêntico ao descrito quando tratamos do *a* oral tônico. Aqui também se trata de um recurso estilístico, em que a palavra é afetada de um valor expressivo para conotar a sua intensidade no discurso, como podemos conferir nos vocábulos seguintes: [ka:mɐɐ] *câmera*, [kẽta:nu] *cantando*, [diferẽsia:nu] *diferenciando*, [la:mɐ] *lama*, [la:mĩnɐ] *lâmina*.

Esses exemplos provam que também no Brasil, pelo menos na área estudada, podemos registrar a oposição do timbre aberto e fechado na vogal *a* seguida de consoante nasal. Fato que não é assim tão reconhecido. Teyssier (1997: 81), por exemplo, afirma que “na pronúncia mais corrente não existe no português do Brasil a oposição entre os timbres abertos e fechados”, dentre outras, da vogal *a* seguida de uma consoante nasal: “ocorre, nesse caso, apenas o timbre fechado”.

Se tomarmos os mesmos e únicos exemplos de que se utilizam Teyssier (*idem*), Maia (1986: 314), e Mattos e Silva (1991: 49), diríamos, como eles, que no Brasil não há essa oposição de timbre no *a* tônico seguido de sílaba em cujo ataque ou *onset* há fonema nasal.

Na Baixada, a princípio, também não há oposição fonológica entre as primeiras pessoas do plural no presente e no perfeito dos verbos da primeira conjugação, como se faz na língua da zona central de Portugal: [ẽ]mos, fechado, para o presente e [a]mos, aberto, para o perfeito. Em ambos os tempos, via de regra, o *a* apresenta-se nasalado com timbre fechado. Entretanto, qualquer uma dessas realizações pode apresentar-se com o *a* aberto, assemelhando-se ao português da região de Entre-Douro-e-Minho que para esses dois tempos verbais só conhece a terminação [a]mos. Essa variação no português cuiabano é possível porque o que está em jogo não é a distinção entre os referidos tempos verbais. O fenômeno extrapola esse nível morfo-fonológico, transferindo a discussão, como vimos, para o estilístico.⁷

⁷ Retomaremos esse assunto nos três últimos parágrafos desta seção, ao tratarmos da realização [ẽ] para a vogal /aN/.

Esse fonema, no português da Baixada, ainda pode ser realizado de uma terceira maneira: quando o *a* tônico se encontra em sílaba travada pelo arquifonema nasal /N/, e o vocábulo estiver afetado pelo mesmo recurso estilístico de alongamento, a vogal alongada apresenta-se levemente nasalada, porém o timbre não se eleva, como naturalmente acontece aos demais fonemas vocálicos em contexto idêntico. O timbre desse *a* nasalado, núcleo da sílaba travada, mantém-se baixo, aberto, com timbre semelhante ao do oral: [grã:dɪ] *grande*, [karã:bɐ] *caramba*, [kriã:sɐ] *criança*, [kã:tɐ] *canta*, [baʃtã:tɪ] *bastante*, [nã:u] *não*, [trẽkilã:u] *tranquilão*.

A outra realização de /aN/ tônico – vogal temática de verbos da primeira conjugação – no presente ou perfeito do indicativo, na primeira pessoa do plural, é [ẽ]: [ʃegẽmu] *chegamos*, [kavukẽmu] *cavucamos*, [kabẽmu] *acabamos*, [soɹtẽmu] *soltamos*, [raʃtẽmu] *arrastamos*, [tẽpẽmu] *tampamos*, [baziẽmu] *baseamos*, [fikẽmu] *ficamos*, [ikõtrẽmu] *encontramos*, [atʃẽmu] *achamos*. É possível que esse fenômeno ocorra simplesmente por analogia aos verbos da segunda conjugação que com essas mesmas noções gramaticais apresentam a terminação *-emos*. No entanto, retomando o assunto sobre a oposição entre as primeiras pessoas do plural no presente e no perfeito dos verbos da primeira conjugação, agora diante dessa realização [ẽ], podemos levantar a hipótese de que esse fenômeno só acontece quando se quer denotar o tempo pretérito. Isso foi

ratificado no contexto de onde os exemplos foram extraídos: são narrativas no tempo passado. Eliminando esse contexto, como já dissemos, não há como distinguir, pela forma, se se trata de perfeito ou de presente.

Dessas realizações, destacamos, no alongamento da sílaba, o timbre aberto, baixo, [a] diante de fonema *e*/ou de arquifonema nasal como possível exemplo de manutenção. Na LHL, conforme testemunha Maia (1986: 316-317), na atual variedade de Entre-Douro-e-Minho existe apenas *a* aberto, mesmo seguido de consoante nasal. Diz também que a região de Entre-Douro-e-Minho não só aparece bem individualizada entre as demais variedades regionais, como é habitualmente caracterizada pelo seu conservadorismo e feição arcaizante.

/eN/

Ao contrário do que fizemos em relação ao *e* oral tônico, e considerando, como fez Silva (1999: 91), que há equivalência entre /eN/ e /ɛN/ devido ao fato de que as línguas naturais não diferenciam vogais nasaladas médias-altas de médias-baixas, não faremos distinção entre os timbres aberto e fechado. Ainda mais levando em conta Teyssier (1997: 81) ao tratar dos aspectos inovadores da fonética brasileira, quando diz que, ao contrário de Portugal, no Brasil não se faz oposição entre os timbres abertos e fechados das vogais tônicas *a*, *e* e *o* seguidas de uma consoante nasal. Sobre o *e*, dá como exemplo os vocábulos *p[ẽ]na* e *v[ẽ]nia*, pronunciados no Brasil com *e* fechado. No português europeu isso somente acontece com *p[ẽ]na*, ao passo que *vênia* é pronunciado com *e* aberto: *v[ê]nia*.

Na Baixada, a vogal /eN/, tônica nasalada, em geral, apresenta timbre fechado semelhante à vogal do português padrão e popular, falado no Brasil e em Portugal, em especial na zona do Minho e Douro Litoral, onde, conforme Maia (1986: 348), essa vogal, quando entravada por nasal, apesar de ser frequente a pronúncia com timbre aberto, o *e* pode apresentar uma realização também fechada não apenas no idioma da camada culta, mas também em muitas povoações em todos os níveis sociolinguísticos: [tẽpu] *tempo*, [ẽtigamẽti] *antigamente*, [livramẽtu] *livramento*, [rezidẽsɐ] *residência*, [morẽnɐ] *morena*, [dʒẽti] *gente*, [moẽde] *moenda*, [violẽtu] *violento*, [kõtẽti] *contente*, [metʃẽnu] *mexendo*.

Outro fenômeno que também pode ser observado no português em geral, em sílaba travada pelo arquifonema nasal /N/ nos vocábulos oxítonos, é a realização do *glide* [j] fazendo surgir o ditongo nasal decrescente: [nĩgẽj] *ninguém*, [tẽbẽj] *também*, [nẽj] *nem*, [tẽj] *tem*, [bẽj] *bem*, [vẽj] *vem*. Podendo ainda ocorrer apócope do *glide*, como em: [tẽ] *tem*, [tẽbẽ] *também*, [bẽ] *bem*. Registramos ainda a ditongação na sílaba tônica deste vocábulo paroxítono: *engenho* [ẽdʒẽjɲu]. A ditongação desse *e* nasalado pode ser explicada pelo surgimento do *glide* [j], fone de transição, não distintivo, que foi produzido pela passagem dos órgãos fonadores e articuladores da posição de /e/ à nasal palatal /ɲ/ contígua.

É com base nos registros do vocábulo *também* nos manuscritos do século XVIII que podemos deduzir que a realização do grupo *em*, final, já era, como é do nosso costume, ditongada. A prova está na ocorrência da forma *tambe*ei**, enquanto na outra cópia do mesmo documento a forma volta a ser estritamente ortográfica: *tambem*. Quanto à ditongação de *e* nasalado tônico em posição interior, temos pelo menos, dez ocorrências do vocábulo *engeinho(s)* nos manuscritos analisados.

A outra realização notada, assemelha-se à segunda observada no *e* tônico, em que ocorre elevação de timbre ou alçamento, realizando-se [i]: [sĩtɪ] *sente* e [dizmĩtɪ] *desmente*. Aqui também a mudança de timbre pode ser explicada em virtude da ação metafônica exercida pelo [ɪ] final.

Apenas este último fenômeno tomamos como manutenção, considerando que, na LHL, ele também foi registrado por Penha (1997: 96-97), como permanência de traço de língua antiga, na linguagem rural do sul de Minas, onde foi ouvido [mĩtɪ] *mente* e [sĩtɪ] *sente*.

/oN/

Aqui também valem as mesmas observações feitas em *e* nasalado sobre a não distinção entre os timbres abertos e fechados. Ao diferenciar o português do Brasil do de Portugal nesse item, Teyssier (1997: 82) dá como exemplo os vocábulos *s[õ]no* e *Ant[õ]nio*, ambos pronunciados, no Brasil, com *o* fechado. No português europeu o timbre fechado aparece apenas em *s[õ]no*. *Antônio*, por lá, é pronunciado com *o* aberto: *Ant[õ]nio*.

No português da Baixada Cuiabana, a vogal /oN/, tônica nasalada, em geral, apresenta timbre fechado semelhante à vogal do português padrão e popular falado assim no Brasil, como em Portugal, principalmente se, conforme Maia (1986: 386), considerarmos que o português culto europeu sempre apresenta essa vogal nasalada com timbre fechado, e que, a julgar pelo testemunho de Leão (1576) em sua *Orthografia da lingua portuguesa*, essa era a situação da língua culta do Centro do País já no século XVI. Eis os exemplos cuiabanos: [nõmɪ] *nome*, [lõʒɪ] *longe*, [kõprɐ] *compra*, [ẽtõnjɯ] *antônio*, [tõmɐ] *toma*, [põtu] *ponto*, [aõdɪ] *aonde*, [dõnɐ] *dona*, [prõtu] *pronto*, [kõmɪ] *come*.

No vocábulo paroxítono *somos*, registramos a realização [ẽ]: [sẽmu]. Já em vocábulos monossilábicos, muitas vezes [õ], com a geração de um *glide*, convive com a forma ditongada, ora [õw], ora [ẽw]: [bõw]/[bẽw] *bom*, [sõw]/[sẽw] *som*, [rõdõw]/[rõdẽw] *rondon*, [dõw]/[dẽw] *dom*. A forma ditongada [bõw] *bom*, que tem relação direta com o alongamento natural das vogais tônicas finais, foi registrada também por Cruz (1991: 24) no falar da aldeia de Odeleite, sul de Portugal.

Outra realização notada, embora com baixa frequência, assemelha-se ao que ocorre com *e* nasalado tônico. Trata-se do alçamento para [ũ]: [fũ] e [fũm] *fomos*, [mũtɐ] *monta*, [kũ], [kũm] e [kũmu] *como*.

Consideramos este alçamento para [ũ] como manutenção na LFBC. Na LHL, fenômeno semelhante foi anotado também por Penha (1997: 104 e

107) como característica de língua antiga no falar de São Domingos, quando abona o fato com os vocábulos *cons[ũ]me* e *s[ũ]me*.

3.3 Vogais orais átonas

/e/

O *e* oral da sílaba pretônica, postônica e/ou final dessa região mato-grossense também não é diferente da pronúncia do português do Brasil em geral, que se realiza com mais frequência com timbre fechado. Das várias ocorrências, eis alguns exemplos da realização do *e* oral com timbre fechado em sílaba pretônica: [tʃ^hega] *chegar*, [veɫdaderu] *verdadeiro*, [serēmike] *cerâmica*, [iʃkuregēnu] *escorregando*, [tʃ^hego] *chegou*, [pesoe] *pessoa*, [novelēw] *novelão*, [metʃ^he] *mexer*.

Esse fato confere, até certo ponto, com o que, referindo-se à região centro-sul, diz Teyssier (1997: 82) sobre a questão de que o Brasil ignora a oposição, diga-se, fonética ou no nível da fala, do timbre aberto e fechado para a vogal *e* em sílaba pretônica. Até certo ponto, porque apesar de nesse contexto, em comparação ao *e* fechado, termos registrado poucas ocorrências do seu oposto aberto, com base no *corpus* analisado, podemos afirmar que no português da Baixada Cuiabana o *e* da sílaba pretônica também é realizado com timbre aberto: [ĩtɛra] *enterrar*, [ʃpɛtaku] *espetáculo*, [iʃpɛrēnu] *esperando*, [pɛɫtĩu] *pertinho*, [divɛɫʃēw] *diversão*, [padɛsēnu] *padecendo*, [mɛɔra] *melhorar*, [prɛparade] *preparada*.

Outra realização do português da Baixada que não destoa do português brasileiro em geral, também verificado no português padrão europeu, diz respeito ao alçamento ou elevação de timbre do *e* fechado, realizando-se [i] em sílaba pretônica⁸: [siɨvisu] *serviço*, [silisõnadu] *selecionado*, [sigĩtɪ] *seguinte*, [siarêsu] *cearense*, [trimĩna] *terminar*, [mirisimêtu] *merecimento*, [baɨdiavɐ] *baldeava*, [nuviliu] *novelinho*, [dizeseʃ] *dezesesseis*, [kabiludêw] *cabeludão*. No entanto, coexistem em um mesmo falante as realizações [e] e [i], como abonam as duas ocorrências do vocábulo *pescoço*: [piʃkosu] e [peʃkusu].

Em sílaba pretônica, registramos ainda o alofone [u] para o fonema /e/ em todas as seis ocorrências do vocábulo *semana*: [sumêne].

Nos casos em que temos *e* fechado pretônico em início de vocábulo seguido de consoante fricativa /s/, realizada, na Baixada, pré-palatal [ʃ], verificamos dois fenômenos distintos. O primeiro, trata-se da supressão do *e*, fenômeno frequente no português padrão de Portugal e, ainda conforme Vasconcelos (1901: 100), também no popular, no norte português. Em todo o *corpus* registramos apenas quatro ocorrências desse caso de aférese: [ʃpɛtaku] *espetáculo*, [ʃkɔlɐ] *escola*, [ʃpia] *espiar*, [ʃteɨku] *esterco*. O segundo, trata-se da realização alçada de /e/: [i]. O alçamento se explica

⁸ Esse fenômeno, comum em muitos falares portugueses, dentre eles o da aldeia de Odeleite (Cruz, 1991: 33), foi examinado, e interpretado por Vasconcelos (1901: 100) como sendo uma compensação atribuída à pouca resistência do *e* átono que faz com que ele mude para *i* a fim de não se sincopar.

por assimilação do lugar de articulação da fricativa, como é comum no português brasileiro litorâneo: [iʃtudej] *estudei*, [iʃkĩnɐ] *esquina*, [iʃkuregẽnu] *escorregando*, [iʃpera] *espera*, [iʃkujtej] *escutei*, [iʃtradej] *estrada*, [iʃpitʃaderɐ] *espichadeira*, [iʃteɹku] *esterco*.

No português europeu, conforme o testemunho de Cruz (1991: 27), o fenômeno do alçamento pode ser observado em Odeleite, na Beira Alta, em alguns falares do Alentejo e pontos do Algarve e dos Açores. Todavia, ainda segundo a autora, é o *e* fechado que, no falar da aldeia de Odeleite, está na maioria dos casos, diferenciando-se assim do português padrão de Portugal que, via de regra, registra as formas com [i] inicial⁹.

No português cuiabano não registramos a realização de *e* fechado em contexto pretônico, em início de vocábulo, mas os fenômenos do alçamento e da supressão ou apagamento coexistem no mesmo falante na realização de um mesmo vocábulo, como ocorreu em *esterco*: ora pronunciado com aférese do /e/, [ʃteɹku], ora com a presença da vogal inicial realizada [i], [iʃteɹku].

As condições observadas por Cruz (1991: 27-28) para que isso aconteça, também servem para a nossa região mato-grossense:

1) o contexto fértil para que o fenômeno da supressão ou aférese da vogal ocorra é quando se fala com descuido, apressadamente, e sem que a palavra seja afetada de acento expressivo;

⁹ Vasconcelos (1901: 100) também verificou esse mesmo fenômeno em Alentejo, Algarve e Parte da Estremadura.

ii) quando a palavra está realçada por acento expressivo ou então o falante, sem pressa, tem um mínimo de cuidado, a realização alçada do /e/ é perfeitamente audível.

Ainda em posição inicial, mas em sílaba leve, é possível registrar a realização do /e/, alçado e nasalizado, [ĩ], principalmente se a sílaba seguinte tiver no seu ataque ou *onset* a fricativa /z/, como em [ĩziʃtɪ] *existe* e [ĩzẽpu] *exemplo*. Nem sempre, porém, a presença dessa consoante necessariamente faz com que o fenômeno aconteça. Embora com baixa frequência, esses mesmos vocábulos também foram realizados com o /e/ elevado e oral [i]: [iziʃtɪ] *existe* e [izẽpu] *exemplo*.

Em contexto postônico e/ou final verificamos, no português da Baixada, as seguintes realizações do /e/:

i) Timbre fechado [e]: [grã:de] *grande*, [bajle] *baile*, [eʃte] *este*, [ele] *ele*, [tʃarete] *charrete*, [baʃtãte] *bastante*, [frẽte] *frente*, [sete] *sete*, [eʃte] *este*.

ii) Alçamento [ɪ]: [dozɪ] *doze*, [nõmɪ] *nome*, [dʒẽtɪ] *gente*, [amẽɲɛsɪ] *amanhece*, [deferẽtɪ] *diferente*, [forẽtɪ] *forante*, [tʃareɪtɪ] *charrete*, [idadɪ] *idade*, [eɪmẽdadɪ] *irmandade*, [sobɪ] *soube*, [eʃtɪ] *este*.

Essas realizações são comuns às variedades do português falado no Brasil, com exceção de parte do português sulista que, no ambiente em questão, a vogal realiza-se [e], como é registrado por Aguilera (1994: 229), no Atlas Linguísticos do Paraná, carta fonética, número 103, quando

analisa as isófonas da sílaba final em *ponte*: pont[e]. No português falado em Portugal, nesse mesmo contexto, a elevação dessa vogal, conforme aponta Cruz (1991: 39-43), é bem comum, apresentando mínimas variações. Vasconcelos (1901: 101) também já havia apontado que, em vários falares de Portugal, dentre eles, o da região de Entre-Douro-e-Minho, e de Barrancos (1955: 20-40), a oscilação entre as realizações [e] e [ɪ] pode ser verificada.

III) Supressão ou apócope: [soɹt] *sorte*, [eʃt] *este*, [grẽd] *grande*, [es] *esse*, [el] *ele*, [paɹt] *parte*, [koɹt] *corte*, [del] *dele*, [taɹd] *tarde*.

A coexistência desses fenômenos em um mesmo falante e, às vezes, no mesmo vocábulo, como fica evidente nas ocorrências de *este*, depende de fatores supra-segmentais. As condições para que um ou outro fenômeno aconteça são semelhantes às descritas quando tratamos do *e* inicial. Ou seja: se se fala com descuido, com pressa, e sem que a palavra carregue acento expressivo, ocorre o fenômeno da supressão ou apócope do /e/; em condições contrárias a essas, o /e/ é realizado com timbre fechado: [e], ou elevado: [i].

Sobre o *e* final, ainda restam os casos em que essa vogal átona é realizada [ɐ], [kerozẽɳɐ] *querosene*, [u], [siarẽsu] *cearense*, e [jɐ], [siarẽsjɐ] *cearense*. As condições que favorecem tais realizações não são de caráter fonético-fonológico, mas morfológico. O *-a* de *querosena* tem função de desinência do gênero feminino, considerando que é esse o gênero que o falante atribui ao substantivo *querosene*; o *-o*, realizado [u], de

cearenso funciona como desinência do gênero masculino que, via de regra, é a forma mais utilizada para explicitar essa noção gramatical, uma vez que o *e*, por si só, não desempenha essa função. O ditongo *-ia*, por hipótese, é resultado de hipercorreção. A intenção do falante era dizer *cearensa* para adjetivar o substantivo feminino *rede*.

A realização do /e/ na posição articulatória de /i/, seja em contexto pretônico seja postônico, são fenômenos descritos em muitas fases históricas do português. Na LEXVIII, muitos são os exemplos: *similhante(s)*, *ifeito*, *idital*, *rial*, *despidio*, *mistricordia*, *senhoriar*, *invio*, *miscilania*, *dispotico*, *liais*, e *epidimia*. Na LHL, Penha (1997: 55-56) também registra essas realizações no falar rural de São Domingos, sul de Minas, e também as considera como permanência de traço de língua antiga. Para tanto aponta a ocorrência do fenômeno em Magne (1950: 269) na edição de *Boosco deleitoso*: “[...] e os beveres *dilicados* e as vestiduras fremosas e os deleitamentos da tua carne?”. Sobre a alternância da pretônica *e/i*, seja oral ou nasalado, diz Cunha (1986: 204) que a língua dos séculos XVI e XVII já conhecia a coexistência de formas como [meninʊ]/[mininʊ]/[mĩnĩnʊ] *menino* e [ẽtrar]/[ĩtrar] *entrar*. Este fenômeno também está registrado em Silva Neto (1963: 172) e em Teyssier (1997: 61). Cunha (1986: 205) ainda diz que a realização [ɪ] do *e* gráfico postônico, ou final, como em [tardɪ], segundo os testemunhos de Caetano de Lima (1736) e Verney (1746), era ainda pronúncia vigente em Portugal na primeira metade do século XVIII, mesmo período dos manuscritos que analisamos. A respeito de /e/ postônico, ou final, referindo-se ao português de Portugal, Silva Neto

(1960: 38) levanta a hipótese de que este *e* antes de ter atingido o “timbre neutro [ə]” teria passado pela pronúncia mais antiga [ɪ], que no Brasil ainda é mantida.

Não consideramos esse fenômeno como manutenção na LFBC por ser recorrente no português em geral desde fases anteriores. Quer dizer, trata-se de uma variação permanente da língua portuguesa. Diferente, portanto, das realizações consideradas manutenção na variedade cuiabana, não comuns no português como um todo e descritos com mais frequência em estágios anteriores da língua.

Neste item levantamos dois fenômenos como manutenção: as realizações pretônicas de /e/ como [u], e [ĩ] seguido de sílaba com ataque fricativo. No primeiro caso, na LEXVIII, constatamos a ocorrência de *pollo* > *pelo*, e *sommana* > *semana*. Na LHL, o fenômeno foi registrado por Penha (1997: 56-58) na linguagem rural de São Domingos como exemplo fácil de ser encontrado em vários textos antigos, como no terceiro volume de *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, obra organizada por Leite (1954-56: 295). No segundo caso, na LHL, o vocábulo *exemplo* [ĩzẽpru] também abona o dito fenômeno no trabalho de Penha (1997: 23-24) registrado no falar rural do sul mineiro, assim como nos textos de língua antiga.

/i/

O /i/ oral átono no falar cuiabano não é diferente da pronúncia, em geral, do português do Brasil e de Portugal, que se realiza com timbre alto fechado. Seja em sílaba pretônica, em posição inicial: [idad] *idade*, e

medial: [diēmētīnu] *diamantino*, seja em sílaba postônica [pulitika] *política*.

Em todo o *corpus* notamos apenas uma realização diferente. Trata-se do abaixamento do timbre, com realização [e]. Embora seja de baixa frequência, o fenômeno pode ser registrado em sílaba pretônica inicial: [eɹmēw], [eɹmōw], [eɹmō] *irmão*, [eɹmē] *irmã*, [eɹmēdadɪ] *irmandade*; e também medial: [deɳeɹɹēw] *diversão*, [deferētɪ] *diferente*.

Na LEXVIII, esse fenômeno é frequente: *delligencia(s)*, *deligencia*, *deminuição*, *mellitares*, *creação*, *prezeonou*, *prezionar*, *cometiuã*, *facellidade*, *facellidade*, *cegueria*, *remedear*, *solecita*, *sollecita*, *defficultozo(a)*, *deficuloza*, *noteciasse*, *noteciarem*, *destricto*, *enacçessivel*, *eregido*, *epedemiaz*, *vezinhança*, *franqueasse*, *princepe*, *offeciaes*, *permettida*, *destribue*, *dezentenressado*. Registramos, porém, a coexistência de formas, como *dilligencia*, *diligencia*, *militares*, *criação*, *prisseonaraõ*, *comitiva*, *facillidade*, *facilidade*, *ceguiria*, *noticiasse*, *noticiarem*, *difficultozo*, *districto*, *inacçessivel*, *principe*, *officiaes*, *oficiais*, *permittir*. Esse estado de variação pode denotar que, em se tratando de manuscritos, seja apenas uma variação no nível da escrita, não caracterizando, necessariamente, variação na fala. Porém, foi levando em conta as realizações atuais, somadas as considerações da LHL, que listamos os alofones [e] e [i] para o fonema /i/ no período do século XVIII.

Na LHL, a realização [e] para *i* inicial, segundo Vasconcelos (1901: 102), é característico dos falares meridionais portugueses. Já em posição

medial, a realização do /i/ aproxima-se do chamado timbre neutro [ə], causado pelo enfraquecimento do seu timbre normal. Conforme registra Cruz (1991: 35), a realização [e] é muito generalizada na linguagem popular de Portugal, particularmente encontrado em Monsanto e em vários falares do Alentejo, do Algarve e também nos Açores. No Brasil, Penha (1997: 61-67) também registra o esse fenômeno no falar rural do sul de Minas, e em mais de vinte escritores dos séculos XVI e XVII. Assim como Penha (idem), Cruz (1991: 28) considera o fenômeno como traço de pronúncia antiga.

Pela generalização desse fenômeno, apontada por Cruz (1991: 35), na variedade popular portuguesa, não há como considerar manutenção o fonômeno do abaixamento de timbre de /i/, realizado [e], como um todo. Trata-se, dessa forma, de realização ainda em estágio de variação com o fone [i]. No entanto, restringindo esse abaixamento a vocábulos isolados, como [e.ɫmẽw] e derivados, também o listamos entre os exemplos de manutenção no falar do Vale cuiabano.

/o/

O timbre de o oral da sílaba pretônica, postônica e/ou final realizado na Baixada Cuiabana também não é diferente da pronúncia do português do Brasil em geral, que, como e, se realiza com mais frequência com timbre fechado. De muitas ocorrências, eis alguns exemplos da realização do o oral com timbre fechado em sílaba pretônica no português da Baixada: [so.ɫteru] *solteiro*, [modelu] *modelo*, [sobrinõmɪ] *sobrenome*, [morado]

morador, [poɹtere] *porteira*, [fotografie] *fotografia*, [moɹave] *morava*,
[novelu] *novelo*, [foɹme] *forma*, [soɹto] *soltou*.

Como já dissemos ao tratar de /e/, esse fato também confere, até certo ponto, com o que diz Teyssier (1997: 82) sobre a questão de que na região centro-sul do Brasil ignora-se a oposição, diga-se fonética ou no nível da fala, do timbre aberto e fechado para a vogal *o* em sílaba pretônica. Até certo ponto, porque, apesar de nesse contexto, em comparação ao *o* fechado, termos registrado poucas ocorrências do seu oposto aberto, o certo é que podemos afirmar, como fizemos tratando do *e* átono em contexto idêntico, que no português da Baixada Cuiabana o *o* da sílaba pretônica também é realizado com timbre aberto: [ibɔladu] *embolado*, [foɹêti] *forante*, [nêmoɹãnu] *namorando*, [moɹa] *morar*, [moɹave] *morava*, [vɔtasi] *votasse*, [vɔɹtiẽ] *voltinha*.

Outra realização do *o* oral átono, em sílaba pretônica, encontrada no português cuiabano, que não é diferente do português brasileiro em geral, e também verificado no português padrão europeu, diz respeito à elevação do timbre do *o* fechado, realizando-se [u]: [duɹmi] *dormir*, [bunitɐ] *bonita*, [pulitike] *política*, [kuɹtumadu] *acostumado*, [kubɛɹtu] *coberto*, [aɹguduĩ] *algodoim*, [kumesu] *começo*, [nuvilĩu] *novelinho*, [muɹênĩẽ] *moreninha*, [puɹke] *porque*. Ressalte-se, contudo, que na Baixada este último fenômeno não ocorre com a mesma elevada frequência observada no falar carioca e no português padrão de Portugal.

É possível registrar casos raros de nasalização como observamos nos seguintes vocábulos: [vũse] *você* e [kũzĩɲa] *cozinhar*. Das muitíssimas ocorrências do vocábulo *você*, houve apenas duas com *u* nasalado.¹⁰ Paralelamente a essa realização coexistem formas com [o] e [u] sem a nasalização: [voseɫ], [ose], [vuse], [use].

Em contexto postônico e/ou final, verificamos estas realizações:

i) Alçamento [u]: [sedu] *cedo*, [dizunidu] *desunido*, [diveɽtimētu] *divertimento*, [kriadu] *criado*, [kũpẽɲadu] *acompanhado*, [muadzētu] *moagente*, [siɽvisu] *serviço*, [mẽsebu] *mancebo*, [kumigu] *comigo*, [separadu] *separado*. De maneira geral esse fato não é diferente das variedades do português falado assim no Brasil, como em Portugal.

ii) Apócope: [kwẽd] *quando*, [mɛtr] *metro*, [trɔs] *troço*, [kriad] *criado*, [fuɽmad] *formado*, [groseɽ] *grosseiro*, [gostoz] *gostoso*, [tud] *tudo*.

A coexistência desses fenômenos em um mesmo falante e mesmo vocábulo, como fica explicitado nas ocorrências de *criado*, como já dissemos, tratando do *e* átono, depende de fatores supra-segmentais. As condições para que um ou outro fenômeno aconteça são semelhantes às também descritas quando tratamos do *e* inicial e final. Isto é: se a fala é descuidada, apressada, e sem que a palavra carregue acento expressivo,

¹⁰ Considerando os processos fonológicos pelos quais passou o vocábulo *você*, podemos levantar a hipótese de que nessas duas ocorrências haja ainda a manutenção do traço nasal das formas antigas que tinham o fonema nasal /m/: *vossa mercê* > *vossemecê* > *vosmecê* > *você*; 1665 *vossancê*, 1721 *vossancê*, 1721 *vossê*. Esse traço nasal também está presente na variante *vancê*.

ocorre o fenômeno da supressão ou apócope do /o/; em condições opostas a essas, é realizado [u]. Não encontramos em todo o *corpus* transcrito a realização [o], em contexto átono final, sem alteração do timbre, como observamos no *e*.

A realização do /o/ na posição articulatória de /u/, seja em contexto pretônico ou postônico, são fenômenos descritos em muitas fases do português. Na LEXVIII, há muitos exemplos: *descubrim^o*, *descubert^o(s)*, *cust^ome*, *rezuluçã^o*, *demulir*, *rigurozamente*. A alternância [o]/[u] em contexto pretônico, na LHL, também está registrada no falar rural de São Domingos, e considerada por Penha (1997: 81-83) como traço de língua antiga, por se tratar de fenômenos encontrados em obras como *Boosco deleitoso* – Magne (1950: 220): “Mas por tal que nom fosse despreçador de todos os doões que lhe el-rei dava, tomou o óleo e mandou fazer grande **fugueira** ()”. Aqui também continua valendo o que diz Cunha (1986: 204) ao tratar do /e/ em contexto idêntico, conferindo que a língua dos séculos XVI e XVII já conhecia as formas: [k**o**stumi]/[k**u**stumi] *costume*, como também Silva Neto (1963: 171-175) e Teyssier (1997: 61) registram.

Não consideramos também esse fenômeno como manutenção na LFBC por ser recorrente no português em geral desde fases anteriores, tratando-se de uma variação permanente da língua portuguesa. Diferente, portanto, das realizações consideradas manutenção na variedade da Baixada, não comuns no português como um todo e descritos com mais frequência em estágios anteriores da língua. Nem mesmo a realização [ɪ] para /o/ final, [muadzêɪ] *moagento*, consideramos exemplo de manutenção. Trata-se de

um fenômeno também observado por Cruz (1991: 42) no falar de Odeleite, pontuando que é largamente representado em outros falares portugueses.

/u/

A realização do /u/ oral átono no falar cuiabano também não difere da pronúncia, em geral, do português do Brasil e, em parte, de Portugal, realizando-se com timbre fechado: [buraku] *buraco*, [unidu] *unido*, [tudu] *tudo* [riunidu] *reunido*, [kururu] *cururu*, [dureze] *dureza*, [furĩnu] *furinho*, [uɔdʒi] *urgir*, [muje] *mulher*, [kura] *curral*. O único fenômeno registrado, que pode ser considerado manutenção, pode ser observado no vocábulo *escutei*, em que ocorre ditongação: [iʃkujtej]. Penha (1997: 90) recorre, dentre outros autores, a Camões (*Os Lusíadas*, III, 3), donde extrai “Promptos estavam todos **escuitando** ()”, para listar o fenômeno como permanência de resquício de língua antiga no falar rural do sul mineiro.

3.4 Vogais nasalizadas átonas

Entre as nasalizadas átonas do dialeto cuiabano, o único fenômeno considerado manutenção ocorre no vocábulo *umbiguinho*, em que /uN/ é palatalizado, realizando-se [ĩ]: [ĩbigĩ]. Na LHL, foi também no trabalho de Penha (1997: 33-35) onde buscamos a prova de que esse fenômeno, que do mesmo modo fica restrito ao vocábulo *umbigo*, pode ser encontrado em fases anteriores do português, como, por exemplo, neste trecho extraído de *Comédia Eufrosina* (Vasconcelos, 1918: 5): “E os lares que ca chamais os

fradinhos que antes nos andam induziram fazese o delfico orago no *imbigo* da Terra”.

Nas demais vogais nasalizadas em posição átona, apenas destacamos as realizações de /eN/, mas sem considerá-las manutenção porque são comuns no português em geral, incluindo as fases anteriores. Em posição pretônica, com a vogal em posição inicial ou medial, registramos o alçamento para a posição do *i* nasalado em vocábulos como [mĩnĩnu] *menino*, que convive com as seguintes formas orais [meninu]/[mininu], [mĩnĩnade] *meninada*, [mĩnĩne] *menina*, [ĩtẽw] *então*, [ĩtra] *entrar*, [ĩbore] *embora*, [ĩkõtrẽmu] *encontramos*, [sĩti] *sentir*, [sĩta] *sentar*, em que a nasalidade pode ser explicada por assimilação da consoante nasal contígua, seja a do ataque da sílaba seguinte, seja do fonema ou arquifonema na coda. Dois, dentre os vocábulos acima, apresentam a realização do *e* nasalado sem alteração de timbre: [ẽtra] *entrar*, [ẽtẽw] *então*. A coexistência dessas duas formas, também registrada por Vasconcelos (1901: 100), dentre outros, deve sua realização, na Baixada, a fatores supra-segmentais. Observamos que o alçamento [ĩ] só não ocorre quando o vocábulo vem seguido de pausa, ou então se a palavra está afetada de acento expressivo. Em posição final, merece destaque a vogal *e* átona seguida do arquifonema nasal, /eN/. Nesse caso, o ditongo nasalado, [ẽj], que deveria resultar desse segmento, perde o traço nasal e fica reduzido a [ɪ]:[vaɪd̥ʒɪ] *vargem*, [koɾad̥ʒɪ] *coragem*, [õtɪ] *ontem*, [õmɪ] *homem*, [teraprẽjnad̥ʒɪ] *terraplanagem*, [viad̥ʒɪ] *viagem*,

[vi.ɹd̃ɹɪ]/[vid̃ɹɪ] *virgem*, [bobad̃ɹɪ] *bobagem*, [rodad̃ɹɪ] *rodagem*, [muad̃ɹɪ] *moagem*, [parêtd̃ɹɪ] *parentagem*, [trêpulînad̃ɹɪ] *trampolinagem*. Esse fenômeno, via de regra, pode ser observado no português falado, ou popular, em todo o Brasil, bem como foi observado por Vasconcelos (1901: 101) em Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, por Cruz (1991: 50) em Odeleite, por Silva (1957: 78) em Cabo Verde e, na região do Algarve, por Nunes (1902: 35-44). Penha (1997: 54) também trata esse fenômeno como traço de língua antiga presente no falar rural mineiro. É da mesma opinião Cunha (1986: 211), que vê a desnasalação em [ômɪ] *homem* e [virɹɪ], dentre outros exemplos, como conservação de formas usadas na língua arcaica literária. Como já dissemos, pela fértil recorrência óbvia dessas realizações de /eN/, em contexto átono, nas variedades do português em geral, não as consideramos exemplos de manutenção na variedade cuiabana.

3.5 Ditongos orais e nasalados

Dentre as realizações dos ditongos orais do português da Baixada Cuiabana, levando em conta o critério estabelecido para considerarmos manutenção no estágio contínuo de variação, não apontamos nenhum fenômeno que possa ser analisado como manutenção. Todas as realizações percebidas na LFBC são recorrentes no português em geral desde fases anteriores. Por isso as tratamos como variação permanente na língua portuguesa. Diferentes, assim, das consideradas manutenção na variedade

cuiabana, não comuns no português como um todo e descritas com mais frequência em estágios anteriores da língua.

O ditongo /aj/, em contexto tônico e átono, de maneira geral é plenamente realizado: [ka.jeɾe] *caieira*, [ka.jpi.ɾe] *caipira*, [ba.jẽnu] *baiano*, [ma.jɔ] *maior*, [ba.jlɪ] *baile*, [na.jpɪ] *naipe*, [sa.j] *sai*, [va.j] *vai*, [pa.j] *pai*.

Independente também do contexto prosódico, esse ditongo reduz-se a [a] quando está seguido da consoante palatal /j/ que se realiza fricativa, [ʃ], na coda, e africada, [tʃ], no ataque ou *onset*. A síncope da semivogal /j/ é foneticamente explicada pela semelhança ou proximidade do lugar de articulação entre os segmentos contíguos: [ma.ʃ] *mais*, [dima.ʃ] *demais*, [batʃu] *baixo*, [katʃõw] *caixão*, [ĩkatʃe] *encaixa*, [batʃeɾu] *baixeiro*, [batʃiẽ] *baixinha*. A síncope ou assimilação do elemento semivocálico no contexto fonético em destaque, não é exclusividade da variedade cuiabana. Por isso mesmo não a consideramos manutenção no dialeto da Baixada. Na LHL, esse fenômeno que já fora registrado por Amaral (1920 [1976]: 50) no início do século XX, em *O Dialeto Caipira*, é comum no português falado assim no Brasil, como no português europeu em diferentes estágios da língua. Segundo Vasconcelos (1901: 122), em Portugal, é fenômeno intensamente registrado na região sul do País, mas também encontrado, com frequência, em outras regiões. Em verdade, trata-se de uma realização que pode ser observada nas variedades portuguesas, seja no continente europeu, seja no

arquipélago dos Açores¹¹ e na ilha de Cabo Verde¹². Na LEXVIII registramos o fenômeno da redução ou monotongação de *ai* seguido de palatal nestes vocábulos: *baxoz*, *bachos*.

Quando a consoante palatal está ausente, na posição de coda, registra-se a realização plena do ditongo: [majs] ou [majz] ou [maj] *mais*, [dima.j] *dimais*. Isso, no entanto, não impede que haja outras ocorrências esporádicas das formas de *mais*: [ma], [maz] e [majʃ] em que podem estar agindo outras variáveis.

Vale retomar, neste ponto, por se tratar do mesmo fenômeno, comum no português em geral, o que descrevemos na análise do *a* oral tônico. Observamos que, quando o *a* tônico está no núcleo de sílabas pesadas em vocábulos oxítonos, tendo na coda consoantes fricativas, ocorre a realização do ditongo decrescente /a.j/, provocado pela realização do *glide* [j], fone de transição, sem função distintiva, produzido durante a articulação que liga os dois fonemas vizinhos (a vogal e consoante fricativa): [majʃ]/[majz] *mas*, [fajʃ]/[fajz] *faz*, [rapajʃ]/[rapajz] *rapaz*, [trajʃ]/[trajz] *traz*, podendo ocorrer apócope da fricativa: [maj] *mas*, [fa.j] *faz*, [rapa.j] *rapaz*, [tra.j] *traz*, ou ainda, como é mais frequente, não ocorrer ditongação, mas a palatalização da fricativa: [maʃ]/[maʒ] *mas*, [faʃ]/[faʒ] *faz*, [rapaʃ]/[rapaʒ] *rapaz*, [traʃ]/[traʒ] *traz*.

¹¹ Maia (1965: 65).

¹² Silva (1957: 62, 67, 108).

Sobre o fenômeno da monotongação, por si mesmo, diz Cunha (1986: 210-211) que tem dúvida em considerá-lo como inovação e não como conservação no português brasileiro, como querem alguns, em especial os que defendem a tese da crioulização e posterior descrioulização no português do Brasil. Os exemplos levantados nos manuscritos do século XVIII e mais os apontados por Cunha (idem) em *Os Lusíadas*, como *baxa*, por exemplo, mostram a ancianidade desse fenômeno, que vem atuando na língua bem antes do contexto sócio-histórico brasileiro que possa favorecer a hipótese de que se trata de inovação do português do Brasil.

O ditongo /aw/ de maneira geral é plenamente realizado apenas em contexto tônico: [awle] *aula*, [paw] *pau*, [kaw] *causa*, [kawze] *causa*. Em posição átona pretônica, ocorre o alçamento da vogal núcleo ou base da sílaba, realizando-se [ow], por assimilação ou aproximação do timbre da semivogal /w/: [powzĩnu] *pauzinho*, [owmêtênu] *umentando*, [owmêto] *umentou*, [owmêtadu] *umentado*. Na LHL, Penha (1970: 24) o registra em autores antigos, como *odiança* em Gil Vicente. Cintra (1995: 43), tratando do ditongo /ow/, que, também de acordo com Maia (1986: 548), é resultado da evolução de /aw/, registra a convivência das formas [ow] e [aw] nos falares portugueses de regiões caracterizadas como área de conservação, como no norte de Trás-os-montes, e em parte de Entre Douro e Minho. Não registrada, porém, na pesquisa de Cruz (1991: 54) em Odeleite, sul de Portugal.

O ditongo /ej/, no português da Baixada, tem alta frequência de redução ou monotongação, [e], em relação à sua ocorrência plena, [ej], seja

em posição tônica: [dize^eʃ] *dezesseis*, [seʃ] *seis*, [deʃe] / [de^tʃe] *deixa*, [pe^tʃɪ] *peixe*, [soɫte^ru] *solteiro*, [pe^re^re] *pereira*, [to^re^ru] *toureiro*, [mũte^ru] *monteiro*, [kũpẽⁿe^ru] *companheiro*, [poɫte^re] *porteira*, [grase^re] *graceira*, [kade^re] *cadeira*, [prime^ru] *primeiro*, [baɫbe^ru] *barbeiro*, seja em átona: [deʃa^ru] *deixaram*, [deʃave] / [de^tʃave] *deixava*, [ite^raɫ] *inteirar*.

Observa-se que independente também do contexto prosódico, a redução do ditongo é favorecida pela presença da consoante palatal /ʃ/ que se realiza fricativa [ʃ], na coda, e africada [tʃ], no ataque da sílaba seguinte e, do mesmo modo, se esta posição de *onset* da sílaba subsequente estiver ocupada pela vibrante simples ou *tap* /r/.

A síncope ou assimilação da semivogal desse ditongo, no contexto evidenciado, como dissemos ao tratar do ditongo *ai*, não é exclusividade da variedade cuiabana. Por isso, da mesma forma, não a consideramos manutenção nesse dialeto. Na LHL, esse fenômeno, que também foi registrado por Amaral (1920 [1976]: 50) no início do século XX, é recorrente no português falado assim no Brasil, como no português europeu em distintos estágios da língua. Conforme Maia (1986: 539), a redução desse ditongo deve ser dos fins do século XV ou do século XVI, provavelmente por influência do castelhano. No entanto, bem antes disso, formas com redução do ditongo podem ser observadas já em documentos do século XIII, “mais exactamente, 1290: *enerro* ‘Janeiro’, *erederos*, *primero*.” Segundo nos relata Cruz (1991: 55), a redução para [e] do ditongo /ej/ é uma das

características fonéticas dos falares meridionais portugueses já assinalada por Vasconcelos (1901) e, no sul e grande parte do centro de Portugal, por Cintra (1995: 41). A própria autora registra o fenômeno em Odeleite.

Comparando os exemplos dados por Cruz (*idem*), para abonar o fenômeno da redução, constatamos que há uma distinção entre os dois falares no que se refere ao contexto que favorece à dita monotongação. Em Odeleite a redução de *ei* ocorre invariavelmente antes de qualquer consoante do ataque ou *onset* da sílaba seguinte. Na Baixada Cuiabana, em todas as ocorrências, o ditongo, tônico ou átono, não se altera se essa posição da sílaba subsequente for ocupada pela consoante /t/: [d̃ʒejtu] *jeito*, [fejtu] *feito*, [lejti] *leite*, [direjtu] *direito*, [prifejtu] *prefeito*, [asejtu] *aceito*, [d̃ʒejtadu] *ajeitado*, [dejto] *deitou*, [prefejture] *prefeitura*.

Em posição tônica final também há coexistência das formas ditongadas e monotongadas: [kõprej] *comprei*, [fike] *fiquei*, [peɹgũte]/[piɹgũtej] *perguntei*, [se]/[sej] *sei*, [iʃkujtej] *escutei*, [fale] *falei*, [kriej] *criei*, [operej] *operei*, [demorej].

As condições que determinam a realização ou não do ditongo em posição tônica final estão relacionadas mais a fatores supra-segmentais, como a pausa, do que a fatores da sintaxe fonética, como a presença de vogal ou consoante no início do vocábulo que vem depois do referido ditongo.

Sobre o /ow/, tratando desse ditongo, a alternância [ow] e [oj], que existe, em alguns casos, em Portugal e na variante culta brasileira, e que não foi encontrada no dialeto caipira (Amaral, 1920 [1976]: 50), também não foi registrada na Baixada Cuiabana em nenhuma das realizações desse ditongo. Independente de qualquer contexto interno sempre ocorre a monotongação. Eis alguns exemplos: [troʃɪ] *trouxe*, [toɾadɐ] *tourada*, [rope] *roupa*, [otɾɐ] *outra*, [koɾu] *couro*, [poku] *pouco*, [frakaso] *fracassou*, [fiko] *ficou*, [otu] *outro*, [sobɪ] *soube*. As alterações notadas residem apenas no timbre da vogal resultante da redução do ditongo, ora /o/ ora /u/. Ao lado da forma [troʃɪ], citada acima, coexiste [trusɪ] *trouxe*; ao lado de [pukĩɲu] *pouquinho*, encontramos no mesmo falante, na sequência, [pokĩɲu].

O fenômeno da redução desse ditongo é descrito em muitas fases históricas do português. Quer dizer, trata-se de uma variação permanente da língua portuguesa. E por isso, conforme o critério que estabelecemos, não o listamos como manutenção na variedade cuiabana. Na LEXVIII, registramos, por exemplo, *poco*. Na LHL, os registros recorrentes da redução desse ditongo em documentos dos séculos XV e XVI, e ainda em textos de fins do século XIII ou princípios do século XIV, também é considerada por Maia (1986: 552) como resultado de influência castelhana. Cunha (1986:211) considera que se trata de um fenômeno geral não só na língua comum do Brasil, mas também, desde o século XVII, no português europeu,

o que está de acordo com o que registra Cintra (1995: 35-54) ao tratar do estudo sincrônico e diacrônico desse ditongo.

Por fim, destacamos as realizações do ditongo nasalado, grafado *ão* ou *am*, que, na variedade da Baixada, como no português em geral, pode ocorrer com pelo menos sete alofones: [ẽw̃], [ẽ], [õw̃], [õ], [ũ], [o], e [u].¹³

I) Realização plena com a forma [ẽw̃], em contexto tônico, nos advérbios: [ĩtẽw̃] *então*, e [nẽw̃] *não*, quando está fora de sintagma verbal, e nos vocábulos nominais: [lẽpiẽw̃] *lampião*, [pregasẽw̃] *pregação*, [gravasẽw̃] *gravação*, [divɛɹẽw̃] *diversão*, [kũbĩnasẽw̃] *combinação*, [dividĩsẽw̃] *dividição*, [novelẽw̃] *novelão*, [kĩturẽw̃] *quenturão*, [morẽw̃] *mourão*, e no presente do indicativo, terceira pessoa do plural do verbo *estar*: [iʃtẽw̃] *estão*.

II) Realização reduzida com a forma [ẽ], seja em contexto tônico, nos advérbios: [ĩtẽ] *então*, e [nẽ] *não*, quando está fora de sintagma verbal, e nos vocábulos nominais: [sebaʃtiẽ] *sebastião*, [gravasẽ] *gravação*, [kaɹtẽ] *cartão*, e no presente do indicativo, terceira pessoa do plural do verbo *estar*: [iʃtẽ] *estão*, seja em contexto átono, nos verbos: [falẽ] *falam*, [trabaʎẽ] *trabalham*, [tavẽ] *(es)tavam*.

¹³ Esses alofones também são encontrados em muitos falares portugueses, inclusive em Odeleite, como registra Cruz (1991: 68).

III) Realização plena com a forma [õw̃], em contexto tônico, nos advérbios: [ĩtõw̃] *então*, e [nõw̃] *não*, quando está fora de sintagma verbal, e nos vocábulos nominais: [valêtõw̃] *valentão*, [violõw̃] *violão*, [katʃõw̃] *caixão*, [tʃõw̃] *chão*, [rɔdõw̃] *rodão*, [gudõw̃] *(al)godão*, [fogõw̃] *fogão*, e no presente do indicativo, terceira pessoa do plural do verbo *estar*: [iʃtõw̃] *estão*.

IV) Realização reduzida com a forma [õ], seja em contexto tônico, nos advérbios: [ĩtõ] *então*, e [nõ] *não*, quando está fora de sintagma verbal, e nos vocábulos nominais: [kriasõ] *criação*, [fazesõ] *fazeção*, [gravasõ] *gravação*, [riuniõ] *reunião*, [tʃapadõ] *chapadão*, [dʒõ] *joão*, [mõ] *mão*, e no presente do indicativo, terceira pessoa do plural do verbo *estar*: [iʃtõ] *estão*, seja em contexto átono, nos verbos: [tʃegavõ] *chegavam*, [kiriõ] *queriam*, [brigõ] *brigam*.

V) Realização reduzida com a forma [ũ], em contexto átono, no advérbio: [nũ] *não*, quando inserido em sintagmas verbais.

VI), e VII) Realizações reduzidas com as formas [o], e [u], ao lado de [ũ], em contexto átono, nos verbos, no tempo perfeito, terceira pessoa do plural: [brigarũ] / [brigaru] / [brigaro] *brigaram*, [detʃarũ] / [detʃaru] / [detʃaro] *deixaram*, [kêtarũ] / [kêtaru] / [kêtaro] *cantaram*, [kumerũ] /

[kumeru] / [kumero] *comeram*, [iʃtudarũ] / [iʃtudarɯ] / [iʃtudarɔ] *estudaram*, [laɹgarũ] / [laɹgarɯ] / [laɹgarɔ] *largaram*, [levarũ] / [levarɯ] / [levarɔ] *levaram*, [notarũ] / [notarɯ] / [notarɔ] *notaram*, [viɛrũ] / [viɛrɯ] / [viɛrɔ] *vieram*. Quando pluralizado, nos vocábulos nominais, a tendência é apresentar-se reduzido a [õ] quando seguido da fricativa /s/ realizada palatal, /ʃ/: [miʎõʃ] *milhões*.

Na LEXVIII registramos a variação das formas gráficas *aõ* e *am*, tanto em verbos quanto em substantivos e advérbios, ratificando a LHL, como, por exemplo, o ponto de vista de Huber (1933: 64), que, ao tratar do assunto, faz nota considerando que

já no CG. - Cancioneiro Geral - (1516) - talvez já em finais do século XV - as três terminações latinas -anu -ane -one se encontram reduzidas a -am = -ão. Aí rimam, por exemplo, a) -anu com -one: vilaão: coraçam (I, 396); b) -anu com ane: mão: Joham; (II, 356); c) -one com -ane: tençam: pam (III, 583).

Ao examinar os resultados da terminação latina *-ana*, Maia (1981: 73-95) constata que

inserida na área minhota de *-ão* encontra-se uma área menor e um pouco difusa de *-õ* e *-õu* que abrange algumas povoações da zona compreendida entre o Lima e o Douro: aí, a forma feminina da língua padrão *irmã* corresponde *irmõ* e *irmõu*.

Após refutar o argumento que as referidas formas do feminino poderiam ser explicadas a partir da influência analógica das correspondentes formas masculinas, a Maia (1986: 73-95) parece mais provável a explicação que

na zona de Entre-Douro-e-Minho, a antiga terminação -om (<-ONE), mais tarde evoluída em -õu, sobretudo a partir do Baixo-Minho e do Baixo-Douro-Litoral, propagou-se por analogia às terminações -ã (<-ANE) e -ão (<-ANU).

Lembra também que já se verificava essa assimilação na linguagem da região no século XIV. Já nas variedades do Centro e Sul do País, sobre as quais veio a constituir-se a língua padrão portuguesa, foi a terminação -ão <-ANU que analogicamente se propagou nas terminações -ã <-ANE e -õ <-ONE, acabando por substituí-las.¹⁴

Para abonar a redução [õ], grafada <om>, <on>, e <õ>, por exemplo, em documentos que antecedem a história social brasileira nos séculos XVII e XVIII, basta buscarmos em alguns testismunhos antigos, como *A Demanda do Santo Graal* BNV, Ms. 2594: *razom* e *entom* (1r, i.é, fôlio 1 recto), *coraçom* (44r), *nom* (150r), *Cancioneiro da ajuda*, edição Carolina Michaëlis de Vasconcelos: *perdon* (I, 109), *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, cod. 10991: *nõ* (linha 40, pág. 38), *perdon* (linha 102, pág. 62), *razõ* (linha 120, pág. 70), *coraçõ* (linha 789, pág. 368), *Crônicas dos sete primeiros reis de Portugal*, edição Carlos da Silva Tarouca (1952): *entom*, *nom* (cap. XXXII), *Textos arcaicos*, de José Leite de Vasconcelos: *payxom*, *deuaçom*, *entom* (XVII: 69).

No caso dos verbos, as variações das formas reduzidas [õ] e [ũ], além das formas desnasaladas [o] e [u], são bastante recorrentes na fala popular brasileira. As formas orais não foram encontradas nos textos antigos analisados, donde se infere que tais formas são variações desnasaladas de [õ] e [ũ]. Cuesta e Luz (1971: 220), ao tratarem de traços arcaicos do

¹⁴ Sobre as razões que facilitaram essa analogia, Maia recomenda a leitura de Tilander (1959).

português do Brasil, levantam os plebeísmos *andaro* de *andaram*, *fizero* de *fizeram*, *quisero* de *quiseram*, como sendo senão o produto da evolução de formas arcaicas, dizendo que enquanto a metrópole adotava as terminações em *am*, [ẽw̃], a colônia conservou as antigas em *om*, [õ], que logo se desnasalaram. Daí, [o] e [u]. A opinião de Cunha (1986: 211) vai nesse mesmo caminho dizendo que formas populares do pretérito perfeito do indicativo, como *fizero*, ao lado de *fizeru* (acrescentamos), dentre outras, são evidentes casos de desnasalação das formas *fizerō*, e (acrescentamos também) *fizerū*, pertencentes à norma culta da língua arcaica.

Para percebermos a produtividade da realização [õ], grafada <om>, <on>, e <õ> (em períodos anteriores do português) basta recorrermos às mesmas obras já citadas: *A Demanda do Santo Graal* BNV, Ms. 2594: *sairom* (25v, i. é, *fólio 25 verso*), *meterom* (45r), *decerom* (75v), *forom* (180r), *Cancioneiro da ajuda*, edição Carolina Michaëlis de Vasconcelos: *poderon*, *souberon*, *viron* (I: 55), *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, cod. 10991: *disserō* (linha 136, pág. 70), *son* (linha 377, pág. 198), *Crônicas dos sete primeiros reis de Portugal*, edição Carlos da Silva Tarouca: *derom*, *forom* (cap. XVII), *acordauom*, *souberom*, *entrarom* (cap. XXXII), e *Textos arcaicos*, de José Leite de Vasconcelos: *entregarom*, *matarom*, *vierom* (1922: 69-70, cap. XVIII), dentre outras tantas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar, retomamos aqui o texto de Cunha (1986: 200) que trata da *Conservação e inovação no português do Brasil*. Partindo da tese a respeito da unidade e arcaicidade do português brasileiro de Silva Neto (1963), e retomando fenômenos que têm sido considerados como prova de seu caráter conservador e anticlássico apresentados por Melo (1946), o autor procura mostrar que, “se o mito da unidade tem sido desmentido pela publicação de atlas linguísticos, o mito da arcaicidade parece mais resistente”.

Temos consciência de que o português de Cuiabá, e região do Vale, não é um retrato fiel da variedade portuguesa que por lá chegou nos princípios do século XVIII e, muito menos ainda, de qualquer outro estágio da língua, como o arcaico, por exemplo. Todavia, pelo que temos colhido em pesquisas de campo desde o início do Projeto Filologia Bandeirante, em 1996, a resistência do “mito” da conservação ou manutenção de traços antigos, dentre eles, do período arcaico da língua, no português da região, assim como no Brasil, tende a ser confirmada, como conclui Cunha (*idem*). Nossa conclusão, no entanto, vai além do nível mitológico, por si mesmo, porque nos baseamos em resultados alicerçados em observações tratadas e comprovadas cientificamente.

Levando em conta a situação linguística no início da colonização, conforme Cunha (1986: 202-204), o português, precariamente, começou a ser difundido no Brasil em 1532, com a instituição de capitâneas

hereditárias, e que desde a chegada dos portugueses no século XVI, avançando pelos séculos XVII e XVIII, é certo que vieram indivíduos das distintas regiões de Portugal, que naturalmente falavam a língua com a variedade do seu tempo, com matizes mais conservadores ou mais inovadores conforme as áreas de procedência. De um modo geral é passado como verdade que o norte português é conservador e se contrapõe a um sul inovador. A norma sulista, que representava um modelo seletivo, tinha maior poder de expansão, não precisando, portanto, de ser a do maior número de falantes nele radicados para se impor no Brasil.

Repisando esta afirmação, Cunha (1986: 202) diz ainda que “não apenas a língua culta, mas também a língua comum dos brasileiros, funda-se nessa neológica norma sulista dos séculos XVI e XVII”, facilmente demonstrável assim na fonologia como na morfologia e na sintaxe, e que as divergências encontradas entre aquela e a atual norma brasileira são devidas a posteriores evoluções, tanto paralelas quanto distintas, em virtude, principalmente, do contato com outras línguas, como as dos índios e as trazidas pelos africanos.

No decorrer desses séculos as condições socioculturais no Brasil, principalmente em região interioranas, foram mais propícias à conservação ou manutenção do que a renovação ou inovação. Isto, no dizer de Cunha (idem), é “de uma evidência que dispensa maior comprovação”, porque tendo vivido mais de trezentos anos sem contato duradouro com outros povos, sem imprensa, sem núcleos culturais de importância, e com

pouquíssimas escolas, o Brasil foi alcançando nesse vasto período algumas das etapas que conseqüentemente levam os povos aos “estados linguísticos paralisantes”. Nesta direção, é importante esclarecer que se está considerando aqui a variedade brasileira produto da convivência do português europeu com as línguas indígenas e africanas somente, sem levar em conta outras situações posteriores de contatos pelos quais passaram determinadas regiões brasileiras como, por exemplo, com a língua de migrantes italianos, dentre outras.

No caso da Baixada Cuiabana que, como dissemos no primeiro capítulo, passou a ter vulto a partir da mineração – mais propriamente no início do século XVIII, quando várias entradas foram organizadas, partindo a maioria delas de São Paulo –, as condições socioculturais não eram muito diferentes das evidenciadas por Cunha (1986: 202). Passada a época da mineração fértil os muitos vilarejos surgidos pelos caminhos bandeirantes e monçoeiros entraram decadência e, de certa forma, afastados de outros centros, implicando carência de contatos com outras culturas, permaneceram com seus costumes, manifestações culturais e religiosas e, conseqüentemente, com a variante linguística próxima daquele tempo. Esse estado, chamado por Cunha (1986: 203) de “imobilismo cultural”, ainda muito sensível em regiões do interior brasileiro, contribuiu para encontrarmos ainda hoje, no falar cuiabano, pelos menos alguns fenômenos no nível fonológico pertencentes a estágios antigos da língua portuguesa – do arcaico ao século XVIII –, quase todos comuns também no

português popular falado no Brasil. Estamos fazendo referência, como já dissemos, aos fenômenos presentes em estágios anteriores do português que, depois do estado de variação, foi substituído pela(s) forma(s) concorrente(s). Portanto, trata-se de realizações que deixaram de ser usuais, frequentes, recorrentes, nas normas ou variedades atuais da língua descritas no Brasil e Portugal. Dessa maneira, falta neste estudo o cotejo mais apurado e sistemático das variedades do português da África e da Ásia, incluindo os crioulos de base portuguesa.

Levando em conta os textos do século XVIII (LEXVIII) e as informações contidas na literatura de história da língua portuguesa (LHL) consultada, resumimos, nas tabelas seguintes, as onze realizações vocálicas consideradas, nesta tese, manutenção no português falado na Baixada Cuiabana (LFBC).

VOGAL ORAL TÔNICA	REALIZAÇÃO	FENÔMENO
/a/	[ɛ]	Alçamento
<p>O alçamento ocorrido na realização de [rɛlu] <ralo> na fala do cuiabano foi registrado, na LEXVIII, apenas com o /a/ em posição pretônica: pesquins < pasquins, e rezaõ que convive com a forma razaõ. Na LHL, esse mesmo fenômeno também foi registrado por Penha (1997: 36) que o considera como traço de língua antiga, tratando, porém, das vogais pretônicas na linguagem rural do bairro de São Domingos no município sul-mineiro de Elói Mendes, dando como exemplo, dentre outros vocábulos, relar < ralar, relé < ralé e rezaõ < razão.</p>		

VOGAL ORAL TÔNICA	REALIZAÇÃO	FENÔMENO
/ɛ/	[i]	Alçamento
<p>O alçamento ocorrido na realização de [sigɪ] <segue> na fala da Baixada Cuiabana, na LHL, também foi descrito por Penha (1997: 93-95) como mais um exemplo de língua antiga preservado na linguagem de São Domingos, MG. Além de [sigɪ] <segue>, registra ainda [dispɪdɪ] <despede> e [xipɪtɪ] <repete>. Pela estrutura fonológica desses vocábulos, fica evidente que em todos eles está agindo o fenômeno da metafonia, em que o timbre do fonema /ɛ/, em sílaba tônica, assimila o do /e/, átono final, ambos realizados [ɪ]. Neste caso há também a constituição de arquifonema vocálico em posição tônica, porque a oposição fonêmica entre /ɛ/ e /i/ é neutralizada.</p>		

VOGAL ORAL TÔNICA	REALIZAÇÃO	FENÔMENO
/e/	[ɛ]	Abaixamento
<p>O abaixamento ocorrido nas realizações de [bɛbu] <bebo> e [mɛtʃu] <mexo> no falar cuiabano, constituindo caso de arquifonema vocálico em posição tônica, em que a oposição fonêmica entre /e/ e /ɛ/ se neutraliza, na LHL, conforme Maia (1986: 342), está presente nas atuais variedades dialetais da região portuguesa de Entre-Douro-e-Minho e em grande parte das variedades modernas do galego e é considerado como resultado da conservação de antigas formas nas quais a metafonia não atuou.</p>		

VOGAL NASALADA TÔNICA	REALIZAÇÃO	FENÔMENOS
/aN/	[a:]	Alongamento e Desnasalação
<p>As realizações de /aN/ em [ka:mɐɾɐ] <câmera>, [kɛ̃ta:nu] <cantando>, [diferêsiã:nu] <diferenciando>, [la:mɐ] <lama>, e [la:mĩnɐ] <lâmina> desnasalado, com timbre aberto, baixo, em sílaba alongada, na variedade cuiabana, também são registradas, conforme Maia (1986: 316-317), na atual variedade de Entre-Douro-e-Minho, região caracterizada pelo seu conservadorismo e feição arcaizante.</p>		

VOGAL NASALADA TÔNICA	REALIZAÇÃO	FENÔMENO
/eN/	[ĩ]	Alçamento
<p>O alçamento ocorrido nas realizações de [sĩtɪ] <i>sente</i> e [dizmĩtɪ] <i>desmente</i>, que pode ser explicado pela ação metafônica exercida pelo [ɪ] final, no falar cuiabano, também foi registrado, na LHL, por Penha (1997: 96-97), como permanência de traço de língua antiga, na linguagem rural do sul de Minas, onde foi ouvido [mĩtɪ] <i>mente</i> e [sĩtɪ] <i>sente</i>.</p>		

VOGAL NASALADA TÔNICA	REALIZAÇÃO	FENÔMENO
/oN/	[ũ]	Alçamento
<p>O alçamento ocorrido nas realizações de [fũmu] <i>fomos</i>, [mũtɐ] <i>monta</i> e [kũmu] <i>como</i>, no falar cuiabano, também foi registrado, na LHL, por Penha (1997: 104 e 107) como característica de língua antiga no falar de São Domingos, MG, abonando o fato com os vocábulos <i>cons[ũ]me</i> e <i>s[ũ]me</i>.</p>		

VOGAL ORAL ÁTONA	REALIZAÇÃO	FENÔMENOS
/e/	[ĩ]	Alçamento e Nasalação
<p>No dialeto cuiabano, em posição inicial, compondo sílaba leve, é possível registrar a realização [ĩ], alçada e nasalada, principalmente se a sílaba seguinte tiver no seu ataque ou <i>onset</i> a fricativa /z/, como em [ĩziʃtɪ] <i>existe</i> e [ĩzẽpu] <i>exemplo</i>. Na LHL, o vocábulo <i>exemplo</i> [ĩzẽpru] também abona o dito fenômeno no trabalho de Penha (1997: 23-24), registrado no falar rural do sul mineiro, assim como nos textos de língua antiga.</p>		

VOGAL ORAL ÁTONA	REALIZAÇÃO	FENÔMENO
/e/	[u]	Alçamento e Velarização
<p>A realização [u], na variedade da Baixada, em sílaba pretônica, como no vocábulo <i>semana</i> [sumẽnɐ], também pode ser constata, na LEXVIII, nas ocorrências de <i>pollo</i> > pelo, e <i>sommana</i> > semana. Na LHL, o fenômeno também foi registrado por Penha (1997: 56-58) em São Domingos, MG, como exemplo fácil de ser encontrado em vários textos antigos, como no terceiro volume de <i>Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil</i>, obra organizada por Leite (1954-56: 295).</p>		

VOGAL ORAL ÁTONA	REALIZAÇÃO	FENÔMENO
/i/	[e]	Abaixamento
<p>O abaixamento do timbre, com realização [e], na fala do cuiabano, foi registrado em sílaba pretônica inicial: [e.ɥmẽw], [e.ɥmõw], [e.ɥmõ] <i>irmão</i>, [e.ɥmẽ] <i>irmã</i>, [e.ɥmẽdadɪ] <i>irmandade</i>; e também medial: [deveɥʃẽw] <i>diversão</i>, [deferẽtɪ] <i>diferente</i>. Na LEXVIII, esse fenômeno é frequente: <i>deligencia</i>, <i>mellitares</i>, <i>creação</i>, <i>prezionar</i>, <i>cometiua</i>, <i>cegueria</i>, <i>deficultozo</i>, <i>noteciarem</i>, <i>destricto</i>, <i>enacçessivel</i>, <i>princepe</i>, <i>offeciaes</i>. Mas há também: <i>diligencia</i>, <i>militares</i>, <i>criação</i>, <i>prisseeonaraõ</i>, <i>comitiva</i>, <i>ceguiria</i>, <i>difficultozo</i>, <i>noticiarem</i>, <i>districto</i>, <i>inacçessivel</i>, <i>principe</i>, <i>officiaes</i>. Pode-se inferir que seja apenas uma variação no nível da escrita, não caracterizando, necessariamente, variação na fala. Porém, levando em conta as realizações atuais, somadas às considerações da LHL, listamos os alofones [e] e [i] para o fonema /i/ no período do século XVIII. Na LHL, a realização [e] para i inicial, segundo Vasconcelos (1901: 102), é característico dos falares meridionais portugueses. A realização [e], conforme registra Cruz (1991: 35), é muito generalizada na linguagem popular de Portugal, particularmente em Monsanto e em vários falares do Alentejo, do Algarve e nos Açores. No Brasil, Penha (1997: 61-67) também o registra no falar rural do sul de Minas, e em mais de vinte escritores dos séculos XVI e XVII. Assim como Penha (idem), Cruz (1991: 28) considera o fenômeno como traço de pronúncia antiga. Pela generalização do fenômeno apontada por Cruz (1991: 35) na variedade popular portuguesa, não consideramos manutenção o abaixamento de timbre de /i/, realizado [e], como um todo, porque se caracteriza estágio de variação com o fone [i]. Restringindo, porém, esse fenômeno a vocábulos isolados, como [e.ɥmẽw] e derivados, também o listamos entre os exemplos de manutenção no falar do Vale cuiabano.</p>		

VOGAL ORAL ÁTONA	REALIZAÇÃO	FENÔMENO
/u/	[uj]	Ditongação
<p>A realização ditongada no dialeto da Baixada observada em [iʃkujtej] <i>escutei</i>, também foi listada por Penha (1997: 90) como resquício de língua antiga no falar rural do bairro de São Domingos, Minas. Para tanto, recorre, dentre outros autores, a Camões (Os Lusíadas, III, 3), donde extrai “Promptos estavam todos esc[uj]tando”.</p>		

VOGAL NASALADA ÁTONA	REALIZAÇÃO	FENÔMENO
/uN/	[ĩ]	Palatalização
<p>Entre as nasaladas átonas da LFBC, o único fenômeno considerado manutenção ocorre no vocábulo <i>umbiguinho</i>, em que /uN/ é palatalizado, realizando-se [ĩ]: [ĩbigĩ]. Na LHL, foi também em Penha (1997: 33-35) onde encontramos essa realização de /uN/ que, do mesmo modo, se restringe ao vocábulo <i>umbigo</i> até no exemplo encontrado em fases anteriores do português, como neste trecho extraído de <i>Comédia Eufrosina</i> (Vasconcelos, 1918: 5): “E os lares que ca chamais os fradinhos que antes nos andam induziram fazese o delfico orago no <i>imbigo</i> da Terra”.</p>		

Com este trabalho não tivemos a pretensão de encerrar a discussão sobre o grau de inclinação do caráter conservador *versus* inovador do português brasileiro. Embora saibamos que não é de hoje que estudos sobre a evolução histórica do português vêm apontando traços antigos no português corrente no Brasil, dando-lhe, assim, matiz de variedade conservadora em oposição à inovadora europeia, lembremo-nos de Alfred North Whitehead, citado por Burke (1995:13), quando observa que “todas

as coisas que são importantes já foram ditas antes por alguém que não as descobriu”, querendo dizer com isso que existe uma diferença entre a consciência imprecisa a respeito de um problema, tirando daí conclusões impressionistas, e a sua pesquisa sistemática. Diríamos, na esteira do ponto de vista do filósofo e matemático britânico, que também há de se reconhecer que em pesquisa linguística – principalmente quando se discute a variedade de uma dada língua, com o risco de lhe imprimir um único selo ou lhe caracterizar por apenas uma de suas multifaces – o que se pode destacar, dentro do redemoinho da variação infinita de uma língua, são tendências ao maior ou menor grau de inclinação para uma ou outra de suas faces. Aí, por ser a língua produto da ação histórico-sócio-cultural de seus falantes, podemos rumar por caminhos distintos, quão distinta seja essa ação histórica, social e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A DEMANDA DO SANTO GRAAL*. Ms. 2594. BNV, fólhos 1r - 199v.
- ABREU, J. Capistrano (1960). *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, Briguiet.
- AGOSTINHO, Ana Livia & ARAUJO, Gabriel Antunes de (2007). Um estudo estatístico sobre as oxítonas no português. *Signotica* 19 (2), p. 177-208.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade (1994). *Atlas linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná.
- AMARAL, Amadeu (1920[1976]). *O dialeto caipira*. 3ª edição. SP: HUCITEC.
- ANDRADE, Elias Alves de (2007). *Estudo paleográfico e codicológico de manuscritos dos séculos XVIII e XIX: edições fac-similar e semidiplomática*. São Paulo: Tese de doutorado – USP.
- ARGOTE, Dom Jerônimo Contador de (1725). *Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina*. Lisboa Occid.: Oficina da Musica.
- BACELLAR, Bernardo de Lima e Melo (1783). *Grammatica philosophica e orthographia racional da língua portuguesa*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira.
- BARRETO, João Franco (1671). *Ortografia da língua portuguesa*. Lisboa: Oficina de Ioam da Costa.
- BARROS, João de (1540). *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução facsimilada, introdução e anotações de Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1971). Lisboa: Publicações da UL.
- BERTOLDO, Sandra Regina Franciscatto (2007). *Estudo semântico-lexical no Distrito Nossa Senhora da Guia*. SP: Dissertação de mestrado – USP.

- BOLÉO, Manuel de Paiva (1974). *Estudos de linguística portuguesa e românica 1*. Coimbra: Biblioteca Geral.
- BONVINI, Emilio (2008). Línguas africanas e português falado no Brasil. In: Fiorin, J. L. & Petter, M. (orgs.). *África no Brasil*. SP: Contexto.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1984). *Historiografia da língua portuguesa século XVI*. Lisboa: Sá da Costa.
- BURKE, Peter (1995). *A arte da conversação*. São Paulo: UNESP.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1975). *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão Editora.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1976). *História e estrutura da língua portuguesa*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Padrão Editora.
- CARMELO, Frei Luís do Monte (1767). *Compendio de orthographia*. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo.
- CASTRO, Ivo (1991). *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CASTRO, Ivo (2006). *Introdução à história do Português*. Lisboa: Ed. Colibri.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1995). *Estudos de dialectologia portuguesa*. 2ª edição. Lisboa: Sá da Costa.
- COELHO, Francisco Adolfo (1880-1886). Os dialetos românicos ou neolatinos na África, Ásia e América. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. In: Morais-Barbosa, Jorge (1967). *Estudos linguísticos crioulos*. Lisboa: Academia Internacional de Cultura Portuguesa.
- COELHO, Jacinto do Prado (1946). Para o estudo da pronúncia do português medieval. *Revista de Portugal, série A – A Língua Portuguesa* x, p. 217-221.

- COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça *et alii* (1997). *Filologia bandeirante. Filologia e linguística portuguesa* 1. Humanitas, p. 79-94.
- COLOCCI & BRANCUTI (1982). *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*. Códice 10991. Reprodução facsimilada. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda.
- CRUZ, M. Luisa Segura da (1991). *O falar de Odeleite*. Lisboa: INIC; CLUL.
- CUESTA, Pilar Vázquez & LUZ, Maria Albertina Mendes da (1971). *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes.
- CUNHA, Antônio Geraldo da (1989). *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CUNHA, Celso Ferreira da (1986). Conservação e inovação no português do Brasil. *O Eixo e a Roda* 5. UFMG, p. 199-230.
- DETTONI, Rachel (2003). *A concordância de gênero na anáfora pronominal: variação e mudança linguística no dialeto da Baixada Cuiabana, Mato Grosso*. Belo Horizonte: Tese de doutorado – UFMG.
- DRUMMOND, Maria Francelina (1976). Do falar Cuiabano. *Cadernos Cuiabanos* 5 e 6. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
- FARACO, Carlos Alberto (1991). *Linguística histórica*. São Paulo: Ática.
- FÁVERO, Leonor Lopes (1996). *As concepções linguísticas no século XVIII – a gramática portuguesa*. Campinas: UNICAMP.
- FEIJÓ, João de Morais Madureira (1734). *Othographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portuguez*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues.
- FERREIRA NETTO, Waldemar (2001). *Introdução à fonologia da língua portuguesa*. São Paulo: Hedra.

- FIORIN, José Luiz & PETTER, Margarida (orgs.) (2008). *África no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- GONÇALVES, Maria Filomena (1992). *Madureira Feijó – Ortografista do Século XVIII / Para uma história da Ortografia Portuguesa*. Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura Portuguesa.
- GOSSEN, Charles Théodore (1968). Graphème et phonème: le problème central de l'étude des langues écrites du moyen age. *Revue de Linguistique Romane* xxxii, p. 15-16.
- GUY, Gregory R. (1981). *Linguistic variation in Brazilian Portuguese; aspects of the phonology, syntax and language history*. University of Pennsylvania.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1936). *Raízes do Brasil*. RJ: José Olympio.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1986). *O extremo oeste*. SP: Brasiliense.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1990). *Monções*. São Paulo: Brasiliense.
- HOUAISS, Antônio (1992). *O português no Brasil*. 3ª edição. RJ: Revan.
- HUBER, Joseph (1933). *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- HYMES, Dell (1993): Posfácio. In: Burke, Peter / Porter, Roy (orgs.). *Linguagem, indivíduo e sociedade*. São Paulo: UNESP.
- JUZARTE, Teotônio José (1769-71). *Diário da Navegação do Rio Tietê, Rio Grande Paraná, e Rio e Gatemy*. Apresentação, notas, lição e edição fac-similar de Souza, Jonas Soares & Makino, Miyoko (2000). São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial.
- LEITE, Serafim (1954-56). *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. 3 volumes. SP; Coimbra: Comissão do IV Centenário; Tipografia Atlântica.

- LIMA, José Leonildo (2007). *A variação do gênero gramatical no falar cuiabano*. Campinas: Tese de doutorado – UNICAMP.
- LIMA, Luís Caetano de (1736). *Orthographia da lingua portugueza*. Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1576). *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Introdução, notas e leituras de Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1983). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda.
- LOURO, Estanco (s/d.). *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Ressurgimento.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1981). Geografia dialectal e história do português: resultados da terminação latina –ana. *Biblos* 57, p. 73-95.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1986). *História do galego-português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; JNICT.
- MAIA, Maria Lúcia Borba e (1965). *O falar da Ilha Terceira – Açores*. Lisboa: Dissertação de licenciatura. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- MANGNE, Augusto (1950 [1515]). *Boosco Deleitoso*. Edição crítica. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- MARQUILHAS, Rita (1991). *Norma gráfica setecentista: do autógrafo ao impresso*. Lisboa: INIC; CLUL.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1984). *Estruturas trecentistas – elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1991). *O português arcaico. Fonologia*. São Paulo: Contexto.

- MEGALE, Heitor (1998). Pesquisa filológica: os trabalhos da tradição e os novos trabalhos em língua portuguesa. *Estudos Linguísticos* XXVII. UNESP/IBILCE, p. 3-28
- MEIER, Harri (1948). *Ensaio de filologia românica*. Lisboa: Edições da Revista de Portugal.
- MELO, Gladstone Chaves de (1971). *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- MIRANDA, Leodete & AMORIM, Lenice (2000). *Mato Grosso: Atlas geográfico*. Cuiabá: Entrelinhas.
- NUNES, José J. (1902). Dialectos algarvios. *Revista Lusitana* VII, p. 33-55.
- NUNES, José Joaquim (1943). *Crestomatia arcaica*. 3ª edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- NUNES, José J. (1945). *Compêndio de gramática histórica portuguesa – fonética e morfologia*. 3ª edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- OLIVEIRA, Alzira (1980). *A linguagem dos pescadores de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado – PUC/RJ.
- OLIVEIRA, Fernão de (1536). *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Casa d`Germão Galharde.
- OLIVEIRA, Marilza (2002). Para a história social da língua portuguesa em São Paulo: séculos XVI-XVIII. *Linguística* 14. ALFAL, p. 323-351.
- PALMA, Maria Luíza Canavarros (1984). *Variação fonológica na fala de Mato Grosso: um estudo sociolinguístico*. Cuiabá: UFMT.
- PENHA, João Alves Pereira (1970). *A arcaicidade da língua popular brasileira*. Franca: Tese de doutorado – FFLCH.

- PENHA, João Alves Pereira (1997). *Português rural de Minas numa visão tridimensional: na fala, nos textos regionais, nos escritores antigos*. Franca: UNESP.
- PIEL, Joseph-Maria (1989). *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda.
- PINTO, Rolando Morel (1988). *História da língua portuguesa IV – Século XVIII*. São Paulo: Ática.
- PRISTA, Luís (1994). Tentativa de cenário para tš >š. *Variação linguística no espaço, no tempo e na sociedade*. Lisboa: Colibri, p. 183-226.
- RIBEIRO, Darcy (1995). *O povo brasileiro; a formação e sentido do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- RIBEIRO, Darcy (1996). *Os índios e a civilização; a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 7ª edição. SP: Cia das Letras.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (1986). *Línguas brasileiras*. São Paulo: Edições Loyola.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (1993). Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *DELTA* 9 (1), p. 83-103.
- SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo (2000). *Aspectos fonológicos do português falado na Baixada Cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil*. São Paulo: Tese de doutorado – USP.
- SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. & COX, M. Inês Pagliarini (orgs.)(2005). *Vozes Cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso*. Cuiabá: Catedral.
- SAUSSURE, Ferdinand (1991). *Curso de linguística geral*. 16.ª edição. São Paulo: Cultrix.
- SILVA, Baltasar Lopes da (1957). *Dialecto crioulo de Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- SILVA, Thaïs Cristófaró (1999). *Fonética e fonologia do português*, São Paulo: Contexto.
- SILVA NETO, Serafim da (1952). *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- SILVA NETO, S. da (1957). *História do latim vulgar*. RJ: Livraria Acadêmica.
- SILVA NETO, Serafim da (1960). *A língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- SILVA NETO, Serafim da (1960a). *Língua, cultura e civilização*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- SILVA NETO, Serafim da (1963). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira *et alii* (1990). *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: Guaicurus.
- SOUZA, Ulisdete Rodrigues (1999). *Fonologia do português mato-grossense: uma perspectiva crioulista*. Brasília: Dissertação de mestrado – UNB.
- SILVEIRA, Álvaro Ferdinando Souza da (1971). *Textos quinhentistas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- TARALLO, Fernando (1993). Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: Roberts, I. & Kato, M. A. (orgs.). *Português brasileiro uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP.
- TARALLO, Fernando (1994). *Tempos linguísticos – Itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática.
- TAROUCA, Carlos da Silva (ed.) (1952). *Crônicas dos sete primeiros reis de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- TEYSSIER, Paul (1997). *História da língua portuguesa*. 7ª edição. Lisboa: Sá da Costa.

- TILANDER, Gunnar (1959). *Fueros aragoneses desconocidos promulgados a consecuencia de la gran peste de 1348*. Stockholm.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1990). *Cancioneiro da ajuda*. Reimpressão da edição de Halle [1904]. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda.
- VASCONCELOS, Jorge Ferreira de (1918 [1561]). *Comédia Eufrosina*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, José Leite de (1901). *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Paris: Aillaud e Cie.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1955). *Filologia barranquenha – apontamentos para o seu estudo*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda.
- VASCONCELOS, José Leite de (1922): *Textos arcaicos*. 5ª edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- VERNEY, Luís António (1949 [1746]). *Verdadeiro método de estudar*. Edição organizada por António Salgado Junior. Lisboa: Sá da Costa.
- VIANA, Anacleto dos Reis Gonçalves (1904). *Ortografia Nacional. Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Lisboa: Vinva Tavares Cardoso.
- WILLIAMS, Edwin B. (1961). *Do latim ao português*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- ZAMBOTTO-LIMA, Criseida Rowena (2005). *Aspectos fonético-fonológicos conservadores no falar de Mata-Cavalo*. Cuiabá: Dissertação de mestrado – UFMT.